

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

LUCIANO CORREIA BERNARDO

**TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DAS
FAZENDAS CAFEIRAS DE MUQUI/ES**

**VITÓRIA
2020**

LUCIANO CORREIA BERNARDO

**TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DAS
FAZENDAS CAFEIRAS DE MUQUI/ES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e impactos no território.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Renata Hermanny de Almeida

VITÓRIA
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B518t Bernardo, Luciano Correia, 1987-
Territorialização e Desenvolvimento Local : Um estudo das
fazendas cafeeiras de Muqui/ES / Luciano Correia Bernardo. -
2020.
150 f. : il.

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Território. 2. Fazendas Cafeeiras. 3. Representação. 4.
Patrimônio. I. de Almeida, Renata Hermanny. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

LUCIANO CORREIA BERNARDO

“TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DAS
FAZENDAS CAFEEIRAS DE MUQUI/ES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 25 de maio de 2020.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Junior
(membro externo – UFES)

Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe
(membro externo – UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 25/05/2020 às 17:05

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/25314?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS JUNIOR - SIAPE 1172720
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 25/05/2020 às 17:46

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/25330?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
EDNILSON SILVA FELIPE - SIAPE 2524538
Departamento de Economia - DE/CCJE
Em 26/05/2020 às 09:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/25385?tipoArquivo=O>

EPÍGRAFE

"O Brasil é o café; o café é o negro"
Silveira Martins (1880?)

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos, familiares e alunos, pelo apoio e compreensão.

Ao Thalles, por todo o suporte e apoio incondicional durante os últimos dois anos e dois meses.

À minha mãe Lindalva, por toda a disponibilidade e apoio.

Ao Tarlens, por toda a dedicação enquanto eu me ausentava de nossas atividades para dar conta do mestrado, pela companhia e aventura na zona rural de Muqui.

À professora Renata Hermann de Almeida pela orientação e contribuição para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos queridos amigos do Patri_Lab, em especial, a Damiany, Kamila, Mariana, Miguel, Maisa e Beatriz, pela companhia, pelo apoio, pelas risadas, e sobretudo, por tornarem a caminhada mais leve.

À Shayene, minha grande amiga, pelas importantes conversas, por ser o meu exemplo, e por sempre ressaltar minha capacidade e me incentivar a seguir em frente fazendo o melhor possível.

Aos membros da banca examinadora, professor Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior e professor Dr. Ednilson Silva Felipe, pela disponibilidade, pelo tempo destinado a leitura e por todas as contribuições para meu crescimento acadêmico e profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que mais esta etapa fosse concluída.

RESUMO

A pesquisa se desenvolve no âmbito das ciências sociais aplicadas, e propõe-se a estabelecer o diálogo entre “territorialização” e “desenvolvimento autossustentável” com vistas ao retorno dos lugares ao projeto mediante um processo investigativo acerca do objeto-concreto deste estudo: as fazendas cafeeiras históricas do município de Muqui – ES. O referencial teórico se desenvolve a partir da Abordagem Territorialista Italiana, e, em uma rede temática vinculada à compreensão do território e do patrimônio territorial, dialogando com autores como Alberto Magnaghi, Daniela Poli, Rogério Haesbaert, Marco Aurélio Saquet e Maximo Carta. A abordagem territorialista propõe o alargamento do conceito de patrimônio considerando o patrimônio territorial como a síntese resultante do ambiente físico-geográfico, da ação antrópica do homem habitante e da força das dinâmicas socioeconômicas na estruturação do território. Desta forma, propõe um percurso projetual e de gestão que objetiva a autossustentabilidade local e permite a reprodução e a valorização dos recursos patrimoniais locais sem a dependência de agentes externos. O território de Muqui é inicialmente habitado por índios Puris, até meados do século XIX, quando, a busca por terras devolutas férteis associada à exaustão aurífera nas Minas Gerais e ao esgotamento das lavouras fluminenses dão início ao surgimento de fazendas que propiciam a supremacia da cafeicultura local e uma nova configuração da estrutura agrária do Espírito Santo, promovendo significativas transformações territoriais. Posteriormente, diversos fatores contribuem com a diminuição da produção cafeeira na região, e, como resultado destes processos, ocorreu uma redução drástica no número de fazendas cafeeiras históricas remanescentes hoje no município. Frente a este cenário atual, marcado por um intenso processo de abandono de estruturas ligadas às fazendas cafeeiras históricas em Muqui, discute-se um processo de desvinculação deste conjunto com a dinâmica de desenvolvimento local. Pretende-se portanto, promover, a partir da aplicação do panorama teórico conceitual adotado, uma análise crítica acerca das fazendas cafeeiras históricas de Muqui, com base em sedimentos vinculados ao longo dos ciclos de territorialização, numa identificação de sua relação para com o patrimônio territorial a partir da discussão de suas características de territorialização simbólicas e/ou funcionais. O modelo metodológico adotado é caracterizado pela seleção de métodos qualitativos, que consistem na descrição do objeto visando compreender suas características profundamente a partir de uma classificação híbrida, num diálogo entre o “modelo conceitual verbal” e os “modelos físicos”. A combinação desses diferentes modelos é conformada através de um processo complexo de revisão bibliográfica e documental, representação identitária, descrição e síntese do patrimônio territorial do objeto-concreto. Conclui-se, portanto, que as fazendas cafeeiras históricas em Muqui não têm alcançado forças, enquanto importantes recursos patrimoniais, que possam ser classificadas como um modelo de desenvolvimento autossustentável, sendo necessária a articulação de estratégias que promovam o engajamento de atores locais, para que, através da valorização de seus recursos territoriais, seja possível a construção de um projeto de desenvolvimento local autossustentável que promova uma produção do território pautada no bem estar duradouro de seus recursos.

Palavras-chave: Patrimônio territorial; Desenvolvimento local; Representação identitária; Fazendas cafeeiras.

ABSTRACT

This research is developed within the scope of applied social sciences, and proposes to establish a dialogue between “territorialization” and “self-sustainable development” in order to return places to the project through an investigative process about the concrete object of this study: the historic coffee farms in the municipality of Muqui - ES. The theoretical framework is developed from the Italian Territorial Approach, and, in a thematic network linked to the understanding of territory and territorial heritage, such as Alberto Magnaghi, Daniela Poli, Rogério Haesbaert, Marco Aurélio Saquet and Maximo Carta. The territorial approach proposes the extension of the concept of heritage considering the territorial heritage as the synthesis resulting from the physical-geographic environment, the anthropic action of the inhabitant man and the strength of the socioeconomic dynamics in structuring the territory. In this way, it proposes a projectual and management path that aims at local self-sustainability and allows the reproduction and enhancement of local heritage resources without the dependence on external agents. The territory of Muqui was initially inhabited by Puris Indians, until the middle of the 19th century, when the search for fertile vacant lands associated with gold-bearing exhaustion in Minas Gerais and the depletion of Rio de Janeiro crops started the emergence of farms that favored the supremacy of coffee growing. and a new configuration of the agrarian structure of Espírito Santo, promoting significant territorial transformations. Subsequently, several factors contributed to the decrease in coffee production in the region, and as a result of these processes, there was a drastic reduction in the number of historic coffee farms remaining in the municipality today. In the face of this current scenario, marked by an intense process of abandoning structures linked to historic coffee farms in Muqui, the process of untying this set with the dynamics of local development is discussed. It is intended, therefore, to promote, from the application of the adopted theoretical conceptual panorama, a critical analysis about the historic coffee farms of Muqui, based on sediments linked throughout the territorialization cycles, in an identification of their relationship with the territorial heritage from the discussion of its symbolic and / or functional characteristics of territorialization. The methodological model adopted is characterized by the selection? of qualitative methods, which consist of the description of the object aiming to deeply understand its characteristics from a hybrid classification, in a dialogue between the “verbal conceptual model” and the “physical models”. The combination of these different models is shaped through a complex process of bibliographic and documentary review, identity representation, description and synthesis of the territorial heritage of the concrete object. It is concluded, therefore, that the historic coffee farms in Muqui have not reached strength, as important patrimonial resources, that can be classified as a model of self-sustainable development. It is necessary to articulate strategies that promote the engagement of local actors, so that, through the valorization of their territorial resources, it is possible to project a self-sustainable local development project that promotes the production of the territory based on the lasting well-being of its resources.

Key words: Territorial heritage; Local development; Identity representation; coffee farms.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Percurso ao desenvolvimento local autossustentável.....	39
Figura 2 - Espaço e território: os atos territorializantes	40
Figura 3 - Etapas de representação e análise da pesquisa	50
Figura 4 - Esquema do processo de T-D-R.....	51
Figura 5 - Caracterização do sistema de informações territorialista.....	52
Figura 6 - Fontes de conhecimento territorial	54
Figura 7 - Ocupação indígena na região sul do Espírito Santo nos séculos XVI e XVII	57
Figura 8 -Representação sintética do ciclo T-D-R do território-objeto.....	69
Figura 9 - Esquema de apresentação do atlas do patrimônio do território-objeto	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização do território ideal: simbólico e funcional	49
Quadro 2 - Produção cafeeira nos anos de 1940 e 1980	64
Quadro 3 - Comunidades que possuem nomes de fazendas cafeeiras	88
Quadro 4 - Classificação das principais APPs em Muqui.....	99
Quadro 5 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 2, com base em Haesbaert (2004).....	113
Quadro 6 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 3, com base em Haesbaert (2004).....	118
Quadro 7 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 4, com base em Haesbaert (2004).....	124
Quadro 8 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 5 [município], com base em Haesbaert (2004)	130
Quadro 9 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 5 [as fazendas], com base em Haesbaert (2004)	134
Quadro 10 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais das seções históricas, com base em Haesbaert (2004)	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estatística populacional em Muqui 1940 - 1990	66
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Hidrografia.....	74
Mapa 2 - Redes ecológicas.....	76
Mapa 3 - Morfotipos: hipsometria.....	78
Mapa 4 - Morfotipos: declividade.....	79
Mapa 5 - Estruturas e infraestruturas urbanas.....	81
Mapa 6 - Estruturas e infraestruturas rurais.....	84
Mapa 7 - Estruturas e infraestruturas rurais II.....	86
Mapa 8 - estruturas e infraestruturas rurais III.....	89
Mapa 9 - Modelos e manifestações culturais.....	91
Mapa 10 - Atuação de programas sociais.....	93
Mapa 11 - Meio socioeconômico.....	95
Mapa 12 - Síntese do patrimônio ambiental.....	97
Mapa 13 - Síntese do patrimônio territorial paisagístico.....	101
Mapa 14 - Síntese do patrimônio socioeconômico cultural.....	104
Mapa 15 - Representação identitária: segunda seção histórica.....	110
Mapa 16 - Representação identitária: terceira seção histórica.....	115
Mapa 17 - Representação identitária: quarta seção histórica.....	121
Mapa 18 - Representação identitária: quinta seção histórica [o município].....	126
Mapa 19 - Representação identitária: quinta seção histórica [as fazendas].....	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 TERRITÓRIO-PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ARTICULAÇÃO	24
2.1 O TERRITÓRIO PATRIMÔNIO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	25
2.1.1 Sedimento territoriais: conceito e caracterização	30
2.1.2 Atlas do patrimônio territorial: Uma representação identitária	31
2.1.3 Energias da inovação e da contradição	34
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTOSSUSTENTAVEL.....	36
2.3 O CICLO T-D-R.....	39
2.4 ESTATUTO DOS LUGARES E DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTOSSUSTENTÁVEL	43
2.5 OS PROCESSOS TERRITORIALIZANTES E OS TIPOS IDEAIS DE TERRITÓRIO	47
3 REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA	50
3.1 AS FAZENDAS CAFEEIRAS HISTÓRICAS EM MUQUI E OS CICLOS DE TERRITORIALIZAÇÃO	56
3.1.1 Análise Histórica preliminar	56
3.1.2 Representação analítica, sintética e descritiva do ciclo T-D-R	68
3.2 ATLAS DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DAS FAZENDAS CAFEEIRAS HISTÓRICAS DE MUQUI.....	71
3.2.1 Descrição analítica do Atlas do patrimônio territorial	72
3.2.2 Descrição de síntese do Atlas do patrimônio territorial	96
4 TERRITORIALIZAÇÃO NAS FAZENDAS CAFEEIRAS HISTÓRICAS EM MUQUI	108
4.1 SEÇÃO 2: A FAZENDA ESCRAVOCRATA	109
4.2 SEÇÃO HISTÓRICA 3: O AUGÉ ECONÔMICO	114
4.3 SEÇÃO HISTÓRICA 4: A CRISE	119
4.4 SEÇÃO HISTÓRICA 5: FASE CONTEMPORÂNEA	125
4.5 O TERRITÓRIO-OBJETO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTOSSUSTENTÁVEL	135
5 CONCLUSÃO	140
6 REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

No âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, a presente pesquisa se propõe estabelecer o diálogo entre “territorialização” e “desenvolvimento autossustentável”. O primeiro termo consiste na articulação do conceito “território” ao “patrimônio”, ao passo que a segunda expressão alude ao balizador do processo metodológico, com vistas ao retorno dos lugares ao projeto¹, mediante um processo investigativo acerca do objeto-concreto deste estudo,² qual seja: as fazendas cafeeiras históricas do município de Muqui, estado do Espírito Santo.

Fundamentada na ampliação do conceito de patrimônio ao território, a pesquisa discute a atuação de exemplares remanescentes de fazendas cafeeiras históricas no território, apontando, portanto, para o desenvolvimento de uma abordagem teórica e metodológica integrada a partir da Abordagem Territorialista Italiana³, preconizada por Alberto Magnaghi⁴ e difundida Daniela

¹ O retorno dos lugares ao projeto, está diretamente vinculado à produção de características a partir dos sujeitos locais, vinculadas a valorização das potencialidades e particularidades identitárias do patrimônio. Desta forma, valorizando as empresas e empreendedores locais no enfrentamento a supremacia do capital e fomentando um processo de valorização do território para o território e pelo bem-estar da sociedade local.

² De acordo com Serra (2006), o objeto-concreto diz respeito às amostras concretas presentes no ambiente físico, que precisam ser examinadas, medidas e documentadas.

³ Frente a um conjunto de problemas enfrentados para o desenvolvimento autossustentável, Alberto Magnaghi concebe a aproximação ao território nominada Abordagem Territorialista Italiana. Essa desenvolve-se a partir da atuação articulada de diversos laboratórios vinculados a universidades da Itália orientados para um gerenciamento multidisciplinar de estudos sobre território, configurando a Escola Territorialista Italiana.

⁴ Professor em Planejamento Territorial, na Faculdade de Arquitetura da Università di Firenze (UniFI), Itália, foi coordenador do Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti (LaPEI), Itália. Fundador da Escola Territorialista Italiana.

Poli⁵, num diálogo com autores cujas reflexões se inserem em uma rede temática vinculada à compreensão do território, como Rogério Haesbaert⁶, Marco Aurélio Saquet⁷ e Maximo Carta⁸.

A pesquisa está vinculada ao Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri_Lab/Centro de Artes/UFES). Os trabalhos desenvolvidos no laboratório abarcam discussões no âmbito urbano e rural dos municípios do Espírito Santo e objetivam uma investigação com abordagem da conservação patrimonial e do desenvolvimento territorial, com articulação técnico-científica e sociocultural. Importa registrar, o laboratório possui como balizador teórico e metodológico, a Escola Territorialista Italiana, origem dos conceitos e percursos adotados neste trabalho.

A partir da abordagem territorialista, entende-se o território como síntese sinérgica da relação existente entre três camadas conformadoras: ambiental, construída e antrópica. Nessa perspectiva, promove-se a ampliação da concepção de patrimônio, independentemente de sua escala, contribuindo para o reconhecimento e a preservação do patrimônio histórico e cultural por meio do desenvolvimento local autossustentável.

⁵ Professora em Planejamento Territorial, na Faculdade de Arquitetura da Università di Firenze (UniFI), Presidente do Programa de Mestrado em Planejamento e Design de Cidades e Territórios, na Faculdade de Arquitetura da Università di Firenze (UniFI), foi coordenadora do Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti (LaPEI), na Itália.

⁶ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Pós-Doutor em Geografia sob supervisão de Doreen Massey na Open University (Milton Keynes, Inglaterra). Professor do Curso de Pós-Graduação em Políticas Ambientales y Territoriales da Universidade de Buenos Aires. Professor Visitante em diversas universidades na Inglaterra, França, México, Colômbia e Argentina.

⁷ Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO (Doutorado). Pós-Doutor pela Politecnica e Università de Turim- Itália

⁸ Foi professor no do programa de mestrado em planejamento de cidades, territórios e meio ambiente da Faculdade de Planejamento Espacial da Universidade IUAV de Veneza. Membro do LAPEI (Laboratório de Desenho Ecológico dos assentamentos) e do LARIST (Laboratório de Representação Estatutária e Identitária do Território) da Universidade de Florença. Doutor em Design Urbano, Territorial e Ambiental, com uma tese sobre Representação nos Sistemas de Informação Territorial.

Além disso, observa-se uma contribuição da abordagem territorialista que transcende o caráter conceitual, uma vez que, objetivando o desenvolvimento local autossustentável, propõe também um percurso metodológico de projeto e gestão local, seguido pelo processo metodológico de representação identitária e pelo estabelecimento do “estatuto dos lugares”.

Nesse contexto, o desenvolvimento local, cuja origem conceitual encontra-se relacionada às abordagens normativas preconizantes da valorização dos recursos territoriais e das identidades locais, articula-se à definição de autossustentabilidade, isto é, a um modelo de desenvolvimento que, através de regras definidas por características específicas do lugar, objetiva a homeostase local e o equilíbrio entre os sistemas ambientais e os assentamentos humanos.

Ressalta-se, portanto, que a abordagem em prol do desenvolvimento local sustentável analisa, a partir de um campo multidisciplinar, as principais variáveis de desenvolvimento. Para isso, é necessária uma transformação no paradigma de desenvolvimento nas esferas analítica e projetual. Metodologicamente, a nível analítico essa transformação se dá pela adoção de descrições identitárias do lugar em detrimento de descrições funcionais e, no nível do projeto, pela substituição de planejamentos setoriais por planos integrados multissetoriais, definidos por meio de estratégias interativas a partir da leitura da identidade local.

A Escola Territorialista Italiana entende a representação como um importante e potencial instrumento no que tange à leitura das transformações territoriais e à geração de ferramentas operacionais obtidas a partir do conhecimento do patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2005).

Dessa forma, para que a representação das características identitárias do patrimônio territorial seja eficaz, faz-se necessário um aparato analítico mais complexo do que o tradicionalmente desenvolvido nos processos de análise funcional, onde a descrição da identidade do território é reduzida a representações de grandezas óticas e geométricas. Nesse sentido, torna-se indispensável a construção progressiva de uma descrição densa e transdisciplinar dos meios, sociedades e lugares, incorporando uma leitura interpretativa das estruturas dos sedimentos territoriais (MAGNAGHI, 2014).

A partir dessa compreensão, a Escola Territorialista Italiana apresenta uma série de técnicas de representação, configurando metodologias para a representação identitária dos lugares. O processo proposto visa uma descrição densa das características territoriais, alcançada por meio do cruzamento de dados de diversas disciplinas, com auxílio de ferramentas como as tecnologias SIG⁹ (MAGNAGHI, 2001, 2005).

Tais premissas são relevantes para a reflexão acerca dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (ciclos T-D-R) a partir da leitura das transformações territoriais em diferentes seções históricas, permitindo compreender características identitárias do lugar e, conseqüentemente, o patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2001).

Essa abordagem entende que em cada ciclo sucessivo de territorialização, os territorializantes promovem uma diferente estruturação da relação entre o meio ambiente e os assentamentos humanos. Nesse sentido, a característica identitária do lugar manifesta-se por meio da leitura da relação entre os sedimentos territoriais de cada período, que são reinterpretados e reestruturados em cada seção histórica. O estudo do processo de territorialização é, portanto, fundamental para a compreensão da identidade do lugar e da dinâmica de reprodução de suas características identitárias (MAGNAGHI, 2001).

Cumprе enfatizar, ainda, que a interação expressa pelos atos territorializantes subsequentes conformam marcas territoriais obtidas pelo acúmulo de sedimentos territoriais de natureza material e cognitiva. Essas marcas são expressas por meio de diversas características intrínsecas ao território, sejam elas da ordem física, como marcas naturais (hidrologia, geologia, etc.) ou produtos dos assentamentos humanos (tipologias urbanas, estruturas viárias, etc.), ou de ordem cognitiva, pela reprodução dos modelos socioculturais e do

⁹ Sistemas de Informações Geográficas (SIG): são tecnologias que objetivam facilitar uma leitura eficaz do espaço terrestre, resultante da combinação entre três tipos de tecnologias: O sensoriamento remoto, o GPS e o geoprocessamento.

conhecimento ambiental e contextual de determinada sociedade (MAGNAGHI, 2001).

Uma vez esclarecidos as teorias e conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, convém destacar que a abordagem territorialista, ainda que desenvolvida num primeiro momento para uma aplicação no contexto italiano, possui um processo metodológico elaborado que permite sua experimentação em diferentes cenários. Nesse sentido, este estudo propõe tal aplicação teórica ao seu objeto concreto de análise, a saber: o conjunto de fazendas cafeeiras históricas do município de Muqui, localizado na região sul do Espírito Santo.

A instalação de fazendas em Muqui, por volta de 1850, proporcionada num primeiro momento pela expansão das fronteiras cafeeiras pontuadas em Minas Gerais e na região do Vale do Paraíba¹⁰, representa um ato territorializante que transformador da dinâmica territorial da região. Nesse período, com a ampliação do número de fazendas instaladas, ocorrem transformações de diversas estruturas territoriais, como o desenvolvimento de núcleos populacionais e a inserção da agricultura de exportação, marcada pela reprodução do sistema escravocrata, pelo estabelecimento de extensas lavouras cafeeiras e pela introdução de uma rede de transportes que proporciona a locomoção e o escoamento da produção pelas matas fechadas.

Esse modelo de desenvolvimento é reproduzido até 1888, quando, através da promulgação da Lei Áurea, é extinto o sistema de escravidão no Brasil. A partir de então, frente à carência de mão de obra para a manutenção da cafeicultura, fomenta-se o processo de entrada do imigrante europeu na região, sobretudo italianos.

Com a prosperidade obtida pelo êxito da produção agropecuária na região, nas primeiras décadas do século XX, Muqui passa a representar um importante

¹⁰ Região que contempla municípios dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde se desenvolveu o epicentro da cultura cafeeira no Brasil entre os séculos XVIII e XIX.

centro populacional no Espírito Santo. Entretanto, devido à estreita vinculação do desenvolvimento econômico das fazendas à cafeicultura, a partir da década de 1930, estas estruturas rurais passam a sofrer os reflexos da crise econômica de 1929¹¹.

Com o impacto da crise econômica sobre o comércio do café, o período pontuado entre meados do século XX e a década de 1990, é marcado por intensa evolução de êxodo rural. Este processo ocasiona o abandono de diversas estruturas ligadas às fazendas históricas, e, assim, a reestruturação da dinâmica econômica local e da estratificação agrária.

Sob tal panorama, ocorre uma redução drástica no número de fazendas cafeeiras históricas remanescentes no município. Atualmente, o conjunto de fazendas históricas em Muqui conta com 18 exemplares, erguidos entre 1862 e meados do século XX, ainda que neste recorte se incluam estruturas em processo de abandono.

Frente a este cenário atual, marcado por um intenso processo de abandono de estruturas ligadas às fazendas cafeeiras históricas em Muqui, discute-se um processo de desvinculação deste conjunto com a dinâmica de desenvolvimento local.

Considerando as fazendas cafeeiras como potências para sua inserção numa dinâmica de desenvolvimento local autossustentável, a pesquisa tem como objetivo geral promover, a partir da aplicação do panorama teórico conceitual adotado, uma análise crítica acerca das fazendas cafeeiras históricas de Muqui, com base em sedimentos vinculados ao longo dos ciclos de territorialização, numa identificação de sua relação para com o patrimônio territorial a partir da discussão de suas características de territorialização simbólicas e/ou funcionais.

Enquanto objetivos específicos, tem-se:

¹¹ Também conhecida como a Grande Depressão, a crise de 1929 foi uma grande depressão econômica que impactou grande parte dos países ocidentais. No Brasil, a crise impactou diretamente na redução de volume de exportação do café, importante produto de exportação nacional durante este período.

- Identificar no território vinculado as Fazendas Cafeeiras históricas em Muqui, a configuração dos ciclos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização durante seu percurso histórico;
- Mapear, analisar e sintetizar os sedimentos territoriais vinculados às Fazendas Cafeeiras Históricas em Muqui, a partir do processo de georreferenciamento e representação identitária;
- Diagnosticar as relações territoriais expressas entre as fazendas cafeeiras e o território, a partir da caracterização de Território Simbólico e Território Funcional, conforme o geógrafo Rogério Haesbaert, e possíveis rearticulações locais para sua inserção no desenvolvimento local sustentável.

O modelo metodológico adotado segue a proposta desenvolvida por Geraldo Gomes Serra (2006). Já a sua abordagem é caracterizada pela adoção de métodos qualitativos, que consistem na descrição do objeto visando compreender suas características profundamente.

A representação revela-se como a principal força do processo metodológico adotado na pesquisa. Utiliza-se, enquanto instrumento de produção, o *software* QGIS para o desenvolvimento dos mapeamentos ao longo da dissertação, classificados em mapeamento de sistemas, sínteses e representação de seções históricas. A operacionalização da representação se desenvolve com informações cedidas pelo Instituto Jones dos Santos Neves e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, GEOBASES, além de informações produzidas a partir de cartografias históricas e ortofotos aéreas vinculadas à pesquisa de Iniciação Científica da discente de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitoria Suliotis, intitulado *Documentação e representação do Patrimônio: aproximação teórico-metodológica* sob orientação da professora Renata Hermann de Almeida.

Ainda, no que tange à tipologia do modelo de pesquisa, contempla-se uma classificação híbrida, num diálogo entre o “modelo conceitual verbal” e os “modelos físicos” (SERRA, 2006). A combinação desses diferentes modelos é conformada em um processo complexo de revisão, representação, descrição e

análise. Com isso, adota-se, para o desenvolvimento da dissertação, 4 (quatro) etapas enquanto processo metodológico.

1. Primeira etapa: desenvolve-se em torno da pesquisa e revisão bibliográfica sobre os conceitos de território, territorialização e desenvolvimento local autossustentável. Alicerça-se nos estudos desenvolvidos por autores como Alberto Magnaghi, Daniela Poli, Rogério Haesbaert, Marco Aurélio Saquet, Maximo Carta, além de outros que também contribuem para a discussão do tema.
2. Segunda etapa: a partir de uma análise histórica bibliográfica e documental, realiza-se na comparação entre as transformações, invariâncias, inovações e reutilizações de sedimentos territoriais, ao longo do curso de territorialização no território-objeto. Esses dados permitem a interpretação do ciclo T-D-R no objeto de estudo exposto num esquema de representação analítica, sintética e descritiva, com base na metodologia proposta por Magnaghi (2001).
3. Terceira etapa: consiste na construção do Atlas do Patrimônio Territorial, com fases de elaboração definidas a partir de uma adaptação da metodologia proposta por Carta (2011). Com auxílio de ferramentas de tecnologia SIG são desenvolvidas a representação identitária e a síntese dos quadros cognitivos do território, evidenciando os sedimentos que o constituem.
4. Quarta etapa: a partir de um diálogo entre a metodologia da Escola Territorialista Italiana e o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004), configura-se um diagnóstico interpretativo das relações produzidas entre as fazendas, as redes de relações, e o patrimônio territorial, distinguindo perspectivas de identificação das modalidades de territorialização prevaletentes nas fazendas frente à dinâmica contemporânea, definidas para análise de seus processos de dominação e/ou apropriação (território funcional ou simbólico).

Assim, com o desenvolvimento da abordagem metodológica adotada, pressupõe-se que seja possível a configuração de um denso conjunto de representações que possibilite a leitura da identidade local e das relações territoriais estabelecidas em torno das fazendas cafeeiras históricas em Muqui.

2 TERRITÓRIO-PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ARTICULAÇÃO

O território [...] se faz e se desfaz, cada dia, por meio do agir dos homens e da força da evolução natural e social. [...] Cruzamento de muitas histórias e de muitos projetos que interagem entre si no lugar e no momento da partilha. (RULLANI, 2005, p. 111).

A compreensão do significado de território é importante para a análise de processos de formação e criação de perspectivas de um desenvolvimento local autossustentável. Nessa perspectiva,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Na introdução do conceito de território, Saquet (2007) expõe, como pressuposto, uma conotação muito mais ampla que a de espaço geográfico, apesar da utilização do termo como sinônimos por diversos autores. Além disso, deve-se considerar o território como uma construção histórica e social, consolidada por meio de relações de poder, configurando, dessa forma, uma dimensão subjetiva, compreendida como identidade territorial ou apropriação, e uma mais objetiva, relacionada às manifestações de dominação do espaço.

Em relação à etimologia da palavra, o termo território varia do latim *territorium*, que, segundo Saquet e Sposito (2009), aparece pela primeira vez na história por volta o século 5 a.C. em escrituras do Império Romano conhecidas como *Codex Iustinianus*, onde a definição do termo cria uma fecundação entre o valor geográfico do território e as concepções de poder e posse.

Tais premissas merecem relevo na medida em que permitem identificar a acepção de território que se mostra pertinente ao avanço desta pesquisa, qual seja, aquela atrelada à historicidade e aos processos de socialização, que transcende o espaço geográfico, porquanto fundamentalmente alicerçada na territorialização do mesmo. Decorre de tal assertiva a pertinência de se promover adiante uma revisão bibliográfica com vistas à articulação conceitual entre o

território-patrimônio, a territorialização e o desenvolvimento local autossustentável.

2.1 O TERRITÓRIO PATRIMÔNIO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

O termo patrimônio, etimologicamente, consiste numa derivação do latim *patrimonium*, no qual, o prefixo, derivado de *pater*, relaciona-se aos bens ou acervo de uma família e o sufixo *monio* refere-se a alimento e aos cuidados alusivos à alimentação. Nesse sentido, a palavra patrimônio surge como um termo ligado a estruturas familiares e suas particularidades em relação ao sustento da família, porém, tal vocábulo, durante o processo histórico passou por diversas requalificações, assumindo conceitos fluidos (CHOAY, 1995 apud POLI, 2015).

A ideia de patrimônio histórico, e sua respectiva proteção, assume uma perspectiva relativamente recente na história da sociedade ocidental e, ainda hoje, o debate acerca do patrimônio enfrenta concepções dicotômicas, entre cultura e natureza. Desse modo, a compreensão acerca do patrimônio produz, durante grande parte dos regimes de proteção ocidentais, uma segmentação entre sítios frutos da produção cultural e elementos em estado de natureza, configurando ações de conservação que, apesar de contribuírem com a preservação do patrimônio cultural e/ou natural, representa no território o surgimento de “ilhas de proteção”, ou seja, a conservação enquadrada dentro de um limite geográfico (POLI, 2015).

O patrimônio é, portanto, compreendido como um agrupamento de características, práticas e simbologias vinculadas a substratos resistentes de períodos não contemporâneos, cujo significado se relaciona a um valor de coletividade, implicando na necessidade de preservação para sua manutenção e transmissão no decorrer do tempo. Acerca do conceito de patrimônio, Poli (2015) sustenta sua associação a um processo, descartando, assim, sua leitura como objeto ou dado.

Outro campo ligado ao patrimônio diz respeito ao seu valor imaterial agregado, configurando, a partir destes elementos, um ativador da memória coletiva e da

consciência do lugar. Nesse sentido, Poli (2015, p. 2) aponta uma pertinente diferenciação conceitual: A "memória coletiva é feita de trocas sociais, é passageira, móvel porque é especialmente adequada à situação de sua transmissão. O patrimônio é estabelecido para constituir uma referência, é mais estável [...]".

Para Linck (2012), a caracterização de patrimônio, quando seguida pela hipótese da memória coletiva, pode ser observada como produto da transmissão de determinada herança entre gerações, dando abertura a um acúmulo de competências provenientes de relações e de técnicas específicas, como valores e regras presentes na cultura ou em objetos moldados a partir dela, "assim, o patrimônio aparece tanto como âncora no passado como na ordem social, como capacidade de ação e projeção no futuro e em uma ordem social em construção ou em gestação". (LINK, 2012, p. 3).

Na contemporaneidade, uma parcela crescente de políticas públicas tem se provido de ferramentas voltadas às questões da materialidade territorial visando o desenvolvimento e a implementação de ações para minimizar ou solucionar problemas vinculados à fragmentação social.

Nesse contexto, o patrimônio tem alcançado visibilidade no planejamento social, pois, a partir de sua valorização, "reconstrói o elo entre sujeitos de diferentes origens sociais, culturais e econômicas, com o objetivo de reconstruir a complexidade do viver, de reconquistar tempos e espaços da vida". (POLI, 2015, p. 2).

A partir da inserção de conceitos patrimoniais no tocante às ciências territoriais, o patrimônio utiliza entendimentos vinculados à Geografia, relacionando-se para além de elementos pontuais, como monumentos e edifícios, e passando a incorporar o reconhecimento de camadas do território, como uma fertilização das noções de meio e cultura, assumindo papel de instrumento de planejamento e suporte no leito territorial (POLI, 2015).

Ressalta-se que o patrimônio é, então, reconhecido como um importante vetor para a manutenção da memória e do conhecimento coletivo, atuando como um ativador dos processos de consciência local. Em perspectiva material, o

patrimônio nutre o desenvolvimento da memória coletiva a partir do reconhecimento das narrativas identitárias pontuadas em seus atributos físicos. Assim, o substrato do patrimônio adquire seu valor patrimonial a partir de sua ascensão enquanto produto ou alvo da memória coletiva, ativando para si o processo de patrimonialização (POLI, 2015).

Cumprido salientar que o patrimônio, quando inserido no contexto geográfico e territorial, abarca os conceitos de território. Segundo Poli (2015), o território é um cronograma amplo e complexo, onde ocorre a fertilização dos processos históricos, construtivos e territorializantes, assim como dos processos de desconstrução do território, caracterizados por desterritorialização.

Imperioso destacar que sob a perspectiva territorialista, o território é pressuposto pela existência de sedimentos oriundos do processo de territorialização em suas diversas etapas, onde ações atuam como forças de transformação do meio. Nesse sentido, Magnaghi (2001 apud POLI, 2015) classifica os sedimentos provenientes desse processo como materiais, quando vinculados à materialidade e à morfologia do ambiente; socioeconômicos, no tocante ao saber e à ativação dos processos de conhecimento e desenvolvimento; e culturais e identitários, relacionados ao entendimento de memória coletiva, sentimento de pertencimento e simbologias.

Para o aludido autor, o patrimônio territorial consiste num “construto histórico coevolucionário, resultado de atividades antrópicas e estruturantes que transformaram a natureza no território” (MAGNAGHI, 2011, p. 112). Isso significa afirmar que o território construído, em âmbito físico, é um produto da transformação contínua proporcionada pela ocupação humana, caracterizado pela “fecundação de novos ecossistemas” em constante desenvolvimento.

Frise-se, nesse ponto, que a fertilização dos conceitos patrimônio e território, sob a ótica territorialista, proporciona a concepção do termo patrimônio territorial como inovação na área de planejamento do território, integrando valores territoriais durante as etapas analíticas do processo de uma forma multidisciplinar (POLI, 2015).

Para Poli (2015, p. 1), quando direcionado às discussões de desenvolvimento local, o patrimônio territorial pode ser conceituado como “uma fertilização útil entre os termos patrimônio (CHOAY, 1995), capital territorial (OECD, 2001) e recursos territoriais”. (CORRADO, 2005; GUMUCHIAN, PECQUER, 2007).

Desse modo, o patrimônio territorial assume importância como base para a valorização do território fundamentado nos processos econômicos produzidos a partir da capitalização proativa de seus recursos, com intuito de proporcionar ao corpo social inserido no território, a produção de valores e riquezas a longo prazo (POLI, 2015).

Merece relevo o fato da abordagem Territorialista Italiana, preconizada por Alberto Magnaghi e difundida por Daniela Poli, promover uma ampliação da concepção de patrimônio, independentemente de sua escala, contribuindo para o reconhecimento e a preservação do patrimônio histórico e cultural através do desenvolvimento local autossustentável. A relevância da contribuição desses autores sobressai também pela proposta de um percurso metodológico de projeto e gestão local, seguido pelo processo de representação identitária e pelo estabelecimento do “estatuto dos lugares”. De tal modo que o desenvolvimento local, cuja origem conceitual se encontra relacionada às abordagens normativas preconizadoras da valorização dos recursos territoriais e das identidades locais, articula-se à definição de autossustentabilidade, isto é, a um modelo de desenvolvimento que, através de regras definidas por características específicas do lugar, objetiva a homeostase local e o equilíbrio entre os sistemas ambientais e os assentamentos humanos.

Sob tal panorama, é pertinente enfatizar, Magnaghi (2000) descreve o território como a coexistência sinérgica das características específicas dos ambientes físico, construído e antrópico no lugar, e, para o patrimônio territorial obter a valorização de seus recursos, indica ser necessária a elaboração de cenários cognitivos includentes, de forma integrada, de três camadas patrimoniais conformadoras do território:

- I. **Ambiente físico:** estrutura geohidromorfologia, sistemas ambientais, fauna, flora e clima;

- II. **Ambiente construído:** permanências de longa duração, arquitetura, técnicas, materiais, características paisagísticas, morfologia urbana;
- III. **Ambiente antrópico:** características linguísticas, modelos socioculturais

Dessa forma, para Escola Territorialista Italiana, o progresso, o reconhecimento e o desenvolvimento autossustentável do patrimônio territorial podem ser fortalecidos ou reconquistados mediante a valorização destes ambientes. Para isso, o tratamento das informações e dos conformadores do território devem ser interpretados de maneira integrada.

A desestruturação da inter-relação entre as camadas formadoras do território pode gerar o desgaste ambiental e patrimonial aliado à instabilidade do modelo de desenvolvimento produzido. No entanto, o resgate da memória identitária coletiva e da valorização dos recursos patrimoniais são premissas projetuais para o desenvolvimento de medidas de representação e tratamento do território. Daí a importância da aproximação do território a um ideal de desenvolvimento local autossustentável baseado em modelos de desenvolvimento alternativos.

Para tanto, admite-se a indispensabilidade de que todas as camadas territoriais sejam analisadas a fim de promover ações de desenvolvimento sustentável e reestabelecer as relações entre o território e a comunidade que está inserida, de forma a valorizar seus recursos (MAGNAGHI, 2005).

Nota-se, a proposta de Magnaghi para o território põe em evidência a importância de valorizar e conservar os elementos patrimoniais que permanecem o maior período no território, porém inseridos em discussões atuais nos contextos socioeconômicos e ambientais. Da mesma maneira, ressalta-se que a adoção de modelos e instrumentos de análise bem-sucedidos na representação da identidade territorial se mostra fundamental para que sejam produzidos conceitos que valorizem o território como um todo, bem como para que se desenvolvam ações específicas para tratamento patrimonial, a exemplo das medidas de planejamento autossustentável.

2.1.1 Sedimento territoriais: conceito e caracterização

Conforme delineado anteriormente, durante os ciclos de territorialização são produzidos os sedimentos territoriais - as estruturas invariantes decorrentes da interação entre o espaço, os atores sociais e a dinâmica territorial em suas diversas dimensões. Esses consistem em fornecedores de recursos para os ciclos de territorialização subsequentes, a partir da estratificação e do alargamento do tipo e da massa territorial.

Convém observar, Magnaghi (2001) pontua os contatos e as influências dos sedimentos entre ciclos contínuos, de modo que não é possível que um novo tipo territorial aniquile totalmente os sedimentos estratificados do ciclo anterior. Os sedimentos são, portanto, estruturas, produzidas, transformadas ou consolidadas que possuem relevante permanência tipológica e representam as características da evolução histórica no tipo territorial¹².

Assim, o processo de seu acúmulo no território é compreendido como um curso de estratificação, que, a partir de diferentes ciclos de territorialização sucessivos, aumentam a massa territorial por meio da densificação de seus elementos, produzindo, dessa forma, a consolidação da identidade dos lugares e do tipo territorial.

Para fins didáticos e de classificação, os sedimentos territoriais são classificados por Magnaghi (2001) a partir de dois grandes grupos, associados conforme a natureza: sedimentos cognitivos e sedimentos materiais. Os sedimentos territoriais cognitivos – os quais se desdobram em dois subgrupos: sedimentos da sabedoria ambiental e os sedimentos identitários – sugerem a relação com a complexidade inerente ao território. Desse modo, os sedimentos cognitivos da sabedoria ambiental resultam das associações entre o meio ambiente e os

¹² Tipo territorial pode ser entendido, segundo Magnaghi (2001), como uma configuração específica de elementos estruturais caracterizados por relações espaciais e figuras morfológicas que permanecem por um determinado período de tempo, ou seja, o tipo territorial é definido pelas características estruturantes de um território que resistem aos processos históricos de territorialização, transformando-se, conservando-se ou aumentando.

processos coevolutivos do corpo social ocupante do território, podendo representar influente elemento patrimonial no que tange à requalificação ambiental e à hipótese de inserção de sistemas ecológicos de desenvolvimento. Como exemplo desse tipo de sedimento, destacam-se as técnicas relacionadas com estruturas agroflorestais, técnicas e formas de cultivo de sistemas agropecuários, conhecimentos sobre os ciclos ecológicos e os sistemas hidrogeológicos, entre outros. Por outro lado, os sedimentos cognitivos identitários relacionam-se ao conhecimento atribuído ao desenvolvimento dos modelos socioculturais sobre o território, como, por exemplo, a sabedoria local em relação às manifestações artísticas e construtivas e a permanência de estruturas étnicas, culturais e linguísticas.

No concernente aos sedimentos materiais, segundo Magnaghi (2001), consistem em elementos da memória objetiva na dinâmica da paisagem rural e urbana, incluídos e reinterpretados de acordo com as características de cada ciclo de territorialização, quando ocorrem modificações de usos. São, pois, sedimentos que assumem conotação de permanência, quando apresentam invariância durante diferentes ciclos, ou de persistência, quando persistem aos ciclos, assumindo transformações em seus elementos tipológicos. A título de exemplo, pode-se mencionar as instalações tipológicas de assentamento urbano, a partir de sua identidade ambiental e geomorfológica; a infraestrutura dos sistemas agropecuários, os monumentos e tipos urbanos etc.

Por fim, cumpre ressaltar, os sedimentos territoriais materiais são responsáveis por uma constituição histórica acumulada, persistente ou modificada, a partir de cada diferente ciclo de territorialização (ou desterritorialização). Dessa forma, o processo de sedimentação no território constitui um princípio, a partir de informações dos sedimentos, para a identificação das regras de transformação para o território, bem como o reconhecimento do seu tipo territorial, assumindo características ligadas à identidade dos lugares (MAGNAGHI, 2001).

2.1.2 Atlas do patrimônio territorial: Uma representação identitária

Frente a uma perspectiva de compreensão territorial contemporânea, na qual os atores sociais são reduzidos a meros habitantes ou produtores, Magnaghi aponta

para uma prática promotora de intensa degradação do ambiente e da destruição do patrimônio histórico e cultural.

Contudo, sob a ótica da Escola Territorialista Italiana, são desenvolvidas metodologias de organização de informação territorial que, a partir da representação de dados iniciais, permitem elaborações formalizadas e explícitas de interpretação.

Dessa forma, a introdução de ferramentas de informação geográfica inaugura uma nova fase no que tange à representação territorial, pois representa um aumento da padronização de dados geográficos frente à crescente produção (e disponibilização) de informações por instituições ligadas à organização territorial, possibilitando, assim, análises mais completas e minuciosas, a partir de metodologias de representação e interpretação (CARTA, 2011).

Nesse contexto, Carta (2011) salienta que a introdução de novas tecnologias de informação voltadas à difusão de dados geográficos – a exemplo da representação – se apresenta não apenas como uma inovação técnica, mas como o surgimento de uma nova perspectiva de raciocínio quanto aos elementos constitutivos do território.

A representação, portanto, é considerada um recurso de aproximação ao território, atuando como orientadora de uma reflexão crítica que pode contribuir para a elaboração de instrumentos direcionados ao desenvolvimento do patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2011).

No entanto, para a representação das características identitárias do patrimônio territorial ser eficaz, faz-se necessário um aparato analítico mais complexo do que o tradicionalmente desenvolvido nos processos de análise funcional – nos quais a descrição da identidade do território é reduzida a representações de grandezas óticas e geométricas.

Sob tal viés analítico, tendo em vista uma complexa representação do território e de seus valores patrimoniais, para a compreensão de suas características identitárias, Magnaghi (2005) propõe o desenvolvimento do “Atlas Territorial” como um relevante instrumento para o planejamento territorial visando o desenvolvimento local autossustentável. O atlas consiste em um inventário

interpretativo, através de mapeamentos setoriais e temáticos, com o objetivo de indicar e evidenciar os valores patrimoniais inerentes ao território.

No entendimento de Carta (2011), por sua vez, o atlas preconiza a representação, a descrição e a interpretação de características identitárias territoriais por meio de tecnologias inovadoras e, dessa forma, possibilita a identificação de invariantes estruturais e de regras de reprodução das estruturas identitárias.

Portanto, entende-se a representação – mapeamentos cartográficos ou hipertextos – como instrumento e ferramenta capaz de viabilizar a interpretação de processos orientadores da ocupação territorial.

No referente ao desenvolvimento do atlas, ressalta-se a utilização de instrumentos e métodos de representação que possibilitam a interpretação das múltiplas camadas conformadoras do patrimônio territorial, ambiental e socioeconômico. Dentre tais técnicas, enfatizam-se as representações produzidas com auxílio de tecnologias SIG (Sistema de Informação Geográfica), porquanto, a partir de dados georreferenciados, torna viável o tratamento de informações – seleção, projeção e manipulação – referentes aos quadros cognitivos do território, como os modelos de ocupação, as estruturas de longa duração, os quadros identitários (MAGNAGHI, 2005).

O atlas proposto possui caráter seletivo e interpretativo, pois objetiva a representação de elementos complexos configuradores de valores patrimoniais ativos, que podem ser inseridos como recursos na construção de um plano de desenvolvimento. Nesse contexto, Magnaghi aponta a concepção de ao menos três atlas para a descrição de diferentes elementos patrimoniais: o atlas do patrimônio ambiental, do patrimônio territorial-paisagístico e do patrimônio socioeconômico.

A representação diz respeito ao **patrimônio ambiental** (águas, bacias hidrográficas, identidades bioregionais, redes ecológicas, biótopos e ecossistemas, biomassa, etc.); o **patrimônio territorial-paisagístico** (morfotipos, figuras territoriais e paisagísticas, estruturas e infraestruturas urbanas – espaços coletivos, vias, praças, portas, centralidades, tipos de relações – e rurais – terrenos agrícolas, bosques, colinas cultivadas, pastagens – de longa duração); o **patrimônio socioeconômico** (modelos socioculturais de longa

duração, meio socioeconômico, programas sociais, conhecimentos e saberes contextuais, etc.); os três atlas são realizados através de uma pluralidade de técnicas e competências: cartografias ou representações geralmente visuais, produtos textuais, arquivos, quadros sinópticos ou hipertextos de multimídia. (MAGNAGHI, 2005, p. 11 [tradução e grifo nosso])

Com a elaboração do atlas do patrimônio territorial e a identificação dos quadros cognitivos, são estabelecidas as bases para o desenvolvimento de perspectivas de uso dos recursos territoriais, de forma a fortalecer as qualidades do território. Além disso, a produção do atlas assume um esforço em consolidar e robustecer diacronicamente os dados básicos, contribuindo para o entendimento da dinâmica temporal de produção territorial (CARTA, 2011).

Estabelecidas tais questões conceituais acerca dos objetivos que, segundo os territorialistas, possibilitam a identificação dos sedimentos cognitivos e materiais do patrimônio territorial, importa registrar, o percurso proposto por tal abordagem persegue, enquanto objetivo final, a produção de um projeto de desenvolvimento local autossustentável. Dessa forma, impende tecer considerações acerca dos movimentos metodológicos subsequentes ao atlas do patrimônio territorial e suas características.

2.1.3 Energias da inovação e da contradição

A partir do entendimento dos sedimentos territoriais, Magnaghi (2001) pontua que, em diferentes escalas, tanto os sedimentos materiais quanto os cognitivos podem encontrar-se em condições latentes, ou seja, estarem presentes, porém não totalmente ativos, devido principalmente à negação ou marginalização desses elementos por meio dos processos de modernização.

Nesse contexto, entende-se que a distinção entre as políticas de conservação do território e a efetivação de um novo ciclo de territorialização é dada a partir do encontro entre os sedimentos territoriais, sejam eles efetivos ou latentes, com a reinterpretação das energias sociais, compreendidas por Magnaghi (2001, 2011) como energias da inovação e da contradição.

Para Magnaghi (2001), na prática, não existe a possibilidade do desenvolvimento de um projeto de transformação no território sem a atuação de energias que reinterpretam o lugar, seja em qualquer uma das dimensões do território

(econômica, cultural ou política). Isso ocorre porque, para a abertura de novos ciclos de territorialização, é necessária a superação de características e atitudes conservadoras, no que tange os valores territoriais, assumindo energias de atores sociais que vislumbram a transformação e a reinterpretação de padrões.

As regras que se relacionam com os modelos de desenvolvimento voltados para a valorização do patrimônio territorial não podem ser definidas sem a convergência ativa entre o patrimônio e as energias transformadoras, culturais e sociais. Dessa forma, é possibilitada a ativação dos valores que viabilizam o desenvolvimento de recursos sustentáveis, alargando o valor patrimonial inerente ao território.

Porém, para a ativação desses valores de forma efetiva, é necessária a interpretação do território desvinculado da ideia de que ele atue unicamente como base para as atividades produtivas e econômicas, promovendo, dessa forma, a valorização dos recursos em outros âmbitos (MAGNAGHI, 2001).

No que se refere às energias, cada vez mais difundidas no território, na fase contemporânea dos processos de modernização, podem ser direcionadas a partir de dois grupos: energias da contradição e energias da inovação. As energias da contradição se referem aos comportamentos e manifestações promovidos a partir de movimentos sociais conflituosos originados na pobreza gerada a partir de processos de territorialização nocivos à manutenção de um modelo autossustentável (compreendidos por Magnaghi como processos de desterritorialização). Tais energias são responsáveis por, de alguma forma, ainda que incoerentes entre si e carregadas de tensões e resultados incertos, contradizer o modelo progressivo de desenvolvimento tradicional e contribuir com a observação de novos valores territoriais (MAGNAGHI, 2011).

No tocante às energias inovativas, estas são entendidas como potencialidades tecnológicas que, sob o correto gerenciamento, permitem o desenvolvimento de uma nova territorialidade (reterritorialização). Entre estas, destacam-se as energias comunicativas, telemáticas, biológicas e energéticas.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTOSSUSTENTAVEL

A abordagem territorialista promove a ampliação da concepção de patrimônio, entendendo o território como a relação existente entre três camadas conformadoras – ambiental, construída e antrópica – e, assim, contribuindo para o reconhecimento e a preservação do patrimônio histórico e cultural por meio do desenvolvimento local autossustentável.

Segundo Magnaghi (2011), desde o desmatamento neolítico, a ação humana, por meio de seus assentamentos, gera incisivas transformações nos ecossistemas. Ainda que reconhecidas as qualidades de transformação do habitat antrópico, esses processos produzem importantes danos ao meio ambiente, ensejando reflexões acerca da necessária busca pela existência harmoniosa entre os assentamentos humanos e o meio ambiente. Deve-se visar um equilíbrio que não esteja pautado apenas na busca de estabilidade nos sistemas naturais – isto é, desconsiderando a presença dos assentamentos humanos e suas culturas no território – mas que se desenvolva através de novos ecossistemas, que são resultados de relações coevolutivas construídas entre as pessoas e o meio ambiente.

Nesse contexto, salienta-se um importante elemento analítico distintivo entre a abordagem territorialista e a ambientalista, qual seja, o seu epicentro normativo. Sob esse viés, revelam elucidativas as considerações de Magnaghi (2011, p. 92) quando afirma que:

A abordagem territorialista, apesar de integrar muitas questões teóricas e práticas da abordagem ambientalista, difere da sua "parcialidade" (que assume o ponto de vista do ambiente natural como o epicentro normativo da sustentabilidade) em termos de sustentabilidade do desenvolvimento em relação ao território, entendido como um neo-ecossistema produzido por pessoas. (MAGNAGHI, 2011, p. 92, tradução nossa)

Assim, o autor ressalta que o termo sustentabilidade, quando direcionado ao ambiente humano, está relacionado à existência de sistemas que permitam relações harmônicas entre os diferentes componentes do território: o ambiente natural, o ambiente construído e o ambiente antrópico.

Destaca-se nesse conceito, a utilização do termo "território" em substituição ao vocábulo "ambiente natural", uma vez que este é compreendido como um

elemento constitutivo do primeiro. Tal abordagem estabelece novos parâmetros para o entendimento da sustentabilidade e inclui em suas avaliações as relações existentes entre cultura, natureza e história (MAGNAGHI, 2011).

Os territorialistas consideram a degradação do território associada à degradação ambiental, mas compreendem, também nesse processo, a inserção da degradação do território construído e da degradação social. Nesse sentido, ao referir-se ao desenvolvimento sustentável, trata do desenvolvimento no território e não apenas na natureza. Objetiva-se então, o equilíbrio entre as regras de construção dos lugares e o meio ambiente (MAGNAGHI, 2011).

A partir do alargamento do conceito de sustentabilidade no território, entende-se ser impossível isolar, no processo projetual, o problema de sustentabilidade ambiental sem considerar as relações existentes entre a sociedade, seus assentamentos e seu próprio ambiente, estas entendidas como meio ambiente. Ao considerar uma abordagem que focalize apenas a perspectiva ambiental, promove-se a indiferença para com os outros processos e considera-se a sustentabilidade exclusivamente objetivando a proteção da natureza (MAGNAGHI, 2011).

Se não somos indiferentes aos outros aspectos da sustentabilidade, então a "questão ambiental" não pode continuar a ser encarada como um problema setorial, mas como um problema relacional, especialmente porque a degradação ambiental é o produto histórico de uma dada civilização e seus atos desterritorializantes e destrutivos. Portanto, a degradação só pode ser tratada com sucesso duradouro se o problema for enfrentado através de uma configuração diferente das relações entre o sistema sociocultural, o sistema econômico e o sistema natural, que gera equilíbrios dinâmicos duradouros entre a sociedade e o meio ambiente. Nesse contexto, ações setoriais que não colocam em questão o modelo econômico e a supervalorização das razões econômicas de desenvolvimento também são consideradas ineficazes e fracas. (MAGNAGHI, 2011, p. 93, tradução nossa)

Magnaghi ressalta que a medida de sustentabilidade se relaciona com as ações e projetos que objetivam a superação da degradação ambiental a partir de sua relação com a qualidade das cidades, dos assentamentos humanos, da paisagem, dos processos de autodeterminação das comunidades e vice-versa.

Cumprе enfatizar que a definição de “desenvolvimento local autossustentável” adotada pela escola territorialista, advém do enfrentamento aos conceitos de sustentabilidade tecnicista e tecnocrática. Entende-se que um modelo de

desenvolvimento não deve ser sustentado por agentes externos, uma vez que as leis de crescimento desse modelo geram, de forma cumulativa e incessante, patologias como desequilíbrio, degradação e destruição dos recursos territoriais (MAGNAGHI, 2011).

Devemos, portanto, construir regras genéticas de assentamento humano que não precisem de nenhum tipo de apoio externo para sua auto reprodução duradoura. Daí surge a demanda para desenvolver os conceitos de "local" e "self", que, enfatizando a necessidade de gerar uma cultura de autogoverno e "cuidado" do território[...]. (MAGNAGHI, 2011, p. 95, tradução nossa)

Em síntese, entende-se que a participação e a autossustentabilidade são indissolúveis, estão diretamente relacionadas à capacidade do território de produzir o bem-estar duradouro, permitindo a reprodução e a valorização dos seus recursos patrimoniais – ambientais, territoriais e humanos – sem a dependência de agentes externos e com trocas solidárias não exploratórias. Nesse sentido, é fundamental a participação dos atores locais, como cooperadores e responsáveis pelo processo de desenvolvimento, atuando como energias sociais que contribuam com este objetivo (MAGNAGHI, 2000).

A partir da abordagem territorialista, entende-se que o percurso metodológico objetiva o plano/projeto territorial autossustentável (Figura 1) que se desenvolve em cinco movimentos:

O primeiro consiste na definição em nível teórico e metodológico do significado do conceito de “desenvolvimento sustentável” que envolve dez anos de nossas pesquisas e projetos e planos.

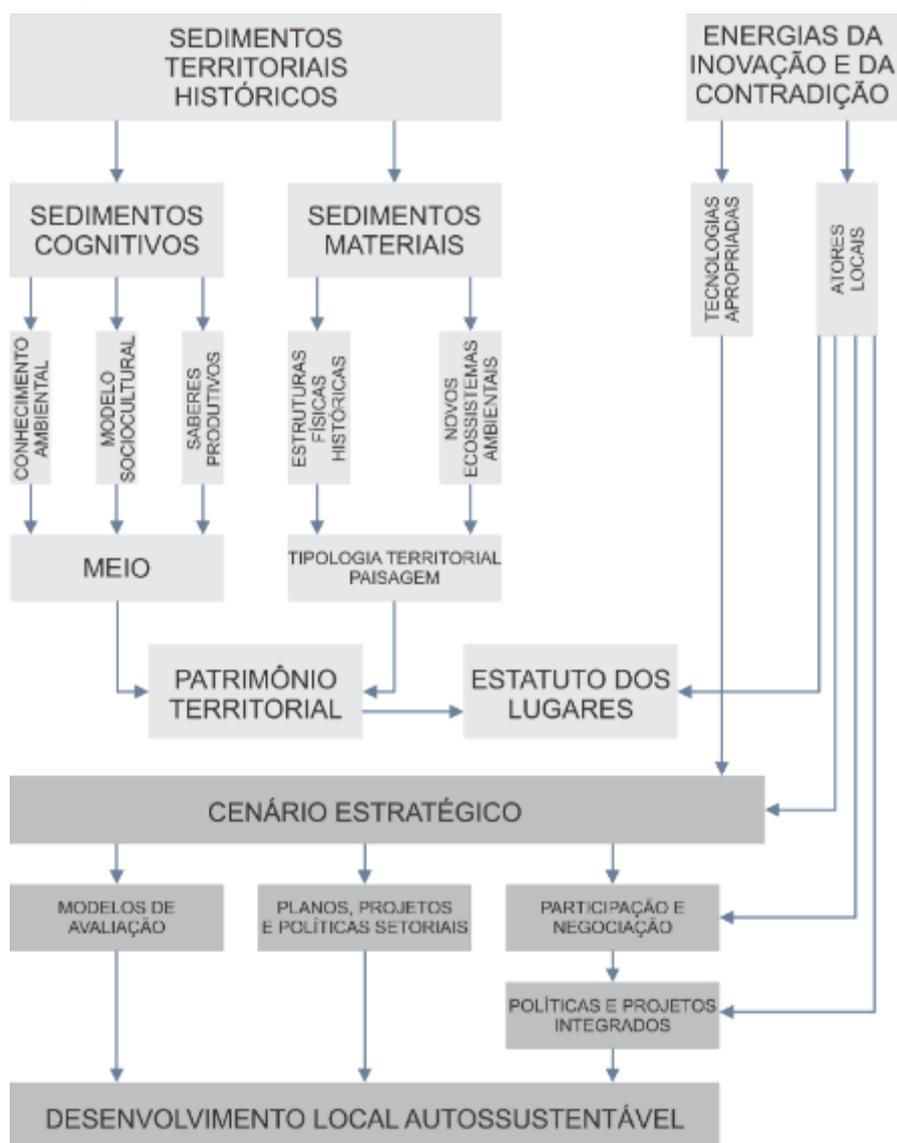
O segundo, trata das definições metodológicas e das técnicas da representação identitária dos lugares e de seus recursos patrimoniais. A representação apresenta-se em forma de atlas, códigos, figuras territoriais e descrições fundamentais;

O terceiro consiste na elaboração de estatuto dos lugares (invariantes estruturais, regras para a transformação) dos quais a representação identitária constitui o capítulo fundamental;

O quarto consiste na elaboração de visões estratégicas de futuro (cenários) fundamentados na valoração dos depósitos patrimoniais locais segundo as regras definidas pelo estatuto dos lugares;

O quinto consiste na redefinição das tarefas, dos instrumentos e dos processos de planificação a partir das inovações presentes nos primeiros quatro movimentos. (MAGNAGHI, 2000, p. 7, tradução por Renata Hemanny de Almeida)

Figura 1 - Percurso ao desenvolvimento local autossustentável



Fonte: Magnaghi, 2011 (tradução nossa).

O desenvolvimento local, portanto, deve ser capaz de superar o modelo de desenvolvimento baseado nas máquinas tecnológicas ou nas economias heterodirecionadas; deve fazer isso a partir da reconquista, por parte da população local e estimulando a consciência de se produzir um ambiente e território de qualidade.

2.3 O CICLO T-D-R

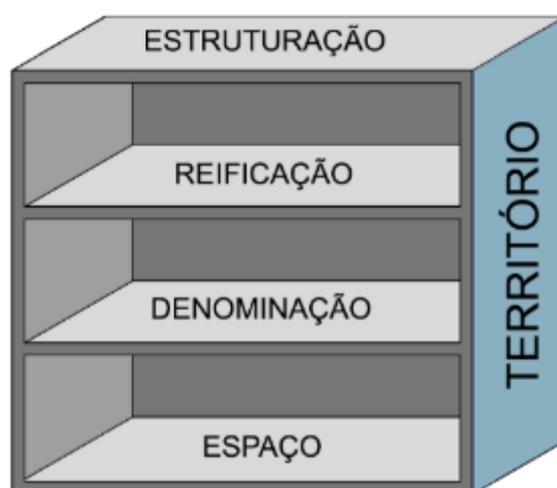
Visando a compreensão do conceito de território enquanto produto, torna-se importante a apreensão de suas estruturas e das ações ativas, desenvolvidas no

espaço para a construção do território. Nesse âmbito, entende-se territorialidade como a mediação prática, simbólica e cognitiva que a materialidade dos lugares exerce sobre o comportamento social, sob influência das estruturas territoriais, que, por sua vez, consistem no “conjunto dos elementos físicos, bióticos e abióticos, que circundam um ou mais seres vivos – populações, espécies, comunidades biológicas – em relação entre si” (GAMBA; MARTIGNETTI, 2005 apud SAQUET, SPOSITO 2009, p. 17), ou seja, elas são a expressão do processo de produção do território, a partir dos atos territorializantes, que atuam como condicionantes sobre o espaço.

Na discussão entre as perspectivas analíticas da dinâmica territorial, cabe salientar, que o processo de territorialização é compreendido de acordo com o conceito de território tratado anteriormente, e que, de acordo com o conceito de Magnaghi (2000): o território não existe na natureza, por se tratar da produção histórica de atos socioculturais humanos, ou seja, passa a existir a partir de uma relação dialética entre o ambiente e o homem.

O gráfico abaixo (Figura 2), em que o processo de territorialização é apresentado em um esquema de camadas, aponta no território a necessidade da intervenção antrópica sobre o espaço natural para sua existência.

Figura 2 - Espaço e território: os atos territorializantes



Fonte: Produção própria com base em Magnaghi (2001).

Os atos territorializantes são considerados a base para a produção do território, ou seja, sedimentos no espaço que denotam a coevolução entre o meio natural

e os agentes sociais (SAQUET, 2013). Não é possível identificar a identidade do território com base nos objetos de expressão produzidos a partir dele, pois se tratam de representações parciais do contexto local, portanto “a identidade se exprime nos atos territorializantes e se revela através desses” (POLLICE, 2010, p. 13), criando uma relação indissociável entres estes elementos.

As transformações e as modificações radicais nas estruturas territoriais, levando em consideração os ciclos de territorialização anteriores, são tidas a partir de processos de desterritorialização, ou seja, os elementos conformadores do território em seu ciclo prévio sofrem um processo de desestruturação, que ocorre a partir da destruição de importantes atos territorializantes da fase anterior do território e, sobretudo, pelo surgimento de um novo modelo de estruturação, que acompanha diretamente o processo de desterritorialização, classificado como reterritorialização, que consiste em um processo de reinterpretação das estruturas territoriais históricas a um novo modelo cultural em consolidação (MAGNAGHI, 2001).

Nessa perspectiva analítica, ao longo da história, ocorrem diversos processos de abertura e fechamento (desterritorialização e reterritorialização), produzindo a redefinição dos elementos estruturantes do território. Este processo é denominado por Raffestin (1984) como ciclo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), onde o ciclo é ordenado a partir destas três fases principais.

A desterritorialização e a reterritorialização são contraditórios, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC [economia, política e cultural], sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A desterritorialização num lugar significa a reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território. (SAQUET, 2003, p. 218)

O território é transformado em cada ciclo de territorialização, tendo acumulados elementos de sabedoria ambiental que contribuem para a reprodução do tipo territorial. Para Magnaghi (2001), é esta interação entre os atos territorializantes que estabelece a massa territorial, produzida a partir de diferentes elementos durante as seções históricas do território, como surgimento de novas cidades,

mudanças na produção agropecuária, ou até mesmo apropriação de novos significados ao território.

No contexto contemporâneo, ao analisar a dinâmica do território, é importante considerar as modificações que têm ocorrido no espaço global. O processo de transformação em sociedades cada vez mais globalizadas tem fomentado o discurso de um mundo desenraizado, móvel e fluido, o que provoca uma ruptura com dinâmicas mais enraizadas (territoriais) (HAESBAERT, 2002).

A atividade desterritorializante implica em diversos ambientes do território como social, econômico, cultural e político. Esses processos acarretam a diminuição do lugar, no tocante às relações espaço-tempo (CHELOTTI, 2013).

A desterritorialização é, antes de tudo, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão de limites [...]. A desterritorialização corresponde a uma crise [...]. Toda crise se traduz em um cancelamento dos limites, ritmos, ciclos e fraturas intervalares. (RAFFESTIN, 1984, p. 78)

A princípio, a partir da observação dos processos de desterritorialização por uma perspectiva analítica contemporânea, as figuras tendem a mudar de significado. Assim, ao constatar as diversas estruturas conformadoras do território, a sociedade globalizada tende a transformar lugares e/ou gerar rupturas no processo de territorialização, dando início a uma fase de desterritorialização. Nesse contexto, os atributos tangenciados por esse processo modificam suas características e identidade, podendo gerar o rompimento de quadros pontuados como de longo prazo (CHELOTTI, 2013).

Sobre a desterritorialização e as origens do seu processo, Haesbaert (2006) pontua que consiste num processo de exclusão socioespacial cujo principal fomentador é o modelo de desenvolvimento econômico vigente.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de "exclusão", ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67)

O processo de desterritorialização pode ainda ser apresentado através de uma perspectiva econômica, como aponta Medeiros (2007, p.5):

De certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de reterritorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/reterritorialização), forças sociais, econômicas, políticas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de reterritorialização) de grupos envolvidos.

Os processos componentes dos ciclos T-D-R (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) podem ser interpretados como fases do território e da comunidade inserida nele (SAQUET, 2013).

Desse modo, são compreendidos no enquadramento de movimentações, continuidades e descontinuidades no território, responsáveis pela composição e reestruturação das características identitárias intrínsecas ao lugar (SAQUET, 2003).

Na dinâmica TDR, a partir de cada novo ciclo de territorialização – no qual o território sofre significativas transformações e reorganização – são acumulados sedimentos de sabedoria ambiental, material e cognitiva, que contribuem no conhecimento do valor e do tipo territorial através das transformações, sejam elas destrutivas ou reconstrutivas, e das peculiaridades inerentes ao meio sociocultural em que o território está inserido (MAGNAGHI, 2001).

2.4 ESTATUTO DOS LUGARES E DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTOSSUSTENTÁVEL

Apesar do percurso metodológico desta pesquisa não se estender às etapas de elaboração do estatuto dos lugares e à previsão de cenários estratégicos de desenvolvimento, se faz importante sua compreensão enquanto abordagem teórica e importante recurso concebido pela Escola Territorialista Italiana em vista do desenvolvimento local autossustentável.

Nesse sentido, com o entendimento das energias inovativas e da contradição referentes aos processos de territorialização, é possível reconhecer os atores sociais, culturais e econômicos, assim como as tecnologias adequadas para sustentar projeto de modelos de transformação com base em gestão sustentável. Assim, entende-se que o compromisso entre as energias de transformação e o

patrimônio territorial atuam na produção do que a Escola Territorialista Italiana denomina “estatuto dos lugares”, que consiste num documento que, propondo a valorização do patrimônio territorial, promove “uma descrição densa e socialmente compartilhada da identidade dos lugares através da qual se definem as invariantes estruturais e as regras da transformação territorial” (MAGNAGHI, 2001, p.31).

A palavra “estatuto” é amplamente utilizada para referir-se a um conjunto de regras contidas em uma constituição de determinada governança, configurando-se como um documento de regulamentação e normatização que expressa uma entidade coletiva, nesse caso, um determinado governo, independente da escala.

Tendo em vista a aplicação do termo em outras áreas, aplica-se a palavra “estatuto” no âmbito dos estudos sobre o território para se referir a um acordo relativo ao uso e à gestão do território enquanto bem coletivo e susceptível à elaboração de regras para manutenção de seus valores.

O estatuto dos lugares atua como movimento importante do percurso metodológico proposto pela Escola Territorialista Italiana, estabelecendo-se como produto da interpretação, descrição e representação de valores patrimoniais (ambientais, urbanísticos, paisagísticos e antrópicos) locais. Sendo assim, constitui o primeiro capítulo de um processo de planejamento, diferenciando no território, seus aspectos estruturais e estatutários, estratégicos e transformadores (MAGNAGHI, 2011).

O relato identitário nos permite chegar a um conjunto de regras e normas que, assumindo a tradição local, pode ser definida como o Estatuto dos Lugares. Cada unidade local ou paisagística ou ambiental, identificadas com base nas características intrínsecas do território, expressa um conjunto de normas que regulam ambos os processos de conservação e requalificação como processos de transformação. (QUAINI, 2000, p.63 apud MAGNAGHI, 2011, p. 152)

Nessa perspectiva, o estatuto dos lugares visa a promoção e a permanência dos valores territoriais, podendo ser entendido como uma ferramenta de investigação dos processos de territorialização para o desenvolvimento de cenários de desenvolvimento autossustentável. Dessa forma, “o estatuto dos lugares torna-se um informativo de toda a estrutura normativa do plano e determina o modo de

restituição do território nos meios cartográficos, dos quais o mapa do patrimônio é elemento central” (CARTA, 2011, p. 123).

Acerca dos cenários estratégicos, observa-se como base de sua conformação, a participação direta do lugar. Para Carta (2011), a partir do valor depositado no território, do conhecimento específico, do conhecimento técnico e da cultura territorial, os habitantes são capazes de interpretá-lo e orientar o processo a partir de uma função epistemológica. Um cenário estratégico é, portanto, uma possível visão de futuro do território. As diferentes ações previstas por cenários são capazes de marcar diferentes formas a partir das quais os habitantes utilizam os recursos socioeconômicos e ambientais de seu território. A definição de um cenário estratégico definitivo se desenvolve a partir de diferentes esquemas que reproduzem diferentes interpretações do contexto a partir dos habitantes locais e dos sedimentos cognitivos e materiais do território (MAGNAGHI, 2011).

Para Magnaghi (2001), o desenvolvimento de um cenário estratégico abarca a patologia territorial, a identidade do patrimônio territorial e dos sujeitos que a ativam e as regras de transformação definidas no estatuto dos lugares. A partir destes, um cenário produz novos horizontes para a reterritorialização e novas tipologias de intervenção, neste caso, coerentes com o objetivo de reverter a patologia territorial e ativar novos sistemas de assentamento autossustentáveis.

O cenário estratégico leva em consideração a patologia territorial, identidade do patrimônio territorial, dos sujeitos ativáveis pela sua transformação e das regras de transformação, definidas no estatuto dos lugares, define horizontes e conteúdo da reterritorialização e tipologias de intervenção coerentes com a reversão do estado patológico e a ativação dos sistemas de assentamento autossustentáveis. Ressalta-se, nessa perspectiva, a naturalidade da existência de diferentes cenários baseados em diferentes atores locais. Diferentes interesses promovem distintas intervenções territoriais, neste caso, a representação de interesses está diretamente relacionada à representação do território (MAGNAGHI, 2001).

[...] deve-se esclarecer que o cenário, entendido como interpretação, não se refere a uma simples transcrição linear de aspirações,

necessidades e projetos expressos pelo social, mas requer uma extrapolação, um descarte projetual entre a leitura dos inputs provenientes do social e de sua inclusão em um processo transformador da cidade e do território: a tarefa advinda do social deve ser harmonizada no projeto respeito ao objetivo geral da sustentabilidade – que consiste no aumento de valor do patrimônio territorial para as gerações presentes e futuras. (MAGNAGHI, 2001, p. 34)

É nesse processo, portanto, que a seleção das intervenções propostas considera a existência de conflitos existentes entre os diferentes atores sociais do território e suas práticas; destas, observa-se a existência de práticas que consomem o patrimônio territorial e atores (mais fracos e sem voz) e práticas que objetivam o desenvolvimento cultural e econômico a partir de um comportamento ético (MAGNAGHI, 2001).

Dessa forma, a participação dos atores locais na conformação de um cenário se dá a partir de institutos de participação que definem as regras inovativas e contraditórias ao atual modelo de desenvolvimento.

O cenário é, portanto, um afresco, uma visão de nova civilização, o desenho pontual das paisagens futuras de cada lugar, que aprofunda suas raízes na identidade do lugar e na denotação, na seleção e na valorização de novos sujeitos e comportamentos (práticas espontâneas e informais e/ou institucionais de construção do espaço e da sociedade local) que caminham na direção da transformação sustentável da cidade e do território. (MAGNAGHI, 2001, p. 35)

Segundo Magnaghi (2001), a produção de um cenário estratégico se desenvolve, em síntese, em dois percursos:

1. Verificação e apresentação projetual dos insumos advindos das diversas linhas de oposição aos efeitos provenientes do modelo de desenvolvimento globalizado e reinterpretando-os na dinâmica urbana e territorial local.
2. Elaboração (de maneira a representar a cidade ideal) das diferentes visões do cenário urbano territorial objetivando o desenvolvimento local.

A implementação do cenário estratégico implica duas figuras de planejamento diferentes e independentes, embora complementares: o projeto territorial ou visão projetada e a estratégia territorial ou plano estratégico, de acordo com a

articulação indicada no esquema do processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável.

Enquanto resultado do percurso proposto, objetivando o desenvolvimento local autossustentável, a abordagem territorialista propõe o projeto de desenvolvimento local. Para Magnaghi (2011), o projeto de desenvolvimento local se estabelece como enfrentamento ao modelo de desenvolvimento funcionalista e globalizado, no qual há uma redução do projeto de desenvolvimento local e a busca de estabelecer concorrências em áreas produtivas produzindo processos de exploração dos recursos locais à exaustão e a mobilização de energias em espaços externos.

Na perspectiva do desenvolvimento local, este deve assumir seu caráter político na busca por estilos de desenvolvimento alternativos que produzam um território plural, solidário, desierarquizado e federal no enfrentamento a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento funcionalista. É preciso, desta forma, que as sociedades locais se fortaleçam através deste para a valorização do patrimônio.

Para determinar esse modo de uso, considera-se essencial introduzir algumas clarificações conceituais sobre o debate em andamento sobre o desenvolvimento local:

- (a) o patrimônio territorial é constituído por um sistema vivo de elevada complexidade e, como tal, deve ser tratado como um recurso para produzir riqueza [tratar a herança como um sistema vivo].
- b) o valor de existência da propriedade não deve ser identificado com o seu valor de uso, muito menos com o valor de troca como um recurso [distinguir entre valor de existência e valor de uso (recurso) de patrimônio].
- c) o desenvolvimento local baseado na valorização do patrimônio não tem limites, nem escalas, nem atores pré-constituídos [distinguir entre o desenvolvimento local e o localismo]. (MAGNAGHI, 2011, p. 112, tradução e comentários nossos)

2.5 OS PROCESSOS TERRITORIALIZANTES E OS TIPOS IDEAIS DE TERRITÓRIO

O conceito de território está essencialmente ligado às relações sociais e mediações entre natureza e sociedade. Na base da produção do território encontram-se as relações territoriais, que se configuram a partir das ações de

atores sociais enquanto sujeitos históricos das relações entre sociedade e natureza. Neste sentido, podemos dizer que somos, simultaneamente, naturais e sociais, como argumentado por Karl Marx (SAQUET; ALVES, 2014).

Com isso, Haesbaert (2005) traz à tona um conceito de território, que se relaciona, distanciando-se da conotação genérica de espaço, como um espaço-processo, ou seja, um espaço construído com valor social agregado, ou, sob a ótica de Lefebvre (1986), um espaço trabalhado, fruto dos processos de dominação e apropriação dos atores sociais sobre o meio.

O território, na dinâmica sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Diante do discurso de Haesbaert (2004), acerca do *continuum* que ocorre nos processos de apropriação e/ou dominação do espaço (dinâmica de territorialização), entende-se que o território deve ser compreendido a partir da multiplicidade de manifestações, fruto da ação de múltiplos agentes e atos territorializantes.

A multiplicidade dos processos territorializantes pode ser observada, segundo Haesbaert (2004), a partir da perspectiva de que o território tem atribuído, obrigatoriamente, valores simbólicos e funcionais, pois o domínio sobre o espaço produz significados e funções concomitantemente.

O conceito de apropriação, ligado ao sentido de propriedade, relaciona de forma mais simbólica no território, representando o valor de uso e as memórias da construção do espaço, já a concepção de dominação se refere à camada mais concreta do território, relativa ao seu valor funcional e de troca (LEFEBVRE, 1986 apud HAESBAERT, 2005).

Frente aos processos territorializantes, conformados através de relações simbólicas e funcionais, Haesbaert (2004) define dois “tipos ideais” de território, configurados através de referências extremas dos processos de territorialização. Entretanto, cabe salientar que esta classificação diz respeito às manifestações em estado puro, aplicadas somente em âmbito teórico, pois na prática “todo

território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2004, p.4). Com isso, visto que o território é produzido com base num *continuum* entre funcionalidade e simbolismo, Haesbaert caracteriza os extremos dos “tipos ideais” de território a partir do quadro a seguir:

Quadro 1 - Caracterização do território ideal: simbólico e funcional

TERRITÓRIO FUNCIONAL	TERRITÓRIO SIMBÓLICO
Processos de Dominação (territórios da desigualdade)	Processos de Apropriação (territórios da diferença)
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (exemplo: terra prometida dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

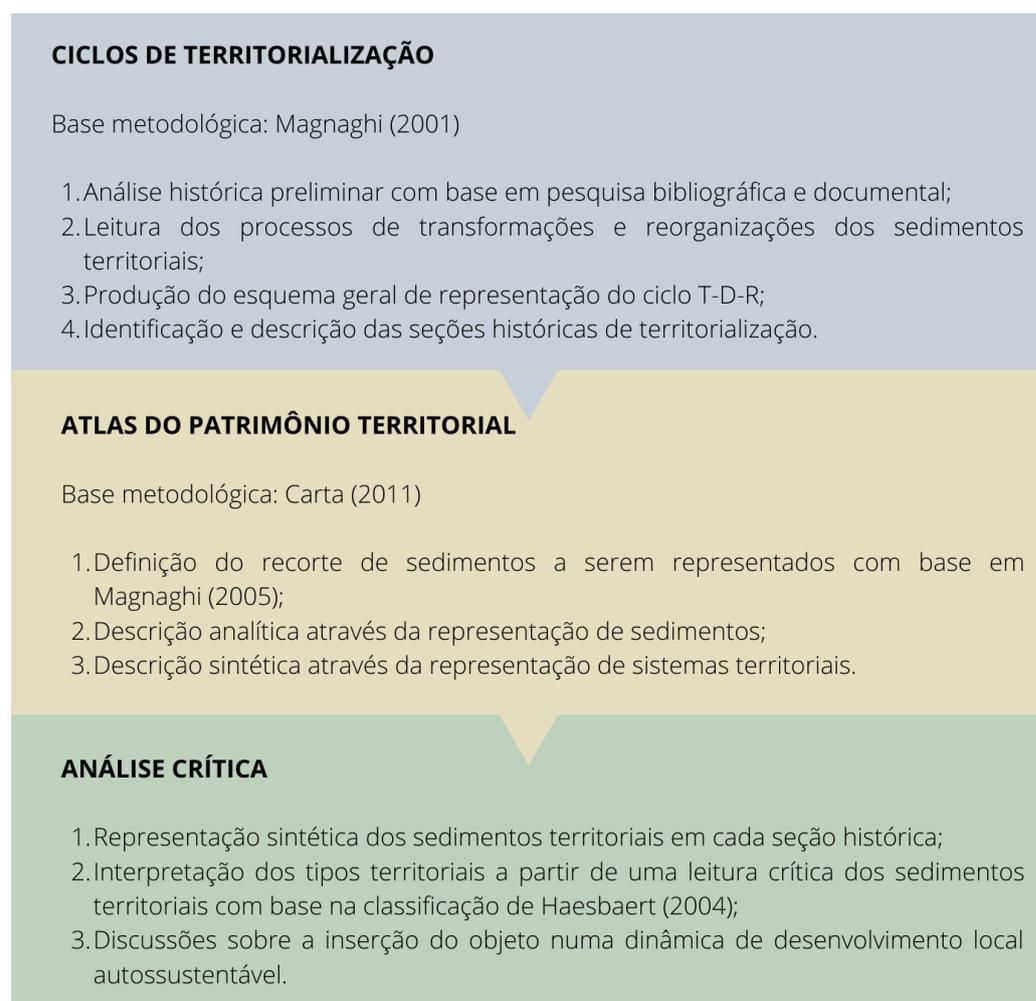
Fonte: Produção do autor com base em Haesbaert (2004).

Essa classificação, ainda que genérica e dicotômica, contribui na percepção dos processos de produção do território ao longo da história e em diferentes contextos geográficos. Com isso, é possível analisar os processos de territorialização e sua proximidade com cada tipo ideal de território, aproximando-se sua relação com características funcionais ou simbólicas.

3 REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Com base no diálogo teórico entre da Escola Territorialista Italiana e outros autores que discutem os conceitos de território e territorialização, a abordagem metodológica ancora-se em 3 principais estratégias: análise, descrição e representação. Assim, desdobram-se 3 etapas complementares de representação e análise, a fim de compreender as características intrínsecas ao objeto concreto de forma qualitativa, expostas na figura 3.

Figura 3 - Etapas de representação e análise da pesquisa



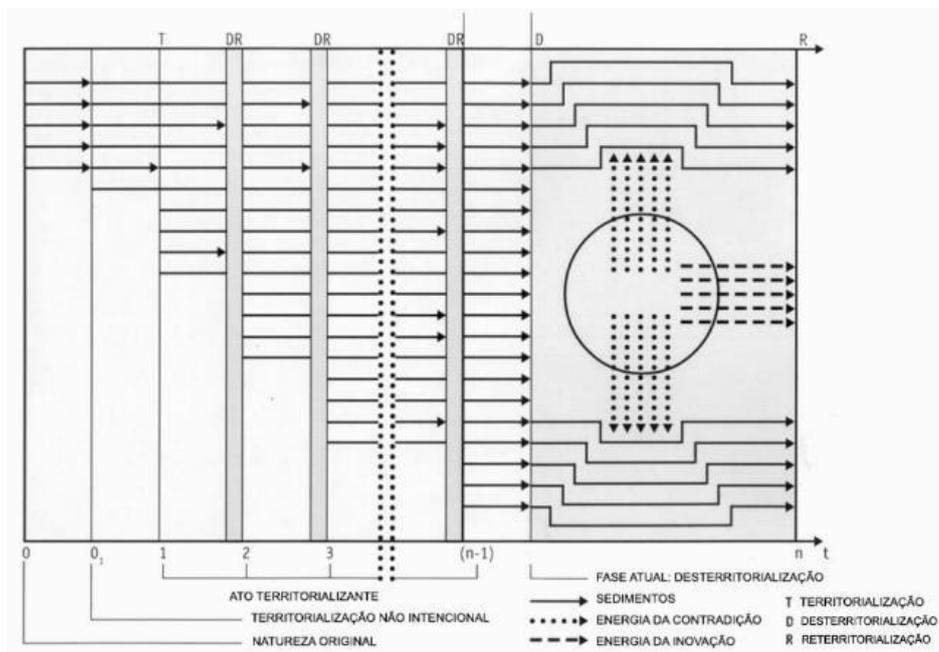
Fonte: Produção do autor

A primeira etapa da abordagem metodológica de representação e análise do recorte, diz respeito a uma leitura dos ciclos de territorialização desenvolvidos no território objeto. Este processo segue a metodologia apresentada por

Magnaghi (2001), onde, num primeiro momento, é realizada uma pesquisa histórica preliminar a partir de ferramentas e técnicas que possibilitem a formulação de um banco de dados complexo o suficiente, para a compreensão dos principais atos territorializantes que atuaram na produção territorial do recorte. Assim, a pesquisa utilizou de fontes bibliográficas e documentais, a partir de dados históricos, estatísticas, cartografias, entre outros.

Portanto, proporcionado pela leitura e análise do processo histórico de formação territorial em torno do objeto de estudo, realiza-se uma comparação entre as transformações, invariâncias, inovações e reutilizações de sedimentos territoriais ao longo do curso de territorialização, para que possam ser identificados os principais atos territorializantes que atuaram nos processos de abertura e fechamento de diferentes ciclos de territorialização ao longo do tempo. Esse processo é expresso na pesquisa através da formulação de um esquema sintético, com base no esquema geral de representação do ciclo T-D-R, baseado na representação proposta por Magnaghi (2001) (Figura 4).

Figura 4 - Esquema do processo de T-D-R

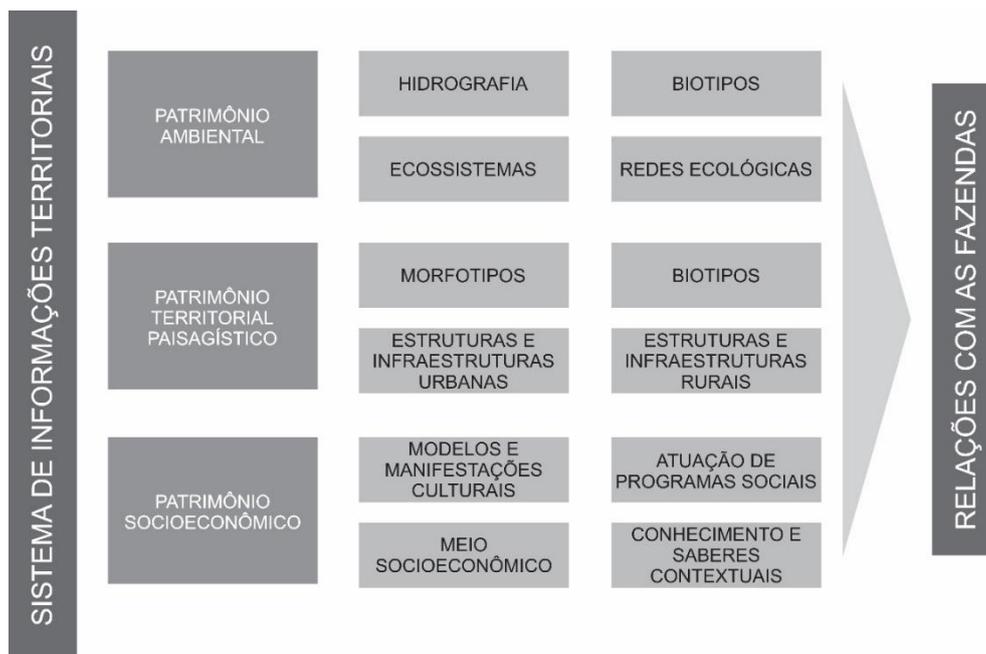


Fonte: Magnaghi (2001) [tradução nossa].

A produção do esquema que apresenta o ciclo T-D-R, subsidia a identificação das seções históricas no que tange a produção do território. Frise-se que a descrição destas seções é concentrada em sua fase de maturidade, ou seja, na expressão de sedimentos territoriais consolidados que representem as peculiaridades de cada seção.

Dando prosseguimento ao desenvolvimento metodológico, num segundo momento, a pesquisa concentra foco na construção do atlas do patrimônio territorial, este, com fases de elaboração definidas a partir de uma adaptação da metodologia proposta por Carta (2011). O atlas objetiva a representação identitária e síntese dos quadros cognitivos do território, evidenciando os sedimentos que o constituem. Portanto, realiza-se um apontamento, em caráter seletivo, dos sedimentos priorizados para o sistema de representação, que possam descrever as regras de transformação histórica e os valores patrimoniais ativos. Assim, com base em Magnaghi (2005), é definido o recorte de sedimentos a serem analisados (Figura 5).

Figura 5 - Caracterização do sistema de informações territorialista



Fonte: Produção do autor com base em Magnaghi (2005).

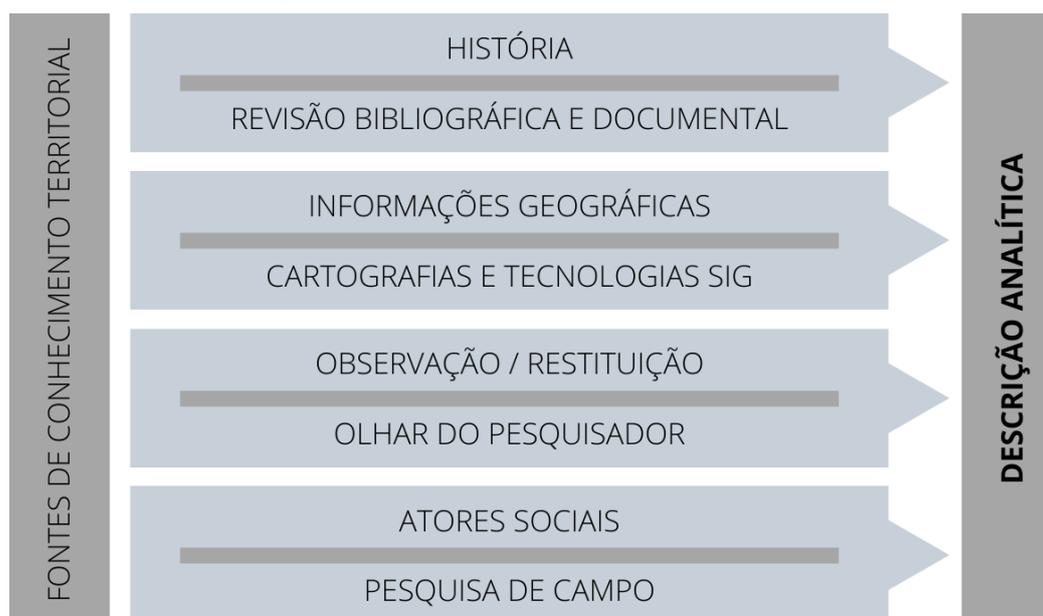
Importa registrar que a definição de 3 (três) camadas sintetizadas e interligadas entre si, e suas respectivas dimensões patrimoniais - ambiental, territorial-paisagística e socioeconômica – conformam uma espécie de trama complexa de

ativos territoriais e relações identitárias. Dessa forma, a pesquisa utiliza este modelo de organização, tanto para a identificação dos sedimentos prioritários à representação e descrição, quanto para a definição de quadros síntese representantes de cada uma das dimensões do território.

A partir da definição e da organização dos sedimentos, inicia-se a elaboração do atlas, realizado em duas fases de desenvolvimento. A primeira fase concentra níveis de informação organizados tematicamente, denominada “descrição analítica”, onde são representados dados sobre uso do solo, modelos socioeconômicos, estruturas geológicas, entre outros sedimentos. Nessa fase, as informações são estruturadas meticulosamente, visto a possibilidade de os dados expostos serem sintetizados em um complexo quadro cognitivo.

Portanto, nesta etapa de desenvolvimento do atlas, adota-se a participação de diferentes fontes de conhecimento específico, para proporcionar uma descrição complexa e adequada do território. Neste sentido, em adaptação à proposta de Carta (2011), são definidas as fontes de conhecimento territorial (Figura 6), assim como as estratégias e ferramentas de obtenção das informações necessárias para a construção do atlas. Nesse sentido, em adaptação a proposta metodológica de Carta (2011), define-se as fontes de conhecimento territorial (Figura 6), bem como as estratégias e ferramentas de obtenção das informações necessárias para a construção do atlas.

Figura 6 - Fontes de conhecimento territorial



Fonte: Produção do autor com base em Carta (2011).

1. **Historiografia:** para compreender a conjuntura territorial de um lugar, faz-se necessária a leitura dos processos ocorridos durante os ciclos de territorialização. Para isso, adota pesquisa baseada em diversos autores, historiadores e documentos históricos descritivos de dados e eventos contribuintes para a compreensão dos ciclos de territorialização do território objeto.
2. **Informações geográficas:** contribuem na compreensão do espaço em diferentes processos. Utiliza-se como ferramenta as tecnologias de informação geográfica (SIG), que, através de instituições oficiais como o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e o Geobases¹³, disponibilizam informações acerca dos sedimentos materiais do território;
3. **Observação/restituição:** É pertinente registrar que, como fonte de informação, o olhar do pesquisador atua sobre diversas etapas de obtenção de dados, contribuindo para a configuração das informações

¹³ Sistema online do Governo do Estado do Espírito Santo, que disponibiliza dados espaciais e informações geográficas.

através do desenvolvimento de uma análise crítica concebida a partir do estudo do território e do processo metodológico adotado.

4. Atores sociais: contribuem enquanto informação territorial apresentando perspectivas de vivência do território, além de disponibilizar dados ainda não registrados e/ou documentados. Cumpre salientar, para a obtenção de tais dados são desenvolvidos levantamentos in loco, a partir de visita às fazendas históricas remanescentes em 2020, em aproximação à atores locais de alguma forma ligados à estas estruturas.

Na segunda fase do atlas do patrimônio territorial, de “descrição sintética”, a nível analítico, de dados organizados (e reproduzidos), objetivando uma representação integrada de sistemas decorrentes de manifestações interpretativas. Essa fase objetiva a organização de elementos relacionados entre si, sintetizados e consolidados de maneira a permitir uma leitura de processos em curso no território.

Por fim, como última etapa do processo de representação e descrição do território objeto, desenvolve-se uma análise crítica dos processos de territorialização, a partir de um diálogo entre a metodologia da Escola Territorialista Italiana e o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004). Neste sentido, são organizadas representações identitárias com os principais sedimentos territoriais e atos territorializantes de cada uma das seções históricas identificadas na leitura do ciclo T-D-R, possibilitando uma discussão das características de sedimentos consolidados durante o processo de produção territorial.

Portanto, a partir da leitura das representações identitárias, configura-se um diagnóstico interpretativo das relações produzidas entre as fazendas, as redes de relações e o patrimônio territorial, distinguindo perspectivas de identificação dos tipos de territorialização prevalentes no território objeto, em cada seção histórica, estando estas, definidas pela análise de seus processos de dominação e/ou apropriação (território funcional ou simbólico) (HAESBAERT, 2004). A compreensão da ocorrência do processo histórico de produção, bem como de sua relação para com o patrimônio territorial local, subsidia o desenvolvimento

de discussões acerca das possibilidades de inserção das fazendas cafeeiras históricas numa dinâmica de desenvolvimento local autossustentável a partir da conjuntura atual.

3.1 AS FAZENDAS CAFEEIRAS HISTÓRICAS EM MUQUI E OS CICLOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Dando início à aplicação da abordagem metodológica adotada, com base em Magnaghi (2005), desenvolve-se o processo de identificação e descrição do Ciclo T-D-R no recorte.

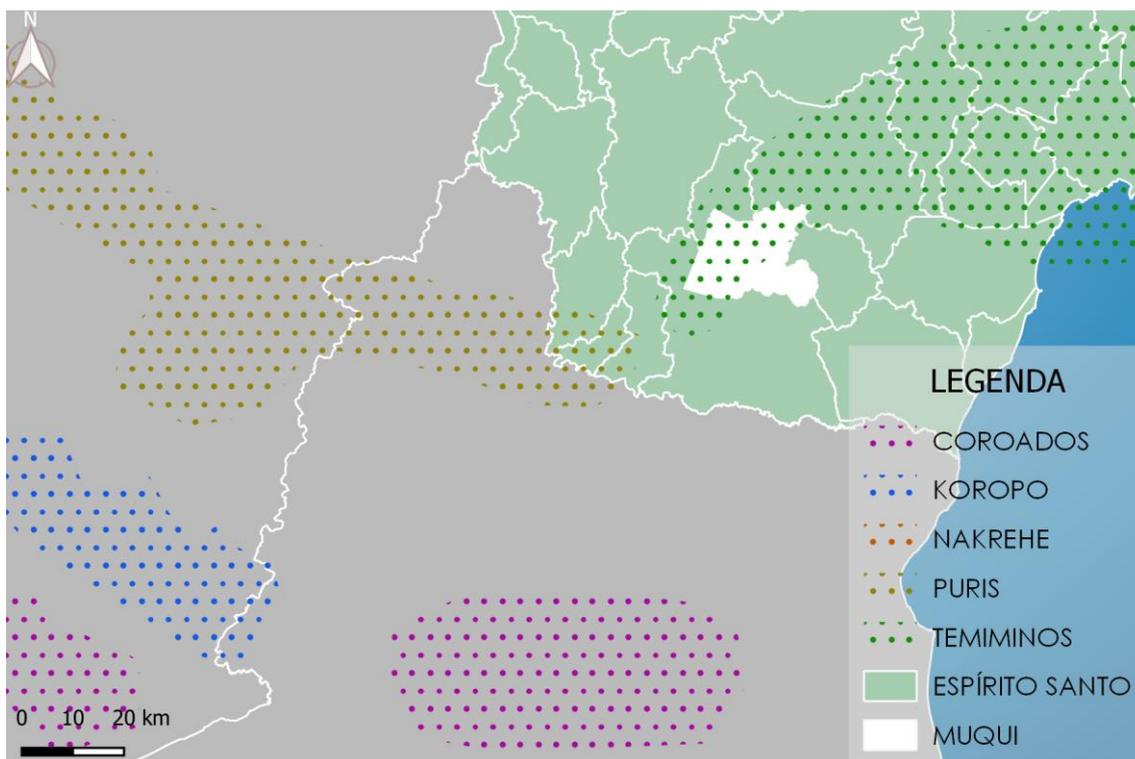
3.1.1 Análise histórica preliminar

Ao contrário da ideia geral de que a capitania e, posteriormente a província, do Espírito Santo permanece sob profundo marasmo, salvo parte de seu litoral, até por volta do século XVIII ou XIX, registra-se nesse período grandes movimentações de povos indígenas, interagindo entre si e com outros grupos étnicos, delineando não apenas a fisionomia do espírito-santense, como também os processos históricos dos quais o território é palco.

Os Temiminós, tribo pertencente à família linguística tupi-guarani, ocupam boa parte da região sul do Espírito Santo, entre os séculos XVI e XVIII. Apresentados como tribos valentes, atuam como aliados dos portugueses na colonização da região, a fim de assegurar a existência da tribo num cenário de conflitos e perdas territoriais por povos indígenas (BOURGUIGNON, 2017).

Entretanto, a instabilidade das relações entre os Temiminós e os colonizadores é evidenciada no episódio em que, descumprindo acordos, portugueses escravizam índios, o que teria incentivado o abandono do aldeamento jesuíta pela tribo, que se embrenha nos sertões da capitania (BOURGUIGNON, 2017). Segundo o Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (Figura 7), produzido por Curt Nimuenjadú (IBGE, 1981), os Temiminós passam a ocupar parte do território correspondente à atual região sul do Espírito Santo em 1584, incluindo o território de Muqui, configurando então o primeiro processo de territorialização registrado no percurso histórico do recorte.

Figura 7 - Ocupação indígena na região sul do Espírito Santo nos séculos XVI e XVII



Fonte: Produção do autor com base em IBGE (1981).

Os conflitos entre indígenas e colonizadores, não só na região sul do Espírito Santo, mas em boa parte do território nacional, são constantes até o século XIX, sendo classificado por historiadores como um período de alto fluxo migratório de tribos indígenas e de grandes transformações territoriais.

Segundo Moreira (2017), no início do século XIX, evidencia-se importante aspecto da etnopolítica indígena na região: o movimentado trânsito de índios botocudos, Puris e coroados nos sertões do Espírito Santo, devido, principalmente, ao acirramento dos conflitos entre estas tribos. Nesse contexto de disputas territoriais, não apenas entre índios, mas também contra a ocupação portuguesa, registra-se uma série de migrações entre a região de Itapemirim, tradicionalmente ocupada pelos Puris, e o território próximo ao rio Doce, mais frequentemente ocupado pelos botocudos.

Sob tal panorama, o território compreendido pelo atual município de Muqui teria sido ocupado no início do século XIX por índios Puris, a partir de um movimento migratório de tribos eram originárias de outras regiões entre os territórios do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Figura 7) (IBGE, 1985).

Numa análise dos processos de territorialização, a partir dos povos indígenas, Spix e Martius (1976 apud SCARAMELLA, 2011), caracterizam os Puris como uma tribo com grande movimentação migratória, tendo como principal causa desses movimentos a procura por alimento. A época de frutificação de determinadas espécies definia o calendário migratório, proporcionando a coleta dos frutos, geralmente realizada pelas mulheres, e a caça de animais próximos à essas áreas, tradicionalmente feita pelos homens da tribo.

Os Puris que foram organizados em aldeamentos, passaram a ser incorporados à sociedade local por volta de 1800, porém, os indivíduos pertencentes a tribos independentes permaneciam em situação incerta em relação aos seus direitos territoriais. Apesar de existirem fundamentos legais que podiam garantir os direitos dos índios sobre o território, a realidade mostrava um permanente avanço da ocupação estrangeira sobre as terras indígenas e, conseqüentemente, sua expulsão (MOREIRA, 2002).

Nesse contexto de incertezas sobre os direitos indígenas, promulga-se, em 1850, a Lei de Terras (Lei n. 601, de 18/9/1850) proibindo a continuidade de formação de posses, ou seja, a aquisição de novas terras passaria a ser realizada através de processos legais, por via de compra, e não mais a partir da ocupação de determinado território (MOREIRA, 2002). Essa legislação proporciona o surgimento de uma nova classe social, os posseiros de propriedades rurais de grande porte, evidenciados pela análise do tamanho médio das principais fazendas cafeeiras da região, que gira em torno de 2807 hectares, no período entre 1856 e 1877 (ALMADA, 1984).

Assim ocorre, segundo o IBGE (1985), o início da efetiva colonização do solo muquiense, proporcionada principalmente pela ocupação das terras devolutas da região por fazendas oriundas do Vale do Paraíba, que se instalam, em especial, na região baixa da serra dos Pirineus, no vale do Sumidouro, sendo a fazenda Santa Teresa do Sumidouro (não existente na atualidade) considerada o primeiro núcleo populacional da região.

O processo de migração de fazendeiros provenientes de Minas Gerais e Rio de Janeiro ocorre, principalmente, a partir da exaustão da fertilidade do solo nas

lavouras do Vale do Paraíba, e da redução da extração aurífera nas Minas Gerais. Neste cenário, inicia-se o processo de aquisição de terras na região sul do Espírito Santo, região ressonante ao Vale do Paraíba, para a implantação de fazendas produtoras de café, produto agrícola em alto crescimento em toda região sudeste do Brasil nesta época (PESSOA E PICCINATO, 2007).

De acordo com Mendonça (1989), a fazenda Santa Tereza do Sumidouro, que teria se tornado o epicentro da vida social rural da região na época, anos depois, origina outras duas fazendas, a Providência e a Alpes. Ainda por volta da década de 1850, diversas outras fazendas vão sendo implantadas na região, tais como: Saudade, Candura, Monte Carmelo, Orange, Boa Esperança, Entre Morros, São Francisco, Santa Rita, Primavera, São João, Progresso, Macedônia, São Gabriel, Santa Rosa, São Luiz, Verdade (IJSN, 1981), Fortaleza, Bom Destino (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991) e Aliança (ROCHA, 1966).

Em observação aos relatórios provinciais do Espírito Santo, durante a década de 1850, período de implantação das primeiras fazendas em Muqui, há uma preocupação em estabelecer a movimentação na região, evidenciada a partir da necessidade da construção de pontes e estradas. Neste período também se desenvolve a implantação de uma complexa rede de rotas de tropas, que viabiliza a ligação das cidades interioranas e o litoral. Para Buffom (1992), as estradas para tropas e animais de tração, ainda que precárias, permitem a comunicação e conseqüentemente o escoamento da produção aos portos fluviais e marítimos e, na contramão, permite o abastecimento das fazendas interioranas com produtos e manufaturas não existentes na região.

portanto, é a partir da instalação de novas fazendas, em meados do século XIX, que, às margens do rio Muqui, é fundada a primeira povoação do atual município, denominada Arraial dos Lagartos. Nessa mesma época, com a implantação de um conjunto de fazendas, surge a povoação de São Gabriel de Muquy, atualmente Camará, tida como pobre e configurada por choças (MUQUI, 2015).

Com o surgimento de núcleos populacionais e com o aumento da produção agrícola, surge a necessidade de incrementar a rede de transportes, a fim de facilitar o fluxo de pessoas entre as fazendas e os povoados, bem como

possibilitar o escoamento da produção. Destinada principalmente ao porto de Limeira, no Rio de Janeiro (CORREA, 1871), onde a exportação do café, segundo Saletto (1996), apresenta um crescimento de mais de 400% no volume exportado referente à região de Itapemirim¹⁴ ¹⁵.

Cabe salientar, a produção cafeeira em Muqui, inicialmente desenvolvida por fazendeiros provenientes de Minas Gerais e, sobretudo, da região do Vale do Paraíba, reflete-se na produção fundamentada na mão de obra escravizada, assim como nas suas localidades de origem. Destaca-se, a partir de Pereira Júnior (1861), que a população local, em 1861, desconsiderando as tribos indígenas¹⁶, é de 2048 pessoas; sendo desse total, 1238 constituído por sujeitos escravizados, ou seja uma população cerca de 53% maior que a de sujeitos livres, evidenciando a forte utilização da força escravizada, em especial nas fazendas cafeeiras da região.

Na década de 1880, com o declínio do sistema escravagista, na região, surgem quilombos e comunidades de ex-escravizados, a exemplo da “casa da mãezinha”, fundada pela família Rosa, que migra para Muqui em 1885 (GUIMARÃES, 1988). Com o surgimento de comunidades afro-brasileiras, passa a se difundir na região uma nova dinâmica sociocultural, com reflexos até hoje, no sincretismo religioso, na culinária e nas tradições presentes no município.

Com o tráfico ilegal, a migração do contingente escravo, proveniente de fazendas de outras províncias, e a reprodução endógena dos cativos, os fazendeiros escravocratas do Sul do Espírito Santo não apresentam indícios de preocupação com a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, recebendo os núcleos coloniais incentivados pelo governo com certa indiferença (LAGO, 2018).

¹⁴ Muqui, neste período, fazia parte do município de Itapemirim.

¹⁵ 1851: 2807 toneladas; 1873: 141654 toneladas.

¹⁶ De acordo com o Relatório Provincial de 1859 (VELLOSO, 1859), o contingente populacional dessas tribos somava cerca de 200 pessoas.

Neste contexto, apenas às vésperas da Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), promulgada em março de 1888, que extingue o regime escravocrata no Brasil, passa-se a fomentar, efetivamente, a imigração estrangeira para o trabalho livre assalariado no Espírito Santo. Segundo Franceschetto (2014), a introdução do imigrante europeu, sobretudo de italianos, apresenta um grande acréscimo entre o final do século XIX e início do XX, sendo as fazendas cafeeiras importantes núcleos de atração populacional neste período¹⁷.

O segundo foco que mais atraiu os italianos foram as áreas onde estavam localizadas as fazendas de café, principalmente no entorno de Cachoeiro de Itapemirim (nos atuais municípios de Castelo, Muniz Freire, Alegre, Conceição do Castelo, Vargem Alta, Lúna, Muqui) além daquelas localizadas no vale do Itabapoana e na região de São Mateus, cujos proprietários haviam utilizado a mão de obra escrava em suas lavouras. Assim, o fluxo de entrada para esses locais tem grande ênfase a partir de 1888, ano em que é abolida a escravidão. Pelo menos 9.000 italianos são destinados às ex-fazendas escravocratas onde se empregaram, preferencialmente, em regime de parceria, ou como diaristas, o que equivale a cerca de 27% do total dos imigrantes dos quais se conhece o destino. (FRANCESCHETTO, 2014, p 111).

Com a introdução dos imigrantes europeus em Muqui, a região assume uma nova dinâmica, refletida não apenas na fisionomia do muquiense, mas na construção das paisagens e do meio socioeconômico e cultural, como, por exemplo, o crescimento da utilização da mão de obra familiar nos estabelecimentos agrícolas, o incremento do sistema de parceria¹⁸ e o aumento da diversidade de culturas agrícolas. Cabe salientar a importância dessa população, na reestruturação da mão-de-obra das fazendas, após a abolição da escravatura e, ainda, na reestruturação agrária¹⁹, visto que muitas famílias de imigrantes se tornam proprietárias de terras²⁰ (FRANCESCHETTO, 2014).

¹⁷ De acordo com o DGE (1926), no ano de 1920, 6,9% da população muquiense era composta por estrangeiros.

¹⁸ O sistema de parceria agrícola, também conhecido na região como meação, consiste num acordo entre o proprietário de terras e o trabalhador rural, onde parte da produção é paga ao parceiro, ou colono, como se diz na região. Ainda, é comum que o proprietário disponibilize os insumos para a produção, assim como moradia à família do trabalhador.

¹⁹ A média do tamanho da propriedade agrícola em Muqui, marcada nas décadas anteriores pela introdução de latifúndios, passar a ser de 77.1 hectares em 1920 (DGE, 1923).

²⁰ De acordo com o DGE (1926) cerca de 17,3% das propriedades rurais em Muqui eram de posse de estrangeiros.

Com o desenvolvimento da cafeicultura e a introdução de novas fazendas²¹, não só em Muqui, mas em toda região sul do Espírito Santo, ocorreram diversas mudanças territoriais e a necessidade da implantação de novas estruturas de transporte que possibilitassem a mobilidade e o escoamento da produção. Nesse sentido, é inaugurada, em 1883, a Estrada de ferro Sul do Espírito Santo, sendo em 1902 implantada a estação ferroviária de Muqui (FALEIROS E VARGAS, 2011). A introdução do modo ferroviário incentiva transformações na dinâmica territorial da região, assim como impulsiona o surgimento e desenvolvimento de vilas às suas margens.

O incremento das lavouras cafeeiras na região promove transformações no território, como o desenvolvimento de um centro urbano com iniciativas políticas e administrativas, e, portanto, em 1912, simultaneamente, Muqui recebe a classificação de vila e a emancipação política do município de Cachoeiro de Itapemirim (PESSÔA; PICCINATO, 2007). Neste contexto, o centro urbano apresenta um comércio bem desenvolvido, além de edifícios públicos e equipamentos urbanos em pleno funcionamento, como escolas e quartel, além do início de obras visando o abastecimento de água e de energia elétrica (SOUZA, 1913).

Sob tal panorama, em relação à produção agropecuária, ainda que as propriedades rurais locais apresentem uma produção considerável de cereais²², cana e fumo, o café permanece como seu principal produto agrícola, responsável pela manutenção da dinâmica econômica local (SOUZA, 1913). Entretanto, frente à instabilidade do comércio do café nesta época, são promovidos incentivos para subsídio da introdução de novos produtos agrícolas, como o

²¹ São João do Muqui, em 1920, possui 191 estabelecimentos agropecuários recenseados (DGE, 1923).

²² Segundo o DGE (1923), em 1920 observa-se uma produção, consideravelmente volumosa, de milho, feijão e arroz, chegando a aproximar-se da produção cafeeira no que tange a quantidade de estabelecimentos agrícolas produtores.

arroz e o cacau, a fim de desvincular a economia muquiense de uma dependência exclusiva da produção cafeeira (SOUZA, 1915).

No final da década de 1910 e início da década de 1920, Muqui avança no desenvolvimento de infraestrutura urbana, como a inauguração da Usina da Cascata, para fornecimento de energia elétrica em 1918 e a instalação da rede elétrica no ano seguinte (MONTEIRO, 1919). Em 1920, inaugura-se a Companhia Telefônica (MUQUI, acesso em 12 de março de 2020); em 1922, é fundado o “Banco Mercantil do Muquy” (GOMES, 1922); e, em 1923, é realizada uma grande reforma do Jardim Municipal e o calçamento das ruas no núcleo urbano (MUQUI, acesso em 12 de março de 2020).

Neste contexto, Muqui atinge seu ápice econômico nos próximos anos, possibilitado pela prosperidade das lavouras cafeeiras. É quando o núcleo urbano passa a expressar a riqueza da região e adquire destaque enquanto núcleo de interesse populacional no Espírito Santo, como uma das cidades mais prósperas do estado (PESSÔA; PICCINATO, 2007). No final da década de 1920, observa-se a continuidade do processo de desenvolvimento em consequência da cultura cafeeira, com incremento das redes viárias, assim como implementação de equipamentos urbanos no município.

Durante seu ápice econômico, o núcleo urbano de Muqui desenvolve-se, com peculiar expressividade estética, construindo um conjunto arquitetônico caracterizado pela extensiva adoção do ecletismo em suas edificações. A arquitetura residencial do sítio histórico de Muqui, sob influência do movimento eclético, marca a introdução de um novo estilo de vida na região, sendo que neste período acontece, também, uma série de inovações, como o surgimento de comércios variados, hotéis, restaurantes e cinema (MUQUI, 2015).

Durante as três primeiras décadas do século XX, em Muqui, o café atua como protagonista no desenvolvimento regional, portanto, um colapso na produção ou comercialização do grão poderia representar uma redução drástica no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, em 1926, é instalado, com uma das sedes em Muqui, o Serviço de Inspeção do Café, enquanto providência para evitar a disseminação da broca do café nas lavouras da região (AVIDOS, 1926).

Entretanto, a prosperidade em torno das fazendas cafeeiras de Muqui encontra barreiras de desenvolvimento frente à crise econômica nacional de 1929, quando as exportações de café sofrem impactos em todo território nacional. Nesse sentido, devido ao fato da economia muquiense estar intrinsecamente vinculada à produção e comercialização do café, o desenvolvimento econômico em Muqui sofre grande ruptura, em relação ao progressivo crescimento pontuado nas décadas anteriores (SCHUCKERT; MAZIOLI; OLIVEIRA, 2015).

Portanto, com os impactos da crise econômica, a partir do final da década de 1930, sob a perspectiva de colapso das fazendas produtoras de café na região, que se inicia um processo de êxodo em direção principalmente a cidades próximas, Vitória ou Rio de Janeiro. Neste curso, diversas propriedades, tanto fazendas cafeeiras como casarões urbanos, sob a posse de famílias acometidas pela estagnação econômica, são vendidas ou em alguns casos abandonadas (SCHUCKERT; MAZIOLI; OLIVEIRA, 2015).

Em relação à produção agropecuária, com o café como principal propulsor da economia muquiense até então, a partir da década de 1940, observa-se uma perspectiva inversa, pontuada pela diminuição das áreas destinadas a lavouras, assim como do efetivo de pés de café no município. Entretanto, o incremento de áreas de pastagem e do número de bovinos, aponta para uma reestruturação de estabelecimentos agropecuários no que diz respeito à sua produção (Quadro 2).

Quadro 2 - Produção cafeeira nos anos de 1940 e 1980

Produto	1940	1980	Variação (quantidade)	Variação (%)
Cafeeiros (pés)	8483950	4428780	-4055170	-91,56
Bananeiras (pés)	44806	65478	20672	46,14
Bovinos (efetivo)	5328	18117	12789	240,03
Suínos (efetivo)	7.204	2271	-4.933	-217,22

Fonte: Produção do autor com base em IBGE (1951) e IBGE (1982).

Nesse contexto de crise, surge uma característica marcante do patrimônio imaterial de Muqui. De acordo com SEBRAE (2005), na década de 1950, passam a ser realizados encontros de folia de reis, tradição que envolve diversas crenças bastante difundidas em regiões com costumes católicos. As folias acontecem tradicionalmente em janeiro e abarcam uma série de símbolos religiosos.

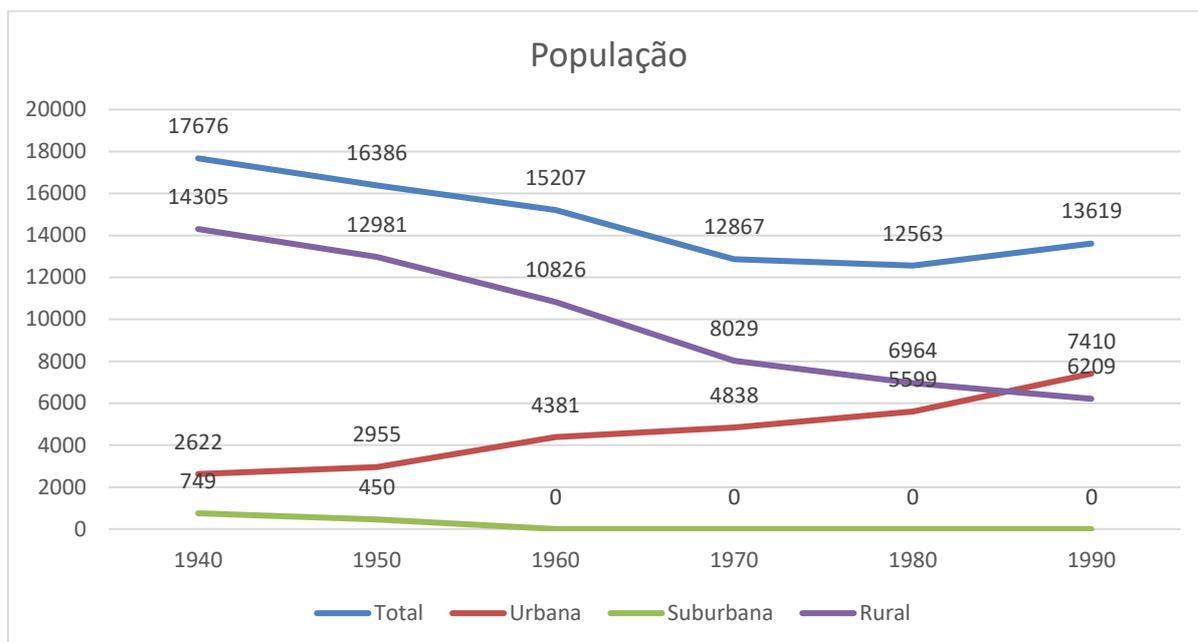
Importa registrar, mesmo após a crise, o contexto da cafeicultura no Brasil continua a ser difundido, até que, no início da década de 1960, a produção cafeeira é marcada por supersafras do produto em todo o país, acarretando uma queda crescente dos preços no mercado, afetando profundamente a economia, em especial as regiões que têm a cafeicultura como único ou principal propulsor da economia (SIQUEIRA, 2009).

Nesta perspectiva, o governo nacional institucionaliza o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), a fim de analisar o cenário produtivo e desenvolver estratégias para enfrentar a crise. Em 1962, é implementada a política de erradicação dos cafeeiros improdutivos, modificando a dinâmica da produção cafeeira e conseqüentemente, de fazendas ao redor de todo o país (SIQUEIRA, 2009).

O café no Espírito Santo, neste período, representava o principal produto agrícola no mercado, portanto as políticas de erradicação adotadas pelo governo impulsionam modificações profundas na dinâmica territorial do estado – devido, principalmente, à diminuição da demanda de mão de obra²³ e a perspectiva de frustração no campo econômico em relação à produção cafeeira, observa-se um novo fluxo migratório da população do campo em direção aos centros urbanos (SIQUEIRA, 2009). Essa característica promove o surgimento de uma nova dinâmica territorial, onde há um esvaziamento das propriedades rurais e o crescimento das periferias das cidades (Gráfico 1).

²³ De acordo com recenseamentos, o contingente do pessoal ocupado em estabelecimentos rurais em Muqui diminuiu cerca de 73,6% entre 1940 e 1980. Ainda, os dados apresentam o surgimento de uma nova classe de trabalhador rural no município, os empregados temporários, que passam a representar 9,5 da força de trabalho em 1980 (IBGE; 1951, 1983).

Gráfico 1 – Estatística populacional em Muqui 1940 - 1990



Fonte: produção do autor com base em IBGE (1951, 1955, 1961, 1971, 1983, 1991)

Outro ponto significativo a ser exposto é a intensificação da industrialização das técnicas de produção agropecuária nesse período, redirecionando a produção e a exportação dos produtos para o setor industrial (HAUTEQUESTT FILHO; BERNARDO; MARTINHO, 2016).

É nesse cenário, na contramão das taxas de desenvolvimento urbano por todo o país, que Muqui atravessa as últimas décadas do século XX num contexto de estagnação econômica, que se reflete na falta de recursos para os proprietários de imóveis, e, conseqüentemente, em poucas modificações no conjunto arquitetônico, e, em alguns casos, no abandono de propriedades. (HAUTEQUESTT FILHO; BERNARDO; MARTINHO, 2016).

Assim, diversas fazendas se tornam improdutivas e sofrem um processo de abandono de suas estruturas, dando-se início a discussões em Muqui no que tange à reforma agrária. Segundo o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, desenvolvido entre 2011 e 2013, o município de Muqui possui dois assentamentos de reforma agrária, constituídos a partir da desapropriação e reorganização das terras de propriedades improdutivas, como as fazendas Monte Alegre e Aliança, em 1998, passando a abrigar dezenas de famílias que

se propuseram a lavrar a terra, sobretudo com base no sistema de agricultura familiar.

Nesse contexto, durante o período de estagnação econômica, onde o conjunto arquitetônico urbano se mantém relativamente preservado, ocorre a demolição de um dos principais casarões ecléticos do núcleo urbano, acarretando a mobilização de sujeitos locais em busca de medidas de proteção do patrimônio e a solicitação de abertura de um processo de tombamento da cidade (HAUTEQUESTT FILHO; BERNARDO; MARTINHO, 2016). Em 1998, por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, as discussões acerca do tombamento da cidade são reiniciadas e no ano seguinte, é instituído o tombamento municipal do sítio histórico, posteriormente elevado ao nível estadual.

Quando analisados os reflexos dos processos de tombamento municipal e estadual incidentes sobre as Fazendas Cafeeiras Históricas no município, observa-se a exclusão destes exemplares, uma vez que nenhuma das medidas existentes nas leis contempla nem mesmo os exemplares mais próximos, como a Fazenda Santa Rita. Nesse cenário, no ano de 2011, o IPHAN/ES inicia a produção do conjunto de documentos intitulados “Processo econômico do café no século XIX e XX”. O inventário em questão, com vistas ao possível tombamento do conjunto arquitetônico, objetiva a compreensão dos exemplares de fazendas cafeeiras na região sul do Espírito Santo, entretanto, após finalização do inventário, o processo de tombamento não prospera.

Em 2010, frente às discussões acerca da conservação dos recursos naturais e da preservação do patrimônio cultural, é criado o Monumento Natural Serra das Torres. A unidade de conservação integral, localizada grande parte em território muquiense, no entorno de locais onde se estabeleceram fazendas históricas, tem como objetivo principal, a preservação do conjunto de recursos naturais, assim como a valorização da identidade e da cultura local (ESPÍRITO SANTO, 2010).

Cumprе salientar, a partir da exposição do percurso histórico, que, apesar do desenvolvimento de discussões acerca da proteção e do tombamento do

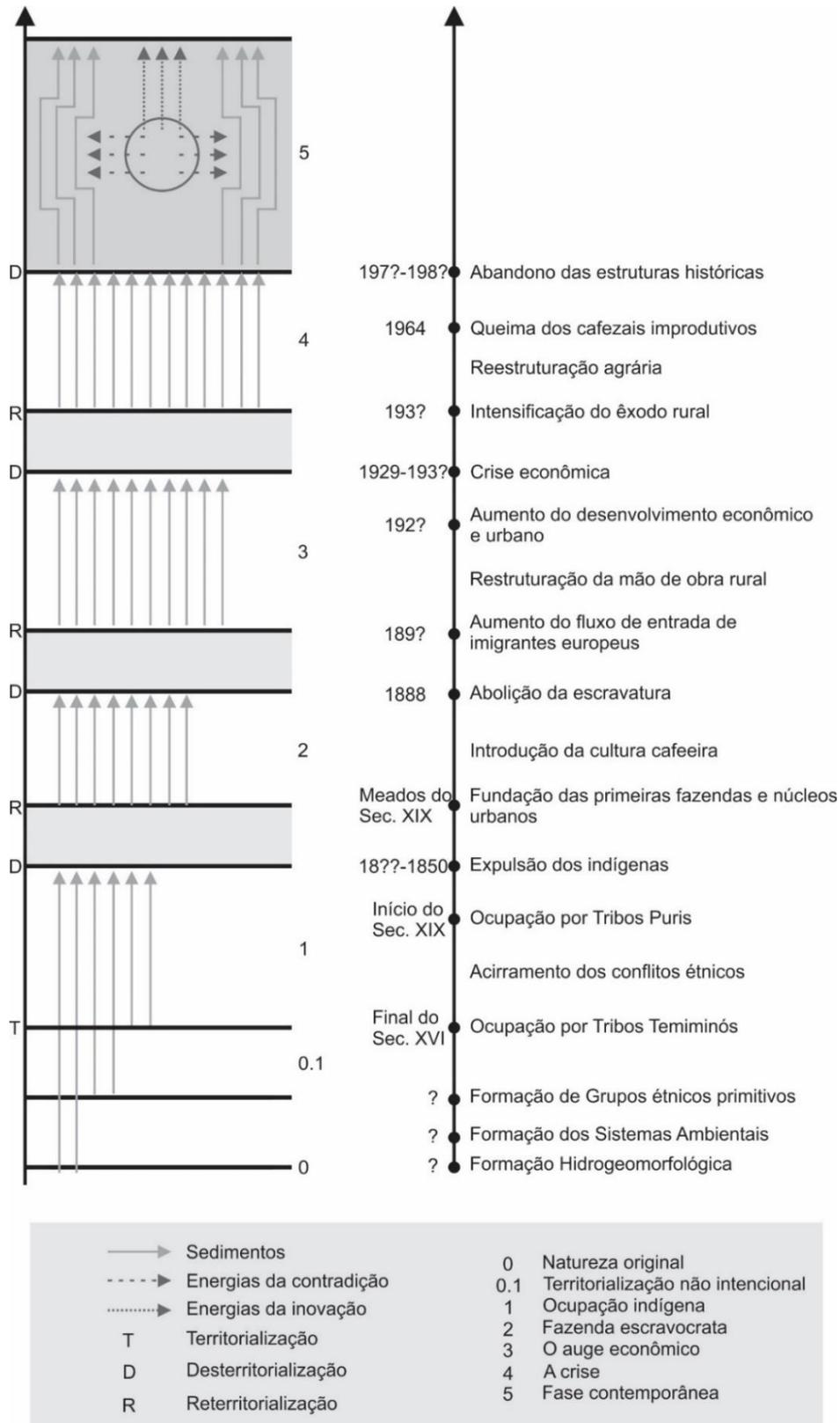
patrimônio no município de Muqui, as fazendas históricas se mantiveram desvinculadas deste contexto, sofrendo impactos dos processos de territorialização no que tange a manutenção e conservação das suas estruturas. Com isso, numa análise de todo o panorama rural em que se insere o conjunto de fazendas históricas de Muqui, observa-se a partir do inventário produzido pelo IPHAN em 2013, a permanência de apenas 18 exemplares, apontando para uma dissolução intensa deste conjunto em comparação à quantidade de exemplares que foram implantados na região desde meados do século XIX. Evidencia-se, portanto, no contexto contemporâneo, a necessidade da abertura de discussões sobre novas formas de desenvolvimento e, sobretudo, no que diz respeito à preservação deste importante conjunto do patrimônio histórico de Muqui.

3.1.2 Representação analítica, sintética e descritiva do ciclo T-D-R

Com base na análise histórica do processo de formação do território o objeto de estudo, é possível observar a constituição de diferentes tipos territoriais a partir da comparação entre os sedimentos produzidos ao longo dos processos históricos do recorte da pesquisa.

Com isso, fundamentado na leitura dos processos de transformações e reorganizações dos sedimentos territoriais, desenvolve-se um esquema de representação analítica (Figura 8) baseado no diagrama geral desenvolvido por Magnaghi (2001), para representação das seções históricas consideradas para um determinado território.

Figura 8 -Representação sintética do ciclo T-D-R do território-objeto.



Fonte: Produção do autor

Com o esquema geral de representação do ciclo T-D-R no território das fazendas cafeeiras - objeto de estudo da pesquisa, cabe salientar que se considera a representação de cada ciclo de territorialização em sua fase de maturidade, ou seja, quando seus sedimentos podem ser considerados consolidados no território. Dessa forma, são consideradas 7 (sete) seções históricas, classificadas segundo a leitura de seus sedimentos, considerando que em apenas 5 (cinco) delas desenvolvem-se processos de territorialização:

- Seção 0 (natureza original): se refere à formação do espaço, anterior aos primeiros processos de territorialização. Nessa seção são considerados os sedimentos materiais configuradores da paisagem, como as formações geomorfológicas, a dinâmica hidrológica, os sistemas ambientais duradouros, ecossistemas, fauna e flora etc.
- Seção 0.1 (territorialização não intencional): diz respeito à formação de grupos étnicos primitivos e de comunidades nômades.
- Seção 1 (Ocupação indígena): essa seção histórica é considerada, de acordo a teoria de Magnaghi (2001), como a primeira territorialização efetivamente registrada do território, compreendendo o recorte da pesquisa, pois nela se desenvolve o primeiro movimento de fixação de comunidades no espaço. O recorte temporal compreende o período entre o final do século XVI e meados do século XIX, período em que tribos indígenas ocupam o território de Muqui, em especial os Temiminós e Puris.
- Seção 2 (A fazenda escravocrata): essa seção é marcada pela implantação das primeiras fazendas da região por migrantes provenientes de Rio de Janeiro e Minas Gerais, possibilitando o desenvolvimento da cultura cafeeira em Muqui. Cabe salientar, nestas estruturas rurais é reproduzido o sistema escravocrata vigente no Brasil. Nesse sentido, o recorte temporal desta seção segue de meados do século XIX até 1888, quando é decretada a lei Áurea, proibindo a escravidão no país.
- Seção 3 (O auge econômico): o início desta seção se dá pela introdução do imigrante europeu, sobretudo italianos, o que possibilita uma reestruturação da mão de obra nas fazendas. Este período, que perdura

entre a década de 1890 até por volta de 1930, é marcado pelo êxito da cafeicultura na região, proporcionando grande desenvolvimento da economia, da infraestrutura e das estruturas urbanas de Muqui.

- Seção 4 (A crise): esta seção inicia-se com os desdobramentos da crise econômica mundial de 1929 em Muqui. Considera-se enquanto recorte temporal, o período entre 1930 até o final do século XX, quando se intensifica o processo de abandono de estruturas históricas. Ainda, esta seção é marcada por um intenso processo de êxodo rural e reestruturação da estratificação agrária.
- Seção 5 (Fase contemporânea): esta seção, que se encontra em curso de desenvolvimento, contempla o período entre os primeiros anos do novo milênio e os dias atuais. Esta seção tem como marco principiante o início das discussões acerca do patrimônio cultural na região, entretanto, apesar do tombamento do sítio histórico urbano de Muqui e da criação do Monumento Natural Serra das Torres, ainda não inclui as fazendas históricas numa dinâmica de proteção ou políticas de preservação do patrimônio, refletindo-se no número reduzido de exemplares remanescentes.

3.2 ATLAS DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DAS FAZENDAS CAFEEIRAS HISTÓRICAS DE MUQUI

Dando prosseguimento ao percurso metodológico, desenvolve-se o atlas do patrimônio territorial do recorte. Assim, com base em Magnaghi (2005), é definido o recorte dos sistemas de representação de sedimentos territoriais a ser analisado e, assim, as sínteses da identidade territorial de cada tipo de patrimônio: patrimônio ambiental, territorial paisagístico e socioeconômico cultural (Figura 9).

Figura 9 - Esquema de apresentação do atlas do patrimônio do território-objeto



Fonte: Produção do autor.

3.2.1 Descrição analítica do Atlas do patrimônio territorial

O primeiro mapeamento apresentado diz respeito à rede hidrográfica ao longo do território-objeto (Mapa 1). Neste mapa apresenta-se uma ampla rede de corpos d'água, como rios, lagoas e reservatórios artificiais, com destaque para o rio Muqui, principal curso d'água do município.

Além dos cursos d'água, o mapeamento apresenta a relação da distribuição das fazendas analisadas com as ottobacias²⁴ presentes no recorte municipal, assim como as fontes hídricas utilizadas em cada um dos exemplares remanescentes de fazendas cafeeiras históricas em Muqui.

Esta cartografia, onde apresenta-se a dinâmica entre os recursos hídricos e as fazendas, faz parte das descrições de um dos sistemas que configuram o

²⁴ As ottobacias são consideradas as áreas de contribuição de um determinado trecho de uma rede hidrográfica. O método foi desenvolvido por Otto Pfafstetter e configura-se em uma codificação numérica com base na área de contribuição direta de um trecho da rede hidrográfica.

patrimônio ambiental do recorte. Para isso, a representação é realizada com a utilização de *shapefiles*²⁵ obtidos no banco de dados do SICAR (2019), do IJSN (2013) e do IPHAN (2013), assim como dados obtidos em pesquisas de campo realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

A cartografia em questão objetiva promover o entendimento das relações existentes entre as fazendas cafeeiras - objeto concreto deste estudo – e os recursos hídricos do território de análise. A partir de sua proximidade com os corpos d'água existentes, bacias hidrográficas às quais seu funcionamento está vinculado e fontes hídricas utilizadas para o consumo humano e agropecuário da fazenda.

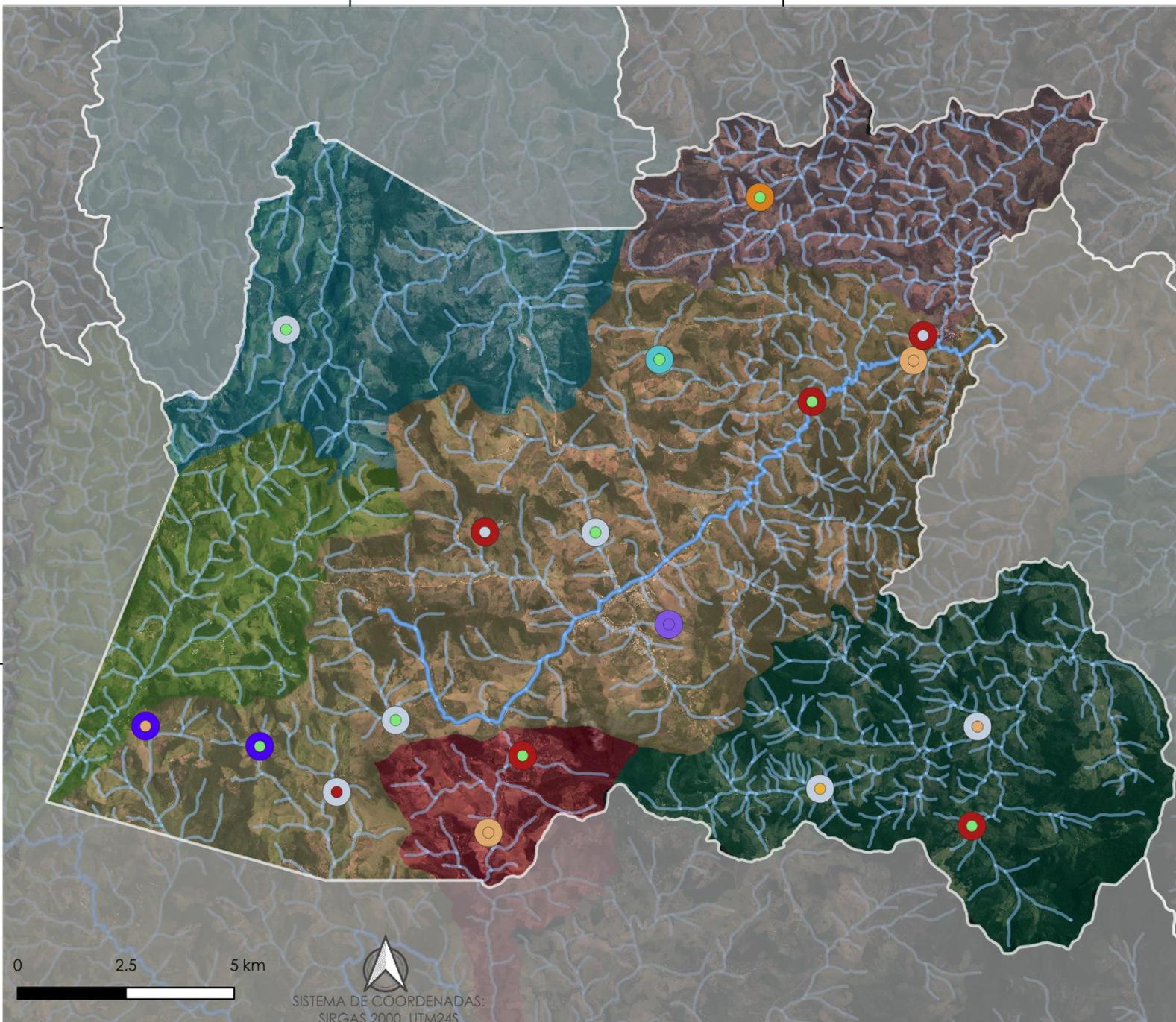
²⁵ Um shapefile é um formato de armazenamento de dados de vetoriais que armazenam informação geográfica e auxiliam na produção de cartografias através de ferramentas SIG.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



HIDROGRAFIA MAPA 1



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
- RIO MUQUI (IJSN, 2015)
- CURSOS D'ÁGUA (IJSN, 2015)

FONTES HÍDRICAS PARA CONSUMO NAS FAZENDAS EXISTENTES EM 2020

- ABANDONADA
- NASCENTE
- NASCENTE E REPRESAMENTO
- POCO ARTIFICIAL
- REPRESAMENTO
- RIO/CORREGO

FONTES HÍDRICAS PARA PRODUÇÃO NAS FAZENDAS EXISTENTES EM 2020

- INEXISTENTE
- LAGOA E RIO/CORREGO
- NASCENTE E RIO/CORREGO
- POCO ARTIFICIAL
- POCO ARTIFICIAL E CORREGO
- REPRESAMENTO
- RIO/CORREGO

OTOBACIAS NÍVEL 6 (GEOBASES, 2019)

- RIO MUQUI
- CÔRREGO APARECIDA
- CÔRREGO FUNDAÇÃO
- CÔRREGO SÃO GABRIEL
- RIBEIRÃO SUMIDOURO
- RIBEIRÃO VALA DO SOUZA

0 2.5 5 km



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S

O mapa 2 consiste numa representação das redes ecológicas desenvolvidas no território-objeto. Esta representação, em conjunto com a cartografia que descreve a relação das fazendas com os recursos hídricos (Mapa 1), constitui sistemas de representação conformadores da síntese do patrimônio ambiental.

Nesta representação está presente a poligonal correspondente ao Monumento Natural (MONA) Estadual Serra das Torres, Unidade de Conservação estadual criada em 2010, a partir da Lei Estadual nº 9.463, compreendendo parte do município de Muqui, numa região de encostas de maciços rochosos. Segundo o IEMA (2020), a região contemplada pelo MONA detém um dos mais importantes remanescentes florestais contínuos localizados na região sul do Espírito Santo e, além disso, é reconhecido pelas formações rochosas do tipo pão de açúcar e escarpas rochosas serranas.

Nesse sentido, a partir de shapefiles obtidos no banco de dados do IEMA (2020), espacializa-se a extensão do MONA no recorte, permitindo analisar a relação entre esta e os remanescentes de fazendas históricas, representados a partir da localização das fazendas disponibilizada pelo IPHAN (2013).

Ainda, neste mapeamento, estão representadas outras áreas protegidas, estabelecidas com o objetivo de preservação dos recursos hídricos, da biodiversidade e da estabilidade geológica. Nesse sentido, com auxílio de shapefiles disponibilizados na plataforma online do Cadastro Ambiental Rural (CAR, 2020), desenvolve-se uma cartografia com a representação das APP de margens de corpos d'água e das áreas de Reserva Legal, áreas protegidas em propriedades rurais amparadas pelo Código Florestal (Lei 4771/65).

Por fim, evidenciando a relação das fazendas com áreas passíveis de produção ambiental no entorno de corpos d'água, como nascentes, rios e córregos, são apresentadas informações referentes aos dados coletados em campo.

Desta forma, a representação permite a compreensão das relações estabelecidas entre as fazendas e as áreas de preservação/proteção existentes no território, bem como a compreensão da fazenda enquanto agente de transformação do uso e cobertura da terra, no entorno de recursos hídricos locais.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"

REDES ECOLÓGICAS MAPA 2



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (CAR, 2020)
- APP (CAR, 2020)
- RESERVA LEGAL (CAR, 2020)

COBERTURA DO SOLO NO ENTORNO DE NASCENTES (FAZENDAS EM 2020)

- NAO IDENTIFICADO
- LAVOURA
- PASTAGEM
- PASTAGEM E LAVOURA
- VEGETACAO NATIVA
- VEGETACAO NATIVA E MACEGA

COBERTURA DO SOLO NO ENTORNO DE RIOS E CORREGOS (FAZENDAS EM 2020)

- NAO IDENTIFICADO
- PASTAGEM
- PASTAGEM E LAVOURA
- VEGETACAO NATIVA
- VEGETACAO NATIVA
- VEGETACAO NATIVA E MACEGA
- VEGETACAO NATIVA E PASTAGEM

0 2.5 5 km

SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S



Mestrando: Luciano Correia Bernardo
Orientação: Prof. D^o Renata Hermanny de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

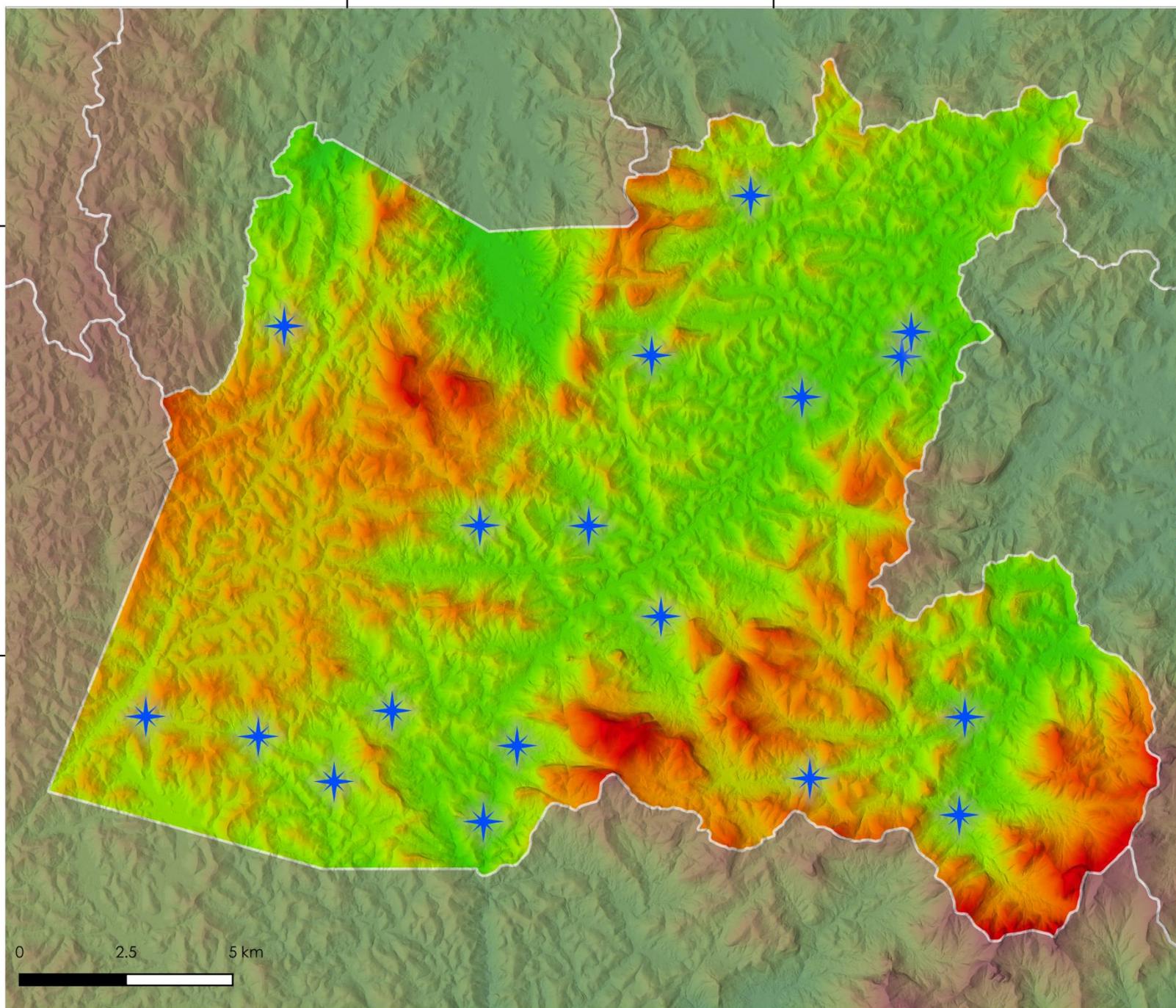
Dando início à representação dos sistemas configuradores do patrimônio territorial paisagístico, são desenvolvidas cartografias referentes aos morfotipos observados no recorte. Neste sentido, a fim de representar o relevo do território-objeto, bem como sua relação com as fazendas, através de shapefiles disponíveis no banco de dados do IJSN (2015), são desenvolvidas as cartografias referentes à hipsometria (Mapa 3) e à declividade da região (Mapa 4). Cabe salientar, o mapeamento de hipsometria diz respeito à distância vertical do datum em relação ao nível do mar, já a declividade relaciona-se à tangente de inclinação da superfície do solo, ou seja, o percentual de inclinação do terreno em relação à horizontal. Neste sentido, estes mapas são complementares para a compreensão da configuração da superfície morfológica e do relevo de Muqui. As representações de hipsometria e declividade permitem discutir sobretudo, o processo de ocupação das fazendas da pesquisa, uma vez que, assim como a existência de recursos hídricos, as características geomorfológicas apresentam-se como fatores fundamentais para o estabelecimento de complexos agroindustriais.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



MORFOTIPOS HIPSOMETRIA MAPA 3



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
- FAZENDAS EXISTENTES EM 2020

HIPSOMETRIA EM METROS (IJSN, 2015)

- 200
- 300
- 400
- 600
- 800
- 1000

0 2.5 5 km



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S



160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"

0 2.5 5 km

MORFOTIPOS DECLIVIDADE MAPA 4



LEGENDA

— LIMITES MUNICIPAIS
(IJSN, 2015)

★ FAZENDAS EXISTENTES EM 2020

DECLIVIDADE FINAL

- 0 - 3% - PLANO
- 3 - 8% - SUAVE ONDULADO
- 8 - 20% - ONDULADO
- 20 - 45% - FORTE ONDULADO
- 45 - 75% - MONTANHOSO
- >75% - ESCARPADO



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S



Ainda, desenvolvendo a representação de sistemas configuradores do patrimônio territorial paisagístico, apresenta-se a cartografia referente às estruturas e infraestruturas urbanas expressas no recorte (Mapa 5). Esta cartografia se insere enquanto representação da produção do território com base nas fazendas cafeeiras históricas pois, mesmo as fazendas analisadas se encontrarem localizadas na zona rural, faz-se necessária uma análise de todo o território, incluindo a relação destas estruturas históricas com o meio urbano, visto ambos se desenvolvam em consonância, apresentando relações de interdependência.

Neste sentido, no mapa de estruturas e infraestruturas urbanas (Mapa 5), produzido a partir de shapefiles disponíveis do banco de dados do IJSN (2013), são representados os núcleos efetivamente urbanizados, assim como as principais infraestruturas de transporte identificadas no recorte.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"

0 2.5 5 km

ESTRUTURAS E INFRAESTRUTURAS URBANAS MAPA 5



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
- FAZENDAS EXISTENTES EM 2020
- RODOVIA (IJSN, 2013)
- FERROVIA (IJSN, 2013)



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S

UFFS **Patri_Lab**
Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

Finalizando a representação dos sistemas conformadores do patrimônio territorial paisagístico do recorte, apresentam-se representações referentes às estruturas e infraestruturas rurais (mapas 6, 7 e 8). Este sistema é tido como um dos mais complexos da descrição do atlas do patrimônio territorial desta pesquisa, pois, a partir dele é representado com maior ênfase o objeto concreto, ou seja, as fazendas cafeeiras históricas em Muqui, evidenciando a dinâmica de ocupação da região e da produção do território a partir destas.

Neste sentido, vista a complexidade para a representação deste sistema, são apresentadas 3 (três) cartografias. A primeira diz respeito à ocupação da região por fazendas cafeeiras, em cada uma das seções históricas, identificadas na representação do ciclo T-D-R. Esta representação é formulada a partir do cruzamento de dados entre informações presentes na análise histórica preliminar, shapefiles disponibilizados pelo IPHAN (2013) e da representação cartográfica das fazendas presentes no território, no final da década de 1970 (IBGE, 1978). Assim, cabe salientar, não é possível a representação dos exemplares de fazendas cafeeiras históricas existentes anteriormente ao desenvolvimento do mapeamento de estabelecimentos rurais pelo IBGE, em 1978, devido à carência de dados referente à localização destas estruturas.

Por conseguinte, o cruzamento de dados possibilita a representação das fazendas estabelecidas em cada seção histórica, na seguinte forma:

- Seção 2: é identificado o registro de 22 fazendas erguidas durante este recorte temporal, a partir de revisão bibliográfica e documental (MENDONÇA, 1989; IJSN, 1981; RAMBALDUCCI, 1991; ROCHA, 1966). Cumpre salientar, este quantitativo não representa com exatidão a grandeza numérica de exemplares erguidos neste período, devido à possibilidade do desenvolvimento de estruturas não localizadas nos registros. Entretanto, esta amostra possibilita uma leitura da ocupação da região por fazendas cafeeiras neste recorte. Com isso, é feito um cruzamento destes dados com o mapeamento desenvolvido pelo IBGE em 1978, onde estão representados os estabelecimentos rurais

existentes nesta data, o que possibilita a localização de 11 dos exemplares desta amostra, expressos no mapa 6.

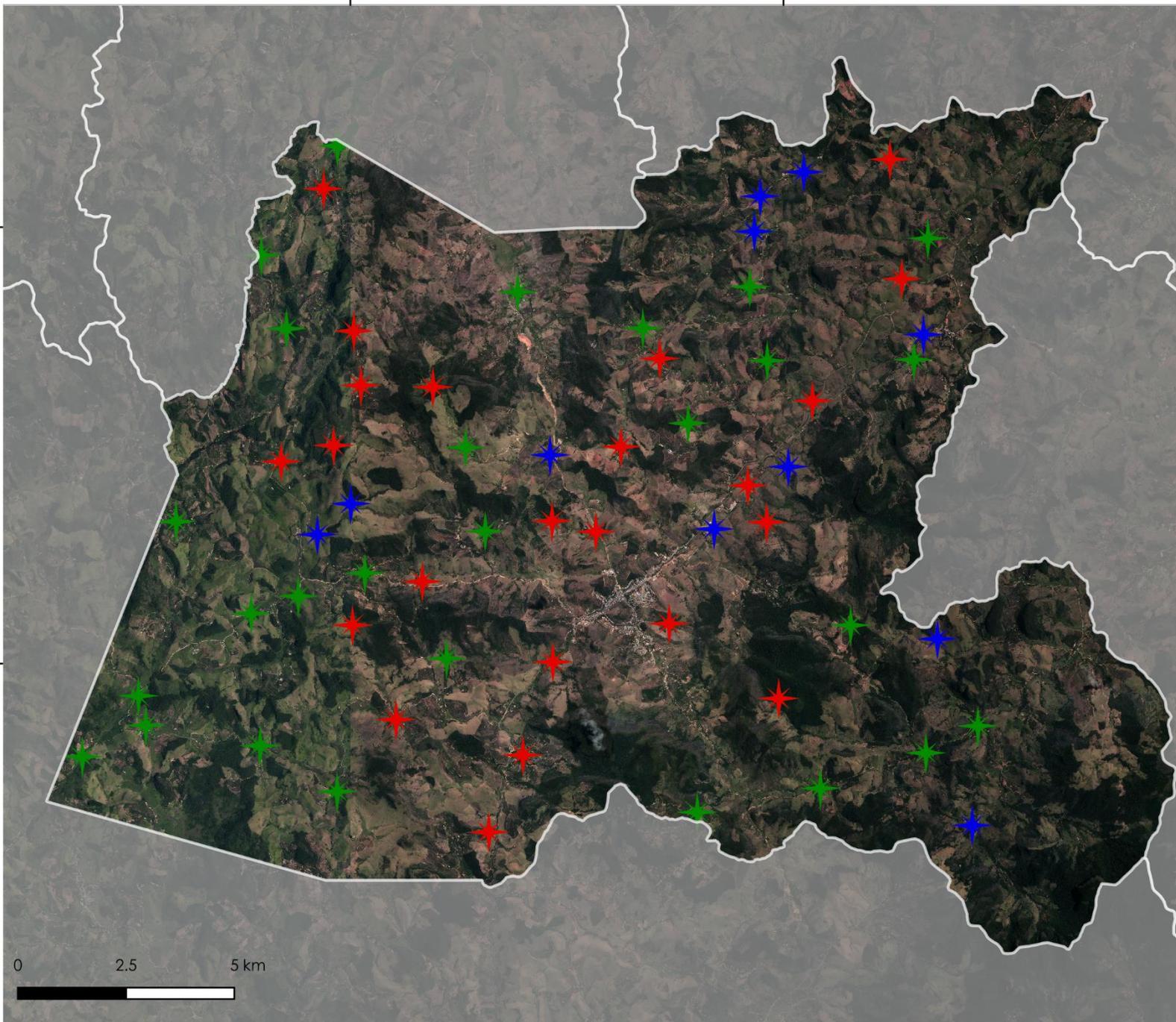
- Seção 3: nesta seção são identificados 191 estabelecimentos rurais, recenseados pelo DGE em 1920. Esta amostra, subtraídos os exemplares identificados na seção 2, configura-se como a representação das fazendas cafeeiras históricas erguidas durante este período. Com isso, num cruzamento de dados com a cartografia de 1978, desenvolvida pelo IBGE, identifica-se a localização de 23 exemplares. Esta amostra contribui como leitura do processo de ocupação vivenciado pela introdução de fazendas neste período.
- Seção 4: a amostra de fazendas históricas nesta seção se dá através da identificação, no mapa de 1978 (IBGE, 1978), de exemplares não pertencentes às seções anteriores. Com isso, são localizadas 26 fazendas, representadas no mapa 6. Pertinente salientar, nesta seção, são erguidos os últimos exemplares de fazendas históricas em Muqui, ainda que no contemporâneo existam exemplares em atividade.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



ESTRUTURAS E INFRAESTRUTURAS RURAIS MAPA 6



LEGENDA

-  LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
-  FAZENDAS EXISTENTES NA SEGUNDA SEÇÃO HISTÓRICA
-  FAZENDAS EXISTENTES NA TERCEIRA SEÇÃO HISTÓRICA
-  FAZENDAS EXISTENTES NA QUARTA SEÇÃO HISTÓRICA

0 2.5 5 km



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S

UFES **Patri_Lab**
Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

A próxima representação diz respeito ao cruzamento de dados entre as principais infraestruturas de transporte, desenvolvidas no recorte após a introdução das fazendas cafeeiras históricas, e as estruturas rurais existentes nos remanescentes de fazendas.

Quanto às infraestruturas de transporte, importante sedimento do patrimônio territorial paisagístico, estão representadas as rotas de tropa, identificadas por Buffon (1992), as estradas rurais, representadas a partir da base de dados do Waze²⁶ em 2020, e a rede rodoviária, a partir de shapefiles disponibilizados pelo IJSN (2015).

Em relação às estruturas rurais, são representadas as instalações rurais e das edificações de moradia ou apoio presentes nos 18 exemplares remanescentes da amostra, identificadas através das pesquisas de campo desenvolvidas em visitas às fazendas, assim como a identificação das áreas antropizadas do recorte.

A cartografia objetiva a percepção das relações estabelecidas entre as fazendas cafeeiras da amostra, sua vinculação às redes de transportes rurais existentes no território e por consequência, os reflexos de sua implantação frente ao desenvolvimento da ocupação local.

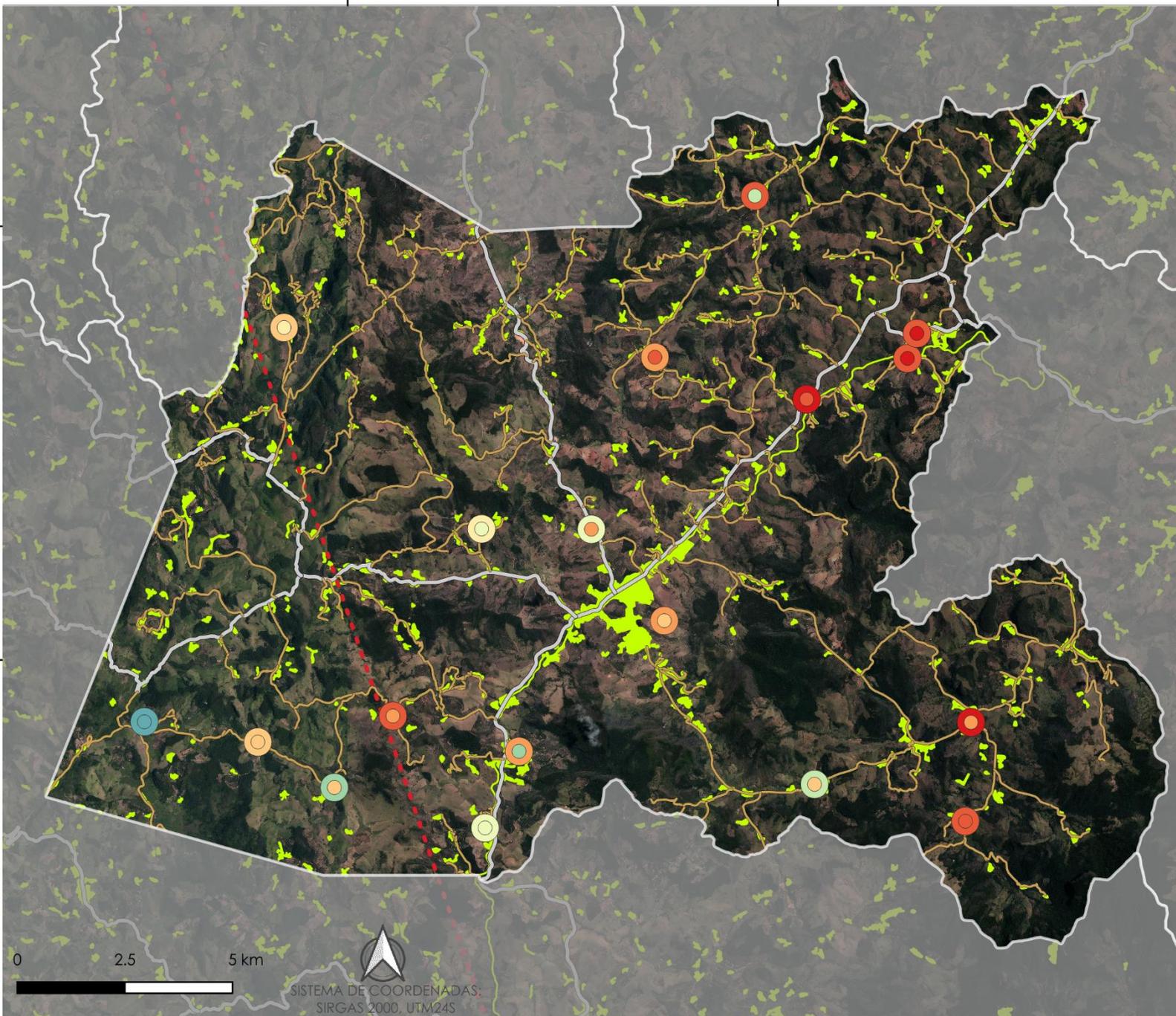
²⁶ Aplicativo desenvolvido pela Waze Mobile para smartphones baseada na navegação por satélite. Versão 4.21.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



ESTRUTURAS E INFRAESTRUTURAS RURAIS MAPA 7



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (JSN, 2015)
- RODOVIA (JSN, 2013)
- ESTRADAS RURAIS (WAZE, 2020)
- OCUPAÇÃO (JSN, 2015)
- ROTAS DE TROPAS (BUFFOM, 1992)

INSTALAÇÕES RURAIS (2020)	EDIFICAÇÕES DE MORADIA E APOIO (2020)
0	1
1	2
2	3
3	4
4	5
5	6
6	7
7	8
15	16

No mapa 8, última cartografia do patrimônio territorial paisagístico, está expressa a relação entre as fazendas históricas e as comunidades rurais, além do estado de conservação das casas sede dos 18 exemplares de fazendas históricas inventariadas pelo IPHAN em 2013.

A condição de conservação das casas sede das fazendas inventariadas pelo IPHAN em 2013, é avaliada a partir da análise empírica das estruturas durante pesquisas de campo. Enquanto classificação, adota-se o seguinte: bom, regular, em arruinamento e arruinado. A identificação e representação das condições de conservação desses exemplares pode contribuir no entendimento das relações patrimoniais destas estruturas rurais.

A relação das comunidades rurais (Mapa 8), com as fazendas históricas, é expressa a partir do cruzamento de dados dos nomes das comunidades, com nomes de fazendas erguidas em diferentes seções históricas. Com isso, baseado nos dados referentes ao nome das propriedades rurais (DGE, 1923; MENDONÇA, 1989; IJSN, 1981; RAMBALDUCCI, 1991; ROCHA, 1966; IBGE, 1978), são identificadas 37 (trinta e sete) comunidades com nome relacionado ao das fazendas históricas. Ainda, são identificadas outras 4 (quatro) comunidades com nome relacionado aos núcleos urbanizados do município (Quadro 3).

Quadro 3 - Comunidades que possuem nomes de fazendas cafeeiras

Alto Boa esperança		Alto Rio Claro		Andes	
Babilônia		Barro Branco		Boa Esperança	
Bom Destino		Cachoeirinha		Camará	
Candura		Carmelo		Centro	
Chave do Satiro		Colange		Desengano	
Entre Morros		Faz. São Domingos		Floresta	
Fortaleza		Fundão		Gironda	
Malabar		Monte Alegre		Morubia	
Muqui I		Muqui II		N. Senhora Aparecida	
Palmeiras		Ponte de Pedra		Primavera	
Recreio		Rio Claro		San Domingo	
Santa Bárbara		Santa Joana		Santa Rita	
Santo Agostinho		Santo Antônio do Muqui		Serrinha	
Sumidouro		São Domingos		São Francisco	
São João		São Luiz		São Pedro	
Tabocas		Vargem Alegre		Verdade	

Legenda

	Comunidades com nome ligado a nomes de fazendas históricas
	Comunidades com nome ligado a núcleos urbanos
	Comunidades com nome ligado a outros sedimentos

Fonte: Produção do autor com base em Mendonça, 1989; IJSN, 1981; Rambalducci, 1991; Rocha, 1966; DGE, 1923 e IBGE 1978.

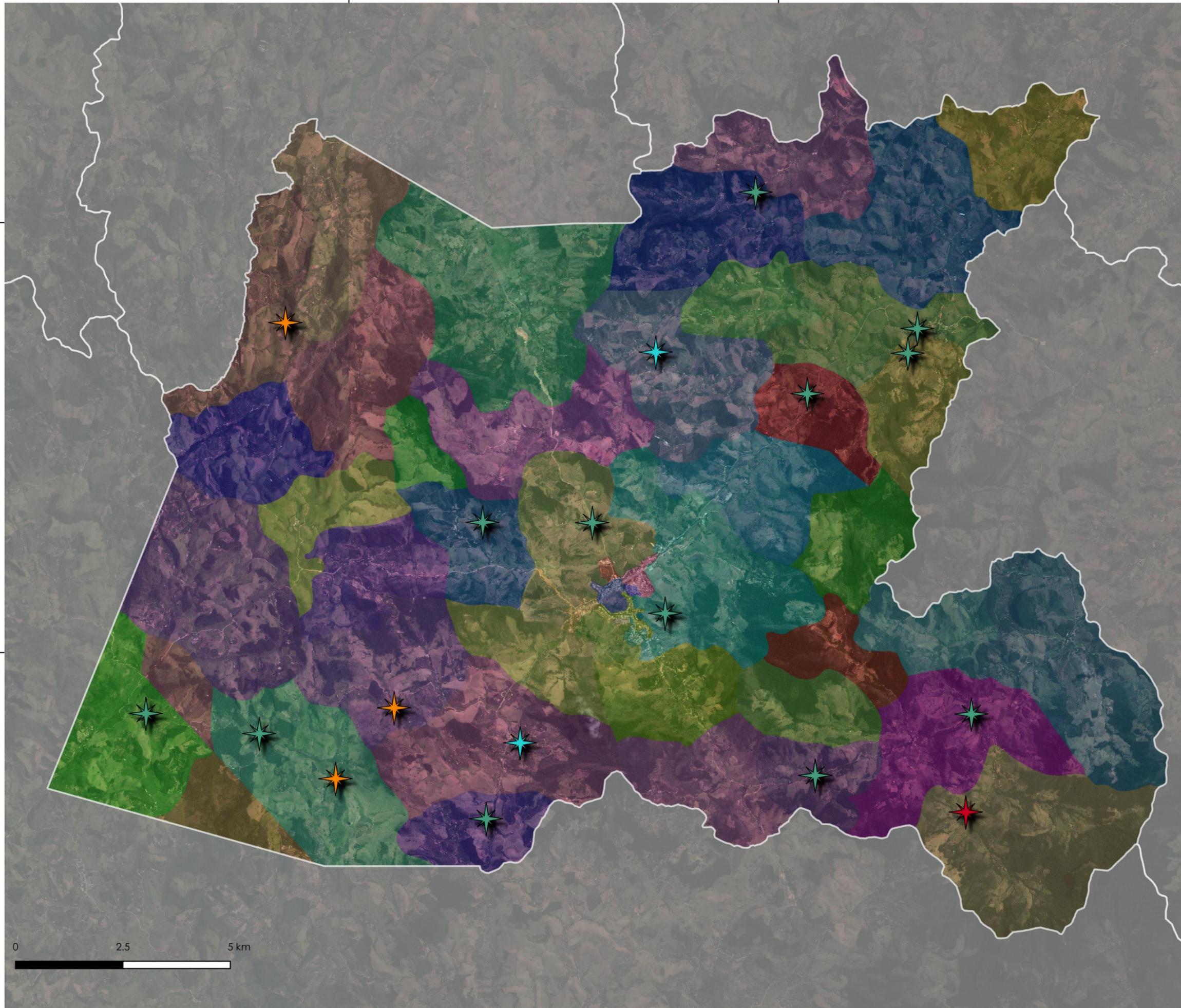
A cartografia permite a compreensão dos processos resultantes da existência das fazendas cafeeiras nas seções históricas anteriores ao contemporâneo, onde, o processo de urbanização do entorno destes exemplares pode ter originado o surgimento de aglomerados de ocupação que posteriormente, em 1992 foram mapeados pelo Instituto Jones dos Santos Neves e classificados como comunidades.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



ESTRUTURAS E INFRAESTRUTURAS RURAIS MAPA 8



LEGENDA

LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CASA SEDE (2020)

- ARRUINADO
- BOM
- EM ARRUINAMENTO
- REGULAR

COMUNIDADES EM MUQUI (IJSN, 2013)

- | | |
|----------------------|-------------------------|
| Aliança | Muqui II |
| Alto Boa Esperança | Nossa Senhora Aparecida |
| Alto Rio Claro | Palmeiras |
| Andes | Ponte de Pedra |
| Babilônia | Primavera |
| Barro Branco | Recreio |
| Boa Esperança | Rio Claro |
| Bom Destino | San Domingo |
| Cachoeirinha | Santa Bárbara |
| Camará | Santa Joana |
| Candura | Santa Rita |
| Carmelo | Santo Agostinho |
| Centro | Santo Antônio do Muqui |
| Chave do Saliro | Serrinha |
| Colange | São Domingos |
| Desengano | São Francisco |
| Entre Morros | São João |
| Fazenda São Domingos | São Luiz |
| Floresta | São Pedro |
| Fortaleza | Sumidouro |
| Fundão | Tabocas |
| Gironda | Vargem Alegre |
| Malabar | Verdade |
| Monte Alegre | |
| Morubia | |
| Muqui I | |

0 2.5 5 km



SISTEMA DE COORDENADAS: SIRGAS 2000, UTM24S



Mestrando: Luciano Correia Bernardo
Orientação: Prof. Drª Renata Hermanny de Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

A fim de representar as manifestações folclóricas e culturais de Muqui, são selecionadas duas atividades de grande expressividade na dinâmica local muquiense: os eventos de Folia de Reis e o carnaval do Boi Pintadinho.

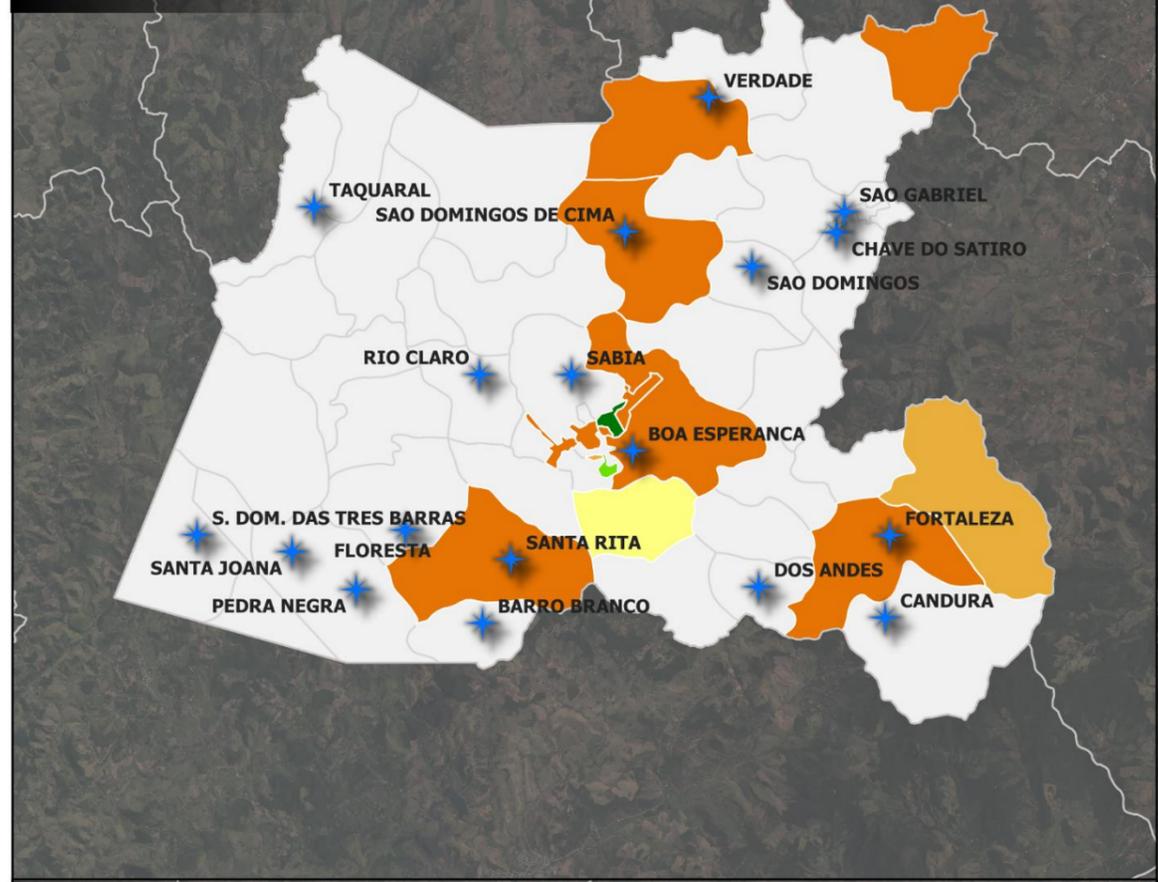
As festividades de Folia de Reis ocorrem, anualmente, entre 24 de dezembro e 06 de janeiro, além do primeiro final de semana depois da Semana Santa envolvendo grupos de 14 componentes, os chamados foliões, além da comunidade como um todo, atraindo, além da população local, um grande número de turistas.

O carnaval do boi Pintadinho, evento carnavalesco, além de datas específicas, consiste num folguedo organizado em torno do enredo da morte e ressurreição do boi, figura da cultura imaterial muquiense. O carnaval do boi Pintadinho é um dos maiores eventos do município, atraindo todos os anos milhares de foliões, entre moradores de Muqui e estrangeiros.

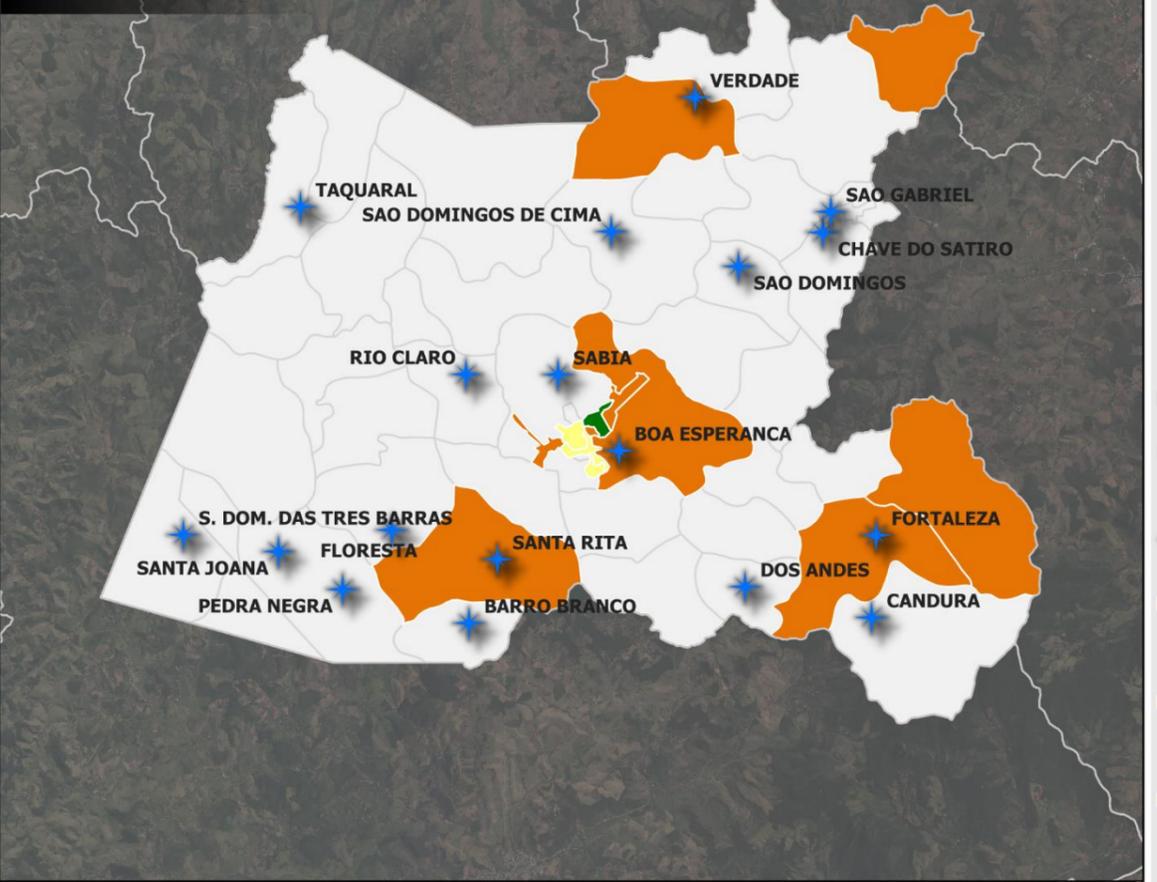
Com a obtenção dos dados acerca da participação de grupos folclóricos nos eventos Folia de Reis e carnaval o Boi Pintadinho (SEBRAE, 2005; SEBRAE, 2012; MUQUI, 2019), são desenvolvidas cartografias (Mapa 9) espacializadoras dos grupos e respectivas comunidades e da distribuição desses grupos em diferentes temporalidades.

Os grupos folclóricos possuem relações estabelecidas em diversas comunidades do recorte, as quais, por sua vez, mantêm relações simbólicas com as fazendas históricas. Assim, a cartografia objetiva a compreensão das relações estabelecidas entre as fazendas cafeeiras e as manifestações culturais presentes no território de análise, bem como a manutenção destas relações ao longo do tempo, a partir da permanência e dissolução de grupos folclóricos em comunidades rurais.

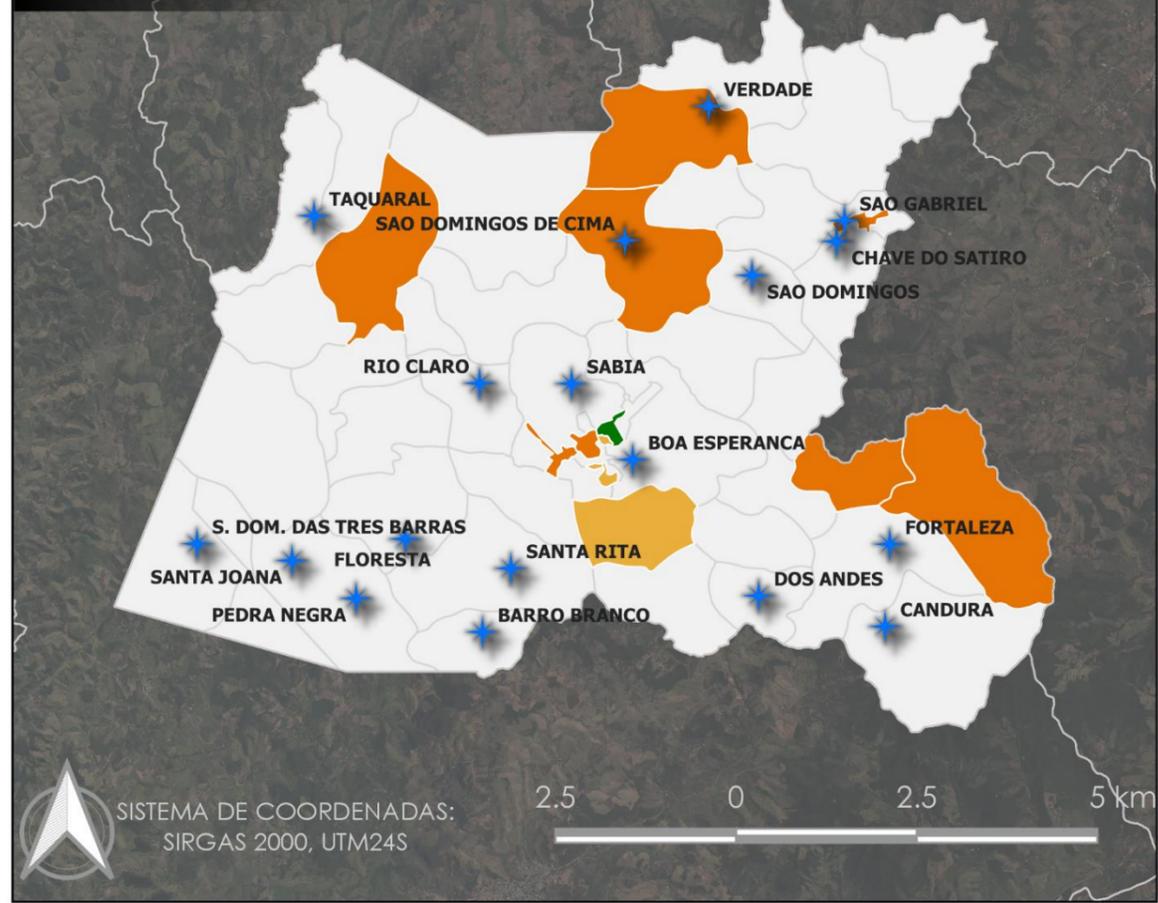
2005



2009



2019



Carnaval do Boi Pintadinho
Foto: Divulgação/ Carnaval Folclórico Boi Pintadinho



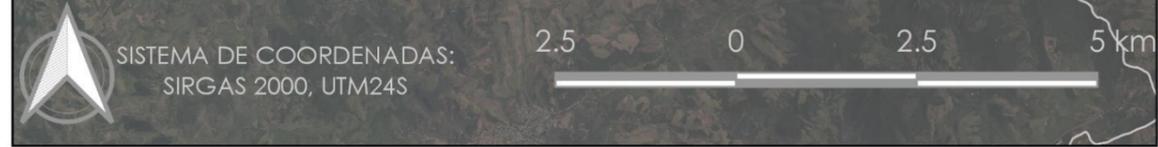
Folia de Reis
Foto: Guilherme Gomes (2019)

MODELOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
MAPA 9



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2013)
- COMUNIDADES EM MUQUI (IJSN, 2013)
- ★ FAZENDAS CAFFEEIRAS DA AMOSTRA (IPHAN, 2013)
- EXISTENCIA DE 1 GRUPO DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL (SEBRAE, 2005; SECULT/SEBRAE, 2012; PMM, 2020)
- EXISTENCIA DE 2 GRUPOS DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL (SEBRAE, 2005; SECULT/SEBRAE, 2012; PMM, 2020)
- EXISTENCIA DE 3 GRUPOS DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL (SEBRAE, 2005; SECULT/SEBRAE, 2012; PMM, 2020)
- EXISTENCIA DE 4 GRUPOS DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL (SEBRAE, 2005; SECULT/SEBRAE, 2012; PMM, 2020)
- EXISTENCIA DE 5 OU MAIS GRUPOS DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL (SEBRAE, 2005; SECULT/SEBRAE, 2012; PMM, 2020)



Mestrando: Luciano Correia Bernardo
Orientação: Prof. Drª Renata Hermanny de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

O mapa 10, em continuidade à representação dos sistemas de representação componentes do patrimônio socioeconômico cultural, representa características voltadas à atuação de programas sociais no recorte. Neste sentido, são representados os assentamentos de reforma agrária, a partir de shapefiles disponibilizados pelo SICAR (2020); as comunidades dotadas de Associação de Agricultores Familiares, identificadas pelo Incaper (2013); e a relação de fazendas da amostra que destinam sua produção para cooperativas, identificadas através de pesquisa de campo.

Segundo o perfil territorial da região sul desenvolvido pelo CGMA (BRASIL, 2015), em Muqui existem 2 projetos de reforma agrária em atuação, abrigando 133 famílias assentadas em 1494 hectares. A reforma agrária objetiva a redistribuição de propriedades rurais para que seja cumprida a função social da terra. O processo, que é realizado pelo Estado, ocorre a partir da desapropriação de grandes latifúndios improdutivos para fins de redistribuição de terras para famílias com fins de desenvolvimento de processos de agricultura ou campesinato.

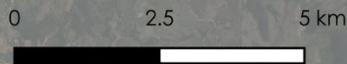
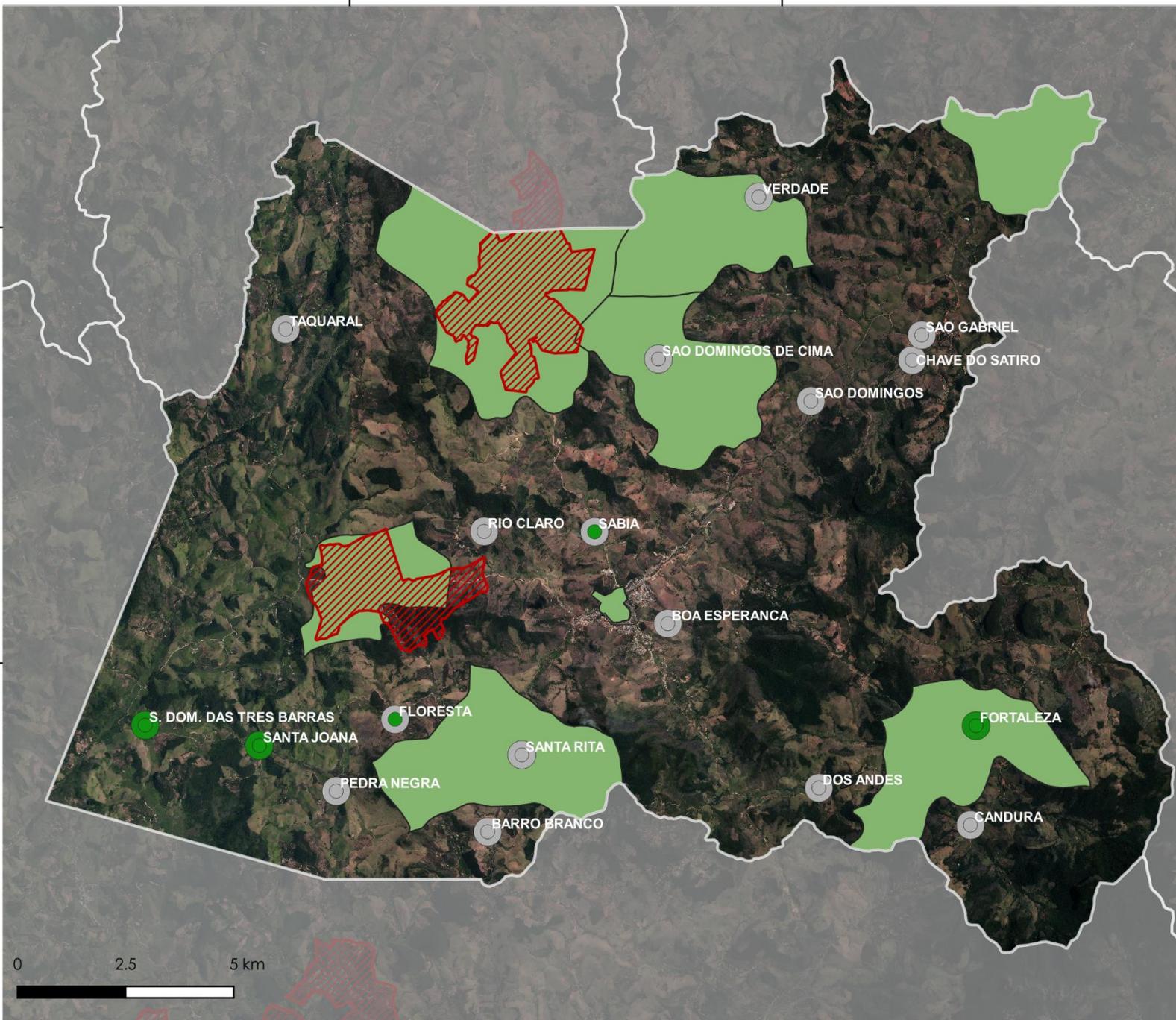
A representação da relação existente entre as fazendas e cooperativas com atuação no território permite a discussão acerca do destino da produção agropecuária destes exemplares bem como a vinculação destes com o mercado local ou de exportação.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



ATUAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS MAPA 10



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
 - Assentamentos (SICAR, 2020)
 - COMUNIDADES SEDE DE ASSOCIAÇÕES (INCAPER, 2013)
- FAZENDAS EXISTENTES EM 2020 VINCULADAS A COOPERATIVAS AGRÍCOLAS**
- NÃO
 - SIM
- FAZENDAS EXISTENTES EM 2020 VINCULADAS A COOPERATIVAS PECUÁRIAS**
- NÃO
 - SIM



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S



Enquanto último sistema de representação do patrimônio socioeconômico cultural, o mapa 11 expressa as relações socioeconômicas estabelecidas pela produção agropecuária no território. Portanto, estão representados o uso e a cobertura do solo, definidos a partir de shapefiles disponibilizados pelo IJSN (2015), bem como informações específicas sobre a produção agropecuária nas fazendas históricas remanescentes no município, identificadas a partir de pesquisa de campo realizada em visitas durante o desenvolvimento da pesquisa.

A representação das práticas de cultivo bem como da mão de obra utilizadas no processo de produção agropecuária das fazendas cafeeiras permite observar as relações expressas entre estes exemplares e os recursos naturais do território nas perspectivas de manutenção e/ou exaustão destes.

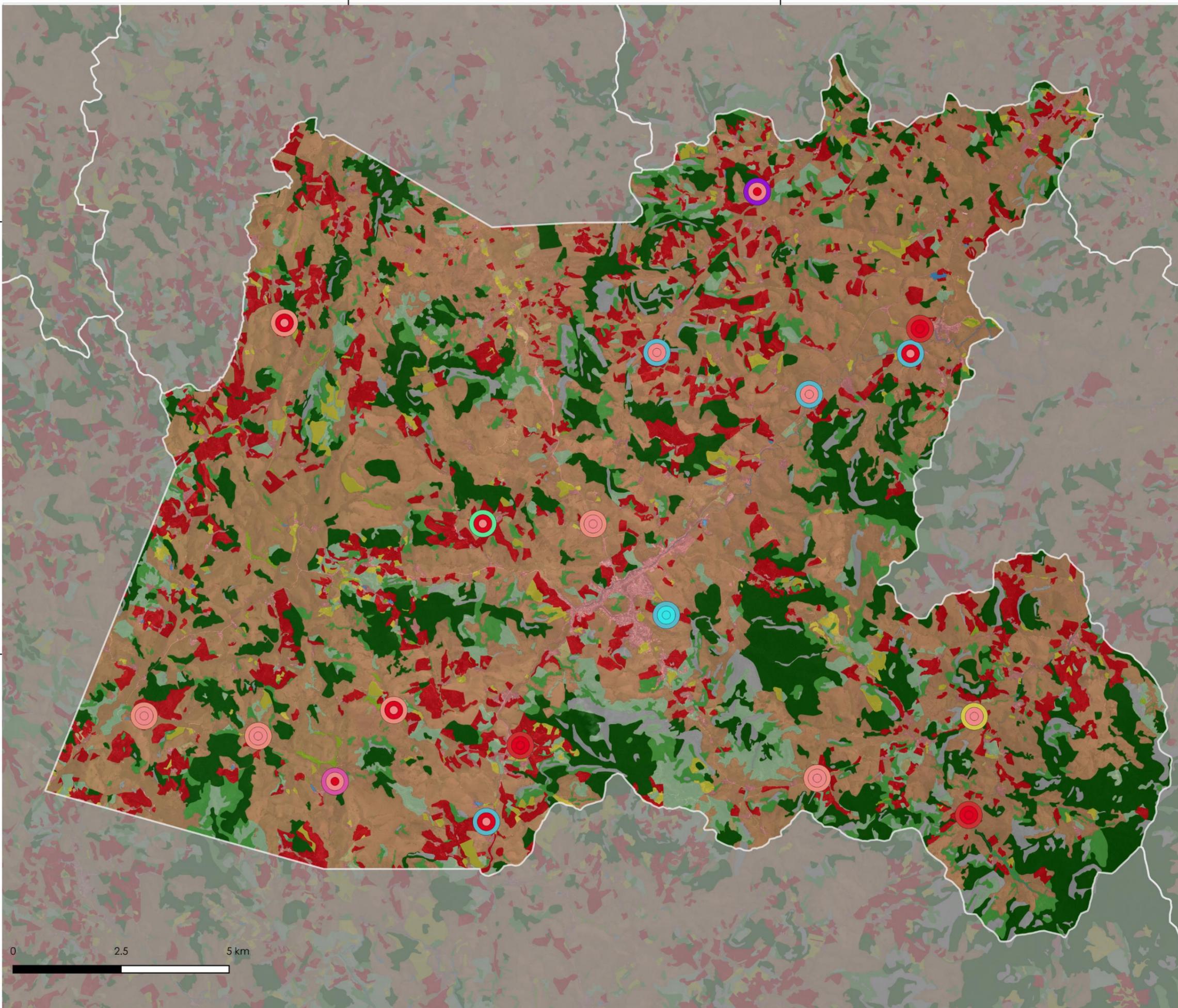
Sendo assim, a última cartografia objetiva representar o conjunto de relações existentes entre a amostra da pesquisa – o conjunto de fazendas cafeeiras - e o território a partir não apenas da cobertura da terra de seu entorno, mas também da influência destes exemplares para a dinâmica agropecuária local.

160°0'0.000"

80°0'0.000"

40°0'0.000"

-60°0'0.000"



MEIO SOCIOECONÔMICO MAPA 11



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
- PRÁTICA DE CULTIVO AGRÍCOLA (2020)**
- DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS
- MONOCULTURA
- INEXISTENTE
- PRÁTICA DE CULTIVO PECUÁRIO (2020)**
- DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS
- MONOCULTURA
- INEXISTENTE
- MÃO DE OBRA (2020)**
- AGRICULTURA FAMILIAR
- AGRICULTURA FAMILIAR E MULTIRÃO
- ARRENDAMENTO DE TERRAS
- CONTRATAÇÃO FORMAL
- CONTRATAÇÃO INFORMAL
- SISTEMA DE MEIA
- INEXISTENTE
- USO E COBERTURA VEGETAL (IJSN, 2015)**
- AFLORAMENTO ROCHOSO
- CAFÉ
- OUTROS CULTIVOS
- PASTAGEM
- MACEGA
- AGUA
- MATA NATIVA
- MATA EM REGENERAÇÃO
- ÁREA EDIFICADA
- SOLO EXPOSTO

0 2.5 5 km


 SISTEMA DE COORDENADAS:
 SIRGAS 2000, UTM24S




Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

Mestrando: Luciano Correia Bernardo
 Orientação: Prof. Drª Renata Hermanny de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
 Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

3.2.2 Descrição de síntese do Atlas do patrimônio territorial

Em função da concentração de dados para a elaboração das etapas anteriores do atlas do patrimônio territorial, faz-se importante a organização de representações sintéticas integradas que permitam, a nível analítico, a interpretação dos sedimentos e manifestações ocorridos no território. Neste sentido, a primeira representação de síntese diz respeito ao patrimônio ambiental, exposto a partir do mapa 13, num diálogo entre a representação da hidrografia e das redes ecológicas do recorte.

Quanto ao contexto hidrográfico, cabe salientar, em consequência à natureza do relevo, há predominância de rios de planalto, com mudanças bruscas no perfil longitudinal, configurando rupturas de declive, além da presença de vales com grande profundidade do talvegue, com margens reduzidas pela presença de vertentes de declive acentuado. Devido ao perfil irregular e acidentado dos cursos d'água do município, além das profundidades relativamente baixas, os rios da região não apresentam grande potencial de navegabilidade, porém possuem características para o aproveitamento do potencial hidráulico em rios de maior volume.

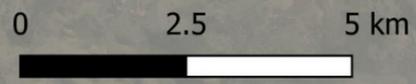
Outro sedimento importante na análise da ocupação é a caracterização das ottobacias do município. As ottobacias consistem em áreas de contribuição de um determinado trecho da rede hidrográfica, ou seja, apresentam a área de influência de um curso d'água no território. Em análise, é possível identificar grande parte das fazendas implantadas em áreas de influência do rio Muqui, apontando para este curso d'água como o mais influente na dinâmica de ocupação durante a seção histórica do ciclo cafeeiro. Entre os fatores levados em consideração para esta característica estão o volume hídrico, além da localização desta ottobacia, bem ao centro do município, apresentando também a maior área em extensão.

SÍNTESE DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MAPA 12



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
 - RIO MUQUI (IJSN, 2013)
 - APP'S (SICAR, 2020)
 - RESERVA LEGAL (SICAR, 2020)
 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (SICAR, 2020)
 - ZONA DE AMORTECIMENTO (SICAR, 2020)
- OTOBACIAS (IJSN, 2013)**
- RIO MUQUI
 - CÓRREGO APARECIDA
 - CÓRREGO FUNDAÇA
 - CÓRREGO SÃO GABRIEL
 - RIBEIRÃO SUMIDOURO
 - RIBEIRÃO VALA DO SOUZA
- USOS DO SOLO EM APP (IJSN, 2015)**
- AFLORAMENTO ROCHOSO
 - CAFÉ
 - MACEGA
 - MASSA D'AGUA
 - MATA NATIVA
 - MATA EM REGENERAÇÃO
 - ÁREA EDIFICADA
 - PASTAGEM
 - OUTROS CULTIVOS
 - SOLO EXPOSTO
- COBERTURA DO SOLO NO ENTORNO DE NASCENTES (2020)**
- NAO IDENTIFICADO
 - LAVOURA
 - PASTAGEM
 - PASTAGEM E LAVOURA
 - VEGETACAO NATIVA
 - VEGETACAO NATIVA E MACEGA
- COBERTURA DO SOLO NO ENTORNO DE RIOS E CORREGOS (2020)**
- NAO IDENTIFICADO
 - PASTAGEM
 - PASTAGEM E LAVOURA
 - VEGETACAO NATIVA
 - VEGETACAO NATIVA E MACEGA
 - VEGETACAO NATIVA E PASTAGEM
- FONTE HÍDRICA PARA CONSUMO (2020)**
- ABANDONADA
 - NASCENTE
 - NASCENTE E REPRESAMENTO
 - POCO ARTIFICIAL
 - REPRESAMENTO
 - RIO/CORREGO
- FONTE HÍDRICA PARA PRODUÇÃO (2020)**
- INEXISTENTE
 - LAGOA E RIO/CORREGO
 - NASCENTE E RIO/CORREGO
 - POCO ARTIFICIAL
 - POÇO ARTIFICIAL E CORREGO
 - REPRESAMENTO
 - RIO/CORREGO



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S



Um importante fator a se considerar, na análise dos recursos naturais, é a presença do Monumento Natural Estadual Serra das Torres, decretado em 2010 pela lei estadual nº 9.463. A unidade de conservação, contempla 3 municípios (Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul e Muqui), e tem como objeto a preservação de sítios naturais raros, além de preservar a geodiversidade e os remanescentes florestais e valorizar as identidades locais. Nesse sentido, cabe salientar a existência da zona de amortecimento do monumento, estabelecidos através do Plano de Manejo desenvolvido pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Com isso, a poligonal da unidade de conservação, somada à sua zona de amortecimento, abarca grande parte do território do município de Muqui, incluindo a área de 11 fazendas do recorte de análise (61,1% da amostra).

Frente à esta perspectiva, onde grande parte das fazendas cafeeiras se encontram dentro dos limites geográficos do monumento natural e sua zona de amortecimento, faz-se importante destacar, estas se encontram por lei obrigadas a respeitar os objetivos da unidade em relação à utilização da terra e dos recursos naturais, sendo que, em caso de incompatibilidade entre as atividades privadas e os objetivos do Monumento previstos em lei, a área da propriedade privada está sujeita à instrumentos de desapropriação.

Outro instrumento que visa a preservação dos recursos naturais é a Lei 12.651, decretada em 2012. Entre os mecanismos previstos estão a demarcação das áreas de preservação permanente (APP) e de reservas legais (RL), em propriedades rurais.

A reserva legal é um recurso que visa a proteção da cobertura florestal nativa em áreas rurais com intuito de assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e auxiliar na conservação dos processos ecológicos. De acordo com a Lei 12.651 (2012), no bioma da Mata Atlântica (onde se encontra o recorte de pesquisa), exige-se uma reserva de 20% da área do imóvel rural destinada para título de Reserva Legal.

Atualmente, o município contempla 43,32 km² de áreas demarcadas à título de Reserva legal, representando 13,2% da área total do município de Muqui (327,268 km²). Porém, num cruzamento de dados entre as poligonais de RL, demarcadas com os registros de uso e cobertura do solo, observa-se 19,6% dessa área não apresenta mata nativa como cobertura vegetal, com a presença de áreas de pastagem em cerca de 8,8% das áreas previstas para reserva legal. Outro importante mecanismo previsto no Código Florestal é a demarcação das APPs, instrumento da política ambiental direcionado, entre outros objetivos, à preservação dos recursos hídricos. No que tange às características do território de Muqui, as principais categorias de APP estão dispostas no quadro 4.

Quadro 4 - Classificação das principais APPs em Muqui

Elementos naturais	Área mínima delimitada
Cursos d'água de menos de 10 metros	Faixa marginal de 30 metros
Cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros	Faixa marginal de 50 metros
Nascentes e dos olhos d'água perenes	Raio mínimo de 50 metros
Encostas com declividade superior a 45°	100% na linha de maior declive
Topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°	A partir da curva de nível correspondente a 2/3 da altura mínima da elevação horizontal em relação à base
Lagos e lagoas naturais com superfície menor que 20 hectares	Faixa marginal de 50 metros
Lagos e lagoas naturais com superfície maior que 20 hectares	Faixa marginal de 100 metros

Fonte: produção do autor com base na Lei 12.651 (2012)

Entretanto, apesar da demarcação de Áreas de Preservação Permanente ser regulamentada por lei, observa-se incoerências na cobertura do solo e manejo dessas áreas. De acordo com as análises, as APP relacionadas à faixas marginais de cursos d'água e entorno de nascentes e olhos d'água somam 25,95 km² em todo o município, porém apenas 13,76% dessa área possui como cobertura vegetal a mata nativa, em seus diferentes níveis de regeneração. Em sua maioria (59,05% da área), observa-se a presença de pastagem, como cobertura da terra, tendo ainda representados cultivos como o reflorestamento

por eucalipto, cultura agrícola causadora de grande impacto na recarga de água subterrânea. Ainda, é possível observar na representação das características observadas nas áreas de APP das fazendas, muitos exemplares com cobertura da terra vegetativa classificada como pastagem e lavoura de café.

Frente às análises desenvolvidas através da representação do patrimônio ambiental, é possível observar que, apesar do desenvolvimento de instrumentos destinados à preservação dos recursos naturais do território, há um distanciamento em relação aos objetivos destes e os exemplares de fazendas cafeeiras existentes atualmente. Tal processo se desenvolve, sobretudo, pela relação estabelecida entre estes exemplares e o território, a partir de um processo de produção pautado no consumo dos recursos naturais.

Em prosseguimento, o segundo mapeamento de síntese (Mapa 14), desenvolve a representação relativa ao patrimônio territorial-paisagístico. Este mapa é desenvolvido a partir do cruzamento de dados sobre os morfotipos presentes no recorte e as estruturas e infraestruturas rurais e urbanas.

Num primeiro momento, a partir das características intrínsecas ao relevo do município, é possível observar a predominância de uma topografia com relevo consideravelmente acidentado, interpolado por áreas planas, em menor predominância. No geral, a implantação das fazendas históricas apresenta preferência por regiões de vales.

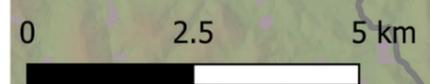
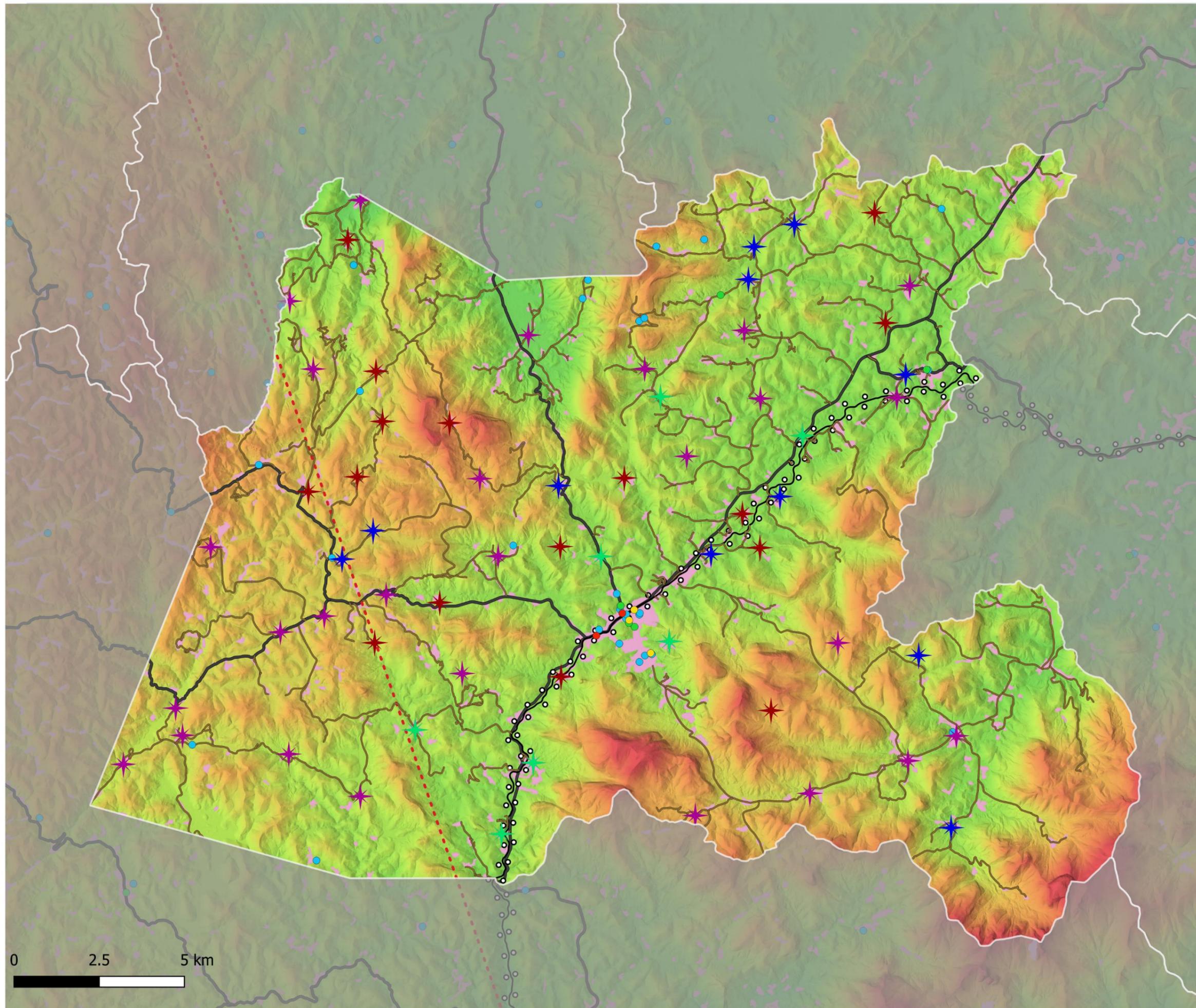
Outros importantes sedimentos, analisados frente à uma dinâmica contemporânea, diz respeito às estruturas e infraestruturas urbanas disponíveis no território. Como observado na análise historiográfica, Muqui possui 2 (dois) núcleos urbanizados, a sede municipal e o distrito de Camará, fruto do desenvolvimento de povoados de meados do século XIX, em consequência da ocupação da região quando da introdução da cultura cafeeira.

SINTESE DO PATRIMONIO TERRITORIAL PAISAGÍSTICO
MAPA 13



LEGENDA

- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2015)
- HIPSOMETRIA EM METROS (IJSN, 2015)**
- 200
- 300
- 400
- 600
- 800
- 1000
- ESTRADAS RURAIS (WAZE, 2020)
- FERROVIA (IJSN, 2013)
- RODOVIAS (IJSN, 2013)
- - - ROTAS DE TROPAS (BUFFOM, 1992)
- OCUPAÇÃO
- ★ FAZENDAS EXISTENTES NA SEGUNDA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978)
- ★ FAZENDAS EXISTENTES NA TERCEIRA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978)
- ★ FAZENDAS EXISTENTES NA QUARTA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978)
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO (IJSN, 2013)
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IJSN, 2013)
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA (IJSN, 2013)
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE APOIO SOCIAL (IJSN, 2013)



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000, UTM24S



Mestrando: Luciano Correia Bernardo
Orientação: Prof. Drª Renata Hermanny de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Em relação às redes de infraestrutura de transporte, é possível identificar 3 (três) principais sedimentos durante o percurso histórico de produção do território. O primeiro diz respeito à rede de rotas de tropa, trilhas e picadas, responsável pelo primeiro movimento de introdução de fazendas no recorte, seguido pela introdução do modal ferroviário, impulsionador do desenvolvimento local, sobretudo no início do século XX e, por fim, a rede rodoviária, representada hoje pelas BR-482 e da BR-393, permitindo fácil acesso aos núcleos urbanizados em Muqui e à outros municípios.

As estradas rurais desempenham um importante papel na dinâmica local. É possível observar uma rede estruturada de estradas vicinais promovedoras do trânsito entre as fazendas históricas. Cabe salientar, apesar da maioria dos exemplares da amostra representados no mapa 14 se referir a estruturas não mais existentes, as estradas rurais se articulam entre grande parte destes, tendo seu percurso emoldurado por elementos físicos característicos do relevo. Essa condição, em conjunto com as características morfológicas do território, aponta para a relevância das fazendas históricas como elementos estruturadores da rede de transportes.

Em relação aos edifícios educacionais, Muqui apresenta 32 escolas (14 pré-escolas, 16 de nível fundamental e 2 de nível médio). Em relação à distribuição espacial das unidades de ensino, observa-se uma concentração na sede municipal, em contraponto a regiões com baixo número de unidades, a exemplo da região do Vale do Sumidouro, à sudeste do município, que possui apenas uma edificação educacional.

Enquanto importante característica da distribuição das unidades de ensino no território, é importante destacar, todas as escolas de nível médio (2 unidades) se encontram na zona urbana da sede do município, e inexistente de instituição de ensino superior no modo presencial; condição responsável por um fluxo de estudantes a outros municípios, como Cachoeiro de Itapemirim ou Alegre.

No que diz respeito às edificações voltadas à segurança pública e assistência social, a representação do mapa síntese 5 apresenta apenas 1 posto de atendimento de cada um destes setores, todos localizados na sede municipal.

Em relação a unidades relacionadas à serviços de saúde, Muqui apresenta apenas 4 edificações, sendo 3 delas localizadas na sede do município. A carência de hospitais e clínicas especializadas direciona a população que carece de serviços de saúde para outros municípios que detenham uma maior diversidade de postos de atendimento.

Nesta perspectiva, a representação de postos de atendimento público nos diferentes campos analisados, apontam para uma dependência para com outros municípios no que tange a oferta de serviços específicos.

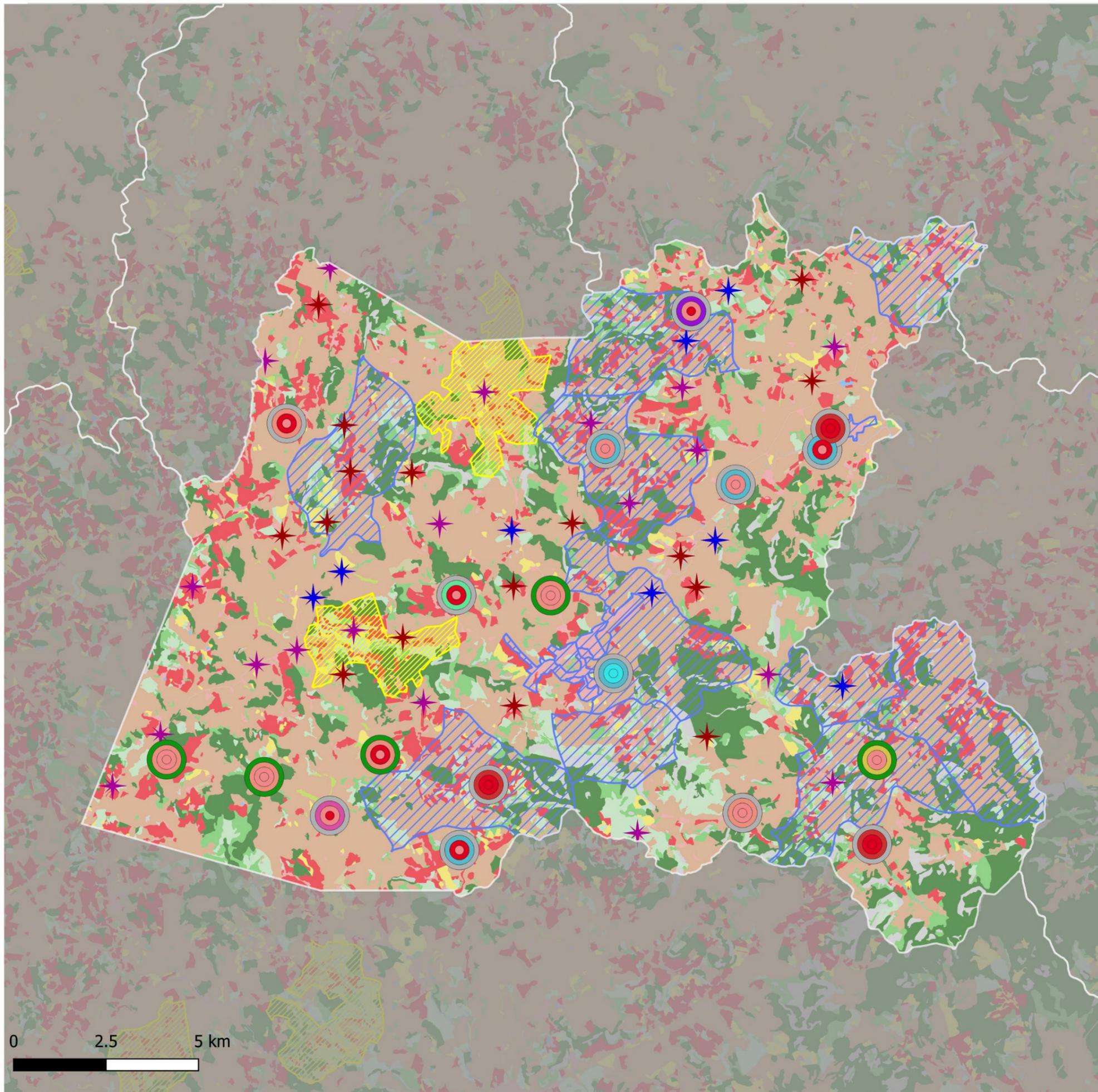
Dadas as análises anteriores, faz-se necessária a representação de sedimentos relacionados ao patrimônio socioeconômico cultural do território-objeto. Para isto, desenvolve um mapeamento (Mapa 15) que promove um diálogo entre manifestações culturais, programas sociais e dinâmica socioeconômica.

A Área de Proteção do Ambiente Cultural de Muqui (Resolução CEC Nº 003/2012 da Secretaria Estadual de Cultura), representa importante iniciativa voltada para a preservação do patrimônio territorial-paisagístico bem como de expressões culturais do patrimônio socioeconômico, pois, a região é palco de eventos festivos, como Folia de Reis e carnaval do Boi Pintadinho. Apesar do fato os grupos folclóricos se desenvolverem em comunidades distintas, é importante destacar a expressão desses eventos no sítio histórico urbano, evidenciando a relação entre o patrimônio material e o imaterial.

SÍNTESE DO PATRIMÔNIO SOCIOECONÔMICO CULTURAL
MAPA 14



LEGENDA



- LIMITES MUNICIPAIS (JSN, 2015)
- ASSENTAMENTOS (SICAR, 2020)
- PRÁTICAS DE CULTIVO AGRÍCOLA (FAZENDAS EXISTENTES EM 2020)**
 - DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS
 - MONOCULTURA
 - INEXISTENTE
- PRÁTICAS DE CULTIVO PECUÁRIO (FAZENDAS EXISTENTES EM 2020)**
 - DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS
 - INEXISTENTE
 - MONOCULTURA
- MÃO DE OBRA (FAZENDAS EXISTENTES EM 2020)**
 - AGRICULTURA FAMILIAR
 - AGRICULTURA FAMILIAR E MULTIRAO
 - ARRENDAMENTO DE TERRAS
 - CONTRATACAO FORMAL
 - CONTRATACAO INFORMAL
 - SISTEMA DE MEIA
 - INEXISTENTE
- USO E COBERTURA VEGETAL EM 2020**
 - AFLORAMENTO ROCHOSO
 - CAFÉ
 - MACEGA
 - MASSA D'AGUA
 - MATA NATIVA
 - MATA EM REGENERAÇÃO
 - ÁREA EDIFICADA
 - PASTAGEM
 - OUTROS CULTIVOS
 - SOLO EXPOSTO
- VINCULAÇÃO A COOPERATIVAS (FAZENDAS EXISTENTES EM 2020)**
 - SIM
 - NÃO
 - FAZENDAS REGISTRADAS NA SEGUNDA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978)
 - FAZENDAS REGISTRADAS NA TERCEIRA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978)
 - FAZENDAS REGISTRADAS NA QUARTA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978)
 - COMUNIDADES QUE REGISTRAM EXISTÊNCIA DE GRUPOS CULTURAIS (MUGUI, 2020)

A presença de assentamentos resultantes de Reforma Agrária, na região, aponta para um processo de reestruturação de propriedades rurais, historicamente marcado por uma distribuição desigual de terras. Em análise, é possível apontar a implantação dos assentamentos ocorre a partir da dissolução de, pelo menos, 3 (três) fazendas históricas.

A análise referente à cobertura da terra, nas áreas prioritárias de preservação ambiental e no recorte territorial como um todo, permite reconhecer uma série de características de sedimentos territoriais, como na análise da relação entre o espaço e a produção agropecuária.

Como verificado na análise historiográfica e na descrição dos ciclos TDR, a última seção histórica, anterior à fase atual de territorialização, implica em uma ocupação do território e em um desenvolvimento de diversos sedimentos ligados à reprodução da cultura cafeeira. Entretanto, a dinâmica contemporânea pode ter implicado em transformações consistentes nestes sedimentos. É possível perceber, em análise do mapa 14, grande extensão de área ocupada por pastagens, representando a maior porcentagem de área ocupada por cobertura vegetal, totalizando 48,91% da área total do município, cerca de 4 (quatro) vezes maior que o segundo maior cultivo agropecuário por área, ou seja, o café.

A extensão das pastagens para criação extensiva de animais, em especial bovinos, apesar da permanência da cafeicultura como importante cultivo agrícola, em todo o município, aponta para uma dissociação em relação à fase anterior de territorialização, ligada à produção cafeeira. Ainda, é importante salientar os impactos da produção extensiva de gado na preservação de recursos naturais.

As pastagens assumem certo protagonismo na visualização da paisagem em diversos pontos do município, assim como das fazendas de análise, devidos às vastas extensões de terra, sobretudo em áreas como encostas e morros. O impacto destes elementos, enquanto elementos da paisagem, proporcionam mudanças na percepção dos cenários em relação aos sedimentos pontuados nas demais seções históricas observadas no território, apontando para uma transformação dos sedimentos ligados à configuração paisagística deste.

Outra condição relativa à amplitude das áreas de pastagem, por toda a extensão do território de Muqui, diz respeito aos impactos causados na estrutura ambiental e nos processos ecológicos regionais, como intensificação dos processos erosivos do solo e do assoreamento dos cursos d'água.

Importa registrar, a partir da representação no mapa 15, a prática de cultivo adotada nas fazendas de análise está representada por monocultura ligada à produtos agropecuários; num cenário em que 27,8% não apresenta produção agropecuária ativa. A monocultura representa uma condição latente na produção agropecuária das fazendas analisadas e, em análise aos dados de cobertura da terra e da observação da paisagem por toda a extensão municipal, é possível afirmar ser essa reproduzida em grande parte do território. Como observado na extensão das pastagens para criação de gado e nas lavouras de café, a monocultura representa importante sedimento territorial e aponta para, além dos fatores produtivos, relações sociais ligadas às práticas de trabalho e às relações ambientais, como a redução da biodiversidade.

No referente aos tipos de mão-de-obra adotados nas fazendas remanescentes da amostra, é possível observar a força do desenvolvimento da agricultura familiar, onde os próprios membros da família desenvolvem as atividades no campo. Ainda, em relação à dinâmica municipal, segundo o perfil territorial da região sul capixaba (BRASIL, 2015), observa-se a presença de 554 famílias por todo o município estabelecidas na agricultura familiar, num total de 1.268 pessoas, totalizando 25% da população residente na zona rural do município.

Entretanto, apesar da grande proporção da utilização da mão-de-obra familiar nas propriedades analisadas, a adoção do sistema de “meia” é o tipo mais comum entre os exemplares de análise. O sistema de “meia” ou de colonos, no geral, consiste na utilização da mão de obra de famílias de agricultores, não proprietários da terra, que se ocupam do trabalho e repartem com o proprietário o resultado da produção. Cabe salientar, nos casos das fazendas analisadas, os agricultores, ou meeiros, residem na própria fazenda, em casas cedidas pelo proprietário.

Em relação à destinação da produção agropecuária, a partir dos dados representados, é possível observar que, em sua maioria, a produção é direcionada para o comércio local ou atravessadores da produção agropecuária, apontando para uma movimentação do mercado local através do fluxo produtivo nestas fazendas. Outro processo importante é o desenvolvimento de relações comerciais através de cooperativas. Nas fazendas analisadas duas principais cooperativas se destacam, a Cafesul²⁷ e a Selita²⁸, instituições contribuindo na movimentação do mercado regional a partir da participação de produtores e geração de empregos.

Quando analisada a representação referente ao patrimônio socioeconômico, observa-se neste sistema, a maior influência da implantação dos exemplares de fazendas cafeeiras sobre o território, estando este, no contemporâneo, marcado por processos de transformação resultantes dos processos produtivos destes exemplares ao longo do tempo.

²⁷ Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo, com sede em Muqui.

²⁸ Cooperativa de Laticínios Selita, com sede em Cachoeiro de Itapemirim, município vizinho à Muqui.

4 TERRITORIALIZAÇÃO NAS FAZENDAS CAFEIRAS HISTÓRICAS EM MUQUI

A leitura do ciclo T-D-R e do Atlas do Patrimônio Territorial, desenvolvido no entorno das fazendas cafeeiras históricas em Muqui, proporciona uma descrição densa de suas características e possibilita o desenvolvimento de uma análise crítica sobre a classificação dos tipos territoriais durante o processo de produção do território. Para isso, a pesquisa adota a classificação de “tipos ideais” ou “referências ‘extremas’” de investigação do território, estabelecidos por Haesbaert (2004), nos quais o processo de territorialização pode ser compreendido a partir de duas caracterizações: território simbólico e território funcional.

Cabe salientar, a representação e a análise dos sedimentos têm suas forças voltadas ao território produzido a partir de processos intrinsecamente ligados ao objeto de pesquisa, ou seja, às fazendas cafeeiras históricas. Entretanto, no recorte geográfico adotado, entende-se ser importante a compreensão da dinâmica municipal em sua totalidade, entendendo o território municipal como base de inserção do objeto. Ademais, este processo proporciona uma interpretação das relações entre as fazendas e a dinâmica de desenvolvimento territorial, sobretudo no que tange o recorte temporal contemporâneo, a fim de compreender os vínculos entre as estruturas históricas e os processos de territorialização em curso.

Nesta perspectiva, consciente dos processos de territorialização anteriores à instalação das primeiras fazendas e de seu papel na reprodução e transformação de sedimentos territoriais nas seções subsequentes, como, por exemplo, na formação étnica e cultural da região; para compreender o papel desempenhado pelas fazendas cafeeiras no ciclo TDR de Muqui, a síntese analítica considera o objeto de estudo a partir da seção 2 (a fazenda escravocrata), de meados do século XIX.

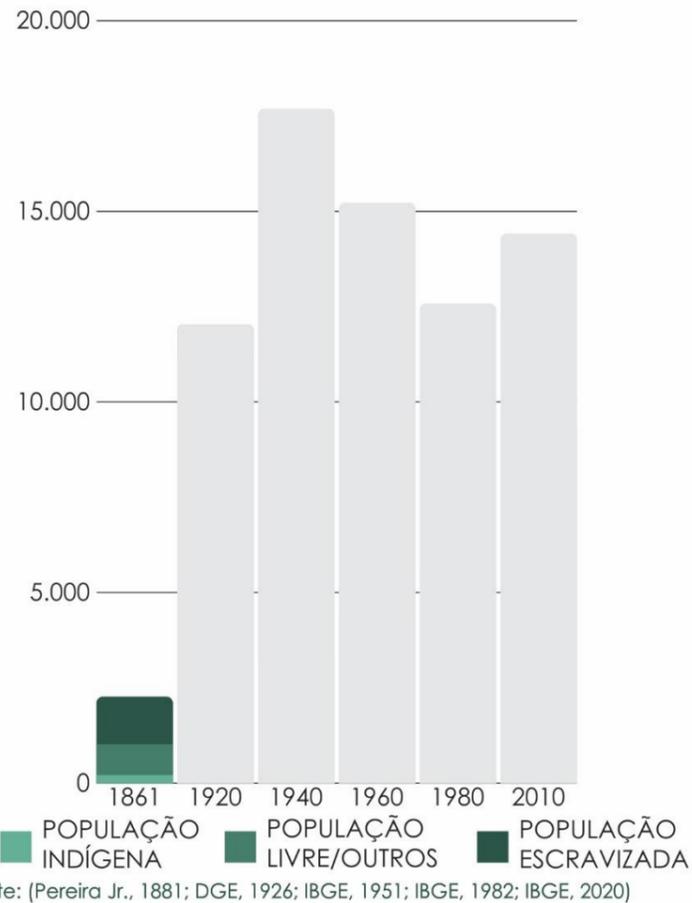
4.1 SEÇÃO 2: A FAZENDA ESCRAVOCRATA

Na segunda metade do século XIX, últimas décadas do Brasil Imperial, uma série de transformações políticas, culturais e econômicas impulsiona importantes transformações no território de Muqui. Após três séculos de conflitos étnicos e de supressão de direitos territoriais, amparados, em 1850, pela Lei de Terras (Lei n. 601, de 18/9/1850), populações indígenas habitantes da região são expulsas de seus territórios. Dá-se início um novo processo de territorialização, marcado pela exploração dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico.

Com a cafeicultura difundida em boa parte do Brasil, em especial na região sudeste, o café se torna o principal produto de exportação do país e impulsiona o crescimento da economia nacional. Com isso, a partir da exaustão da fertilidade do solo nos grandes centros produtores de café devido à intensa exploração dos recursos naturais, como no Vale do Paraíba, há expansão das fronteiras da cafeicultura para a região sul do Espírito Santo.

A efetiva ocupação por fazendas na região contemplada pelo município de Muqui tem início por volta de 1850, quando, seguindo os moldes do sistema escravocrata, é implantado um conjunto de fazendas operadas, principalmente, na reprodução da cultura cafeeira no território. Esse contexto configura a seção histórica 2 do recorte, que perdura até 1888, quando, com a promulgação da Lei Áurea (Lei imperial n.º 3.353), fica proibida a utilização da mão-de-obra escravizada no Brasil.

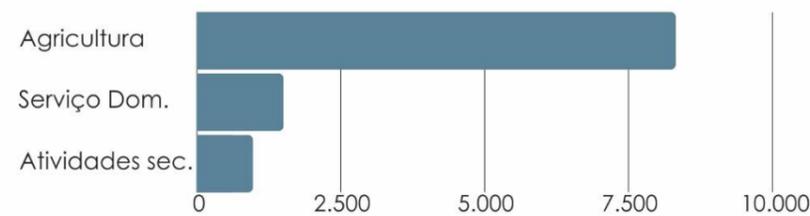
Com isso, a fim de compreender o processo de transformações territoriais nesse período, desenvolve-se um quadro sintético, com representações de sedimentos registrados neste recorte temporal, relacionando-os com os tipos territoriais classificados por Haesbaert (2004): território funcional e território simbólico.



DADOS POPULACIONAIS (POR PESSOA)

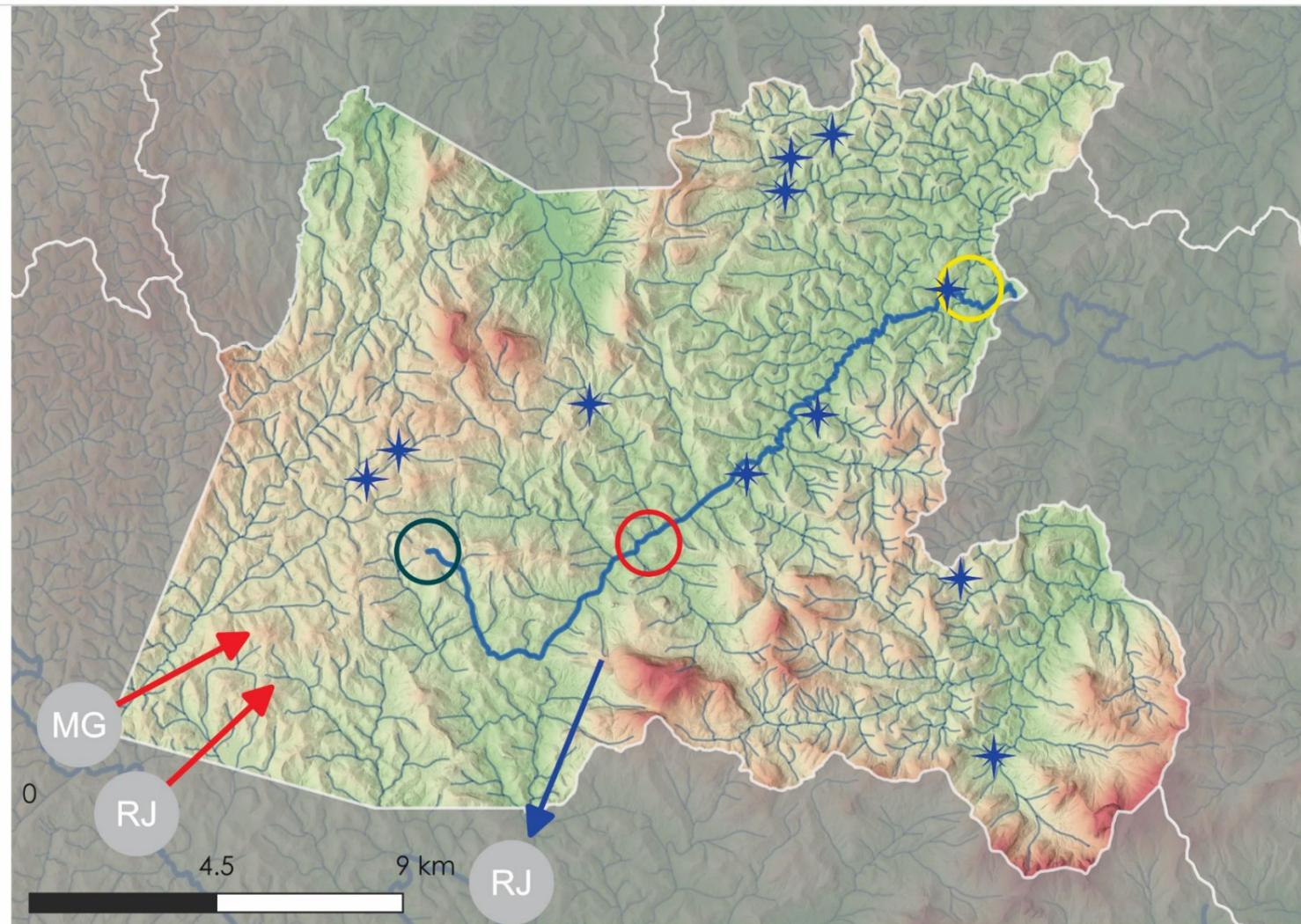


FAZENDA SANTA RITA - FUNDAÇÃO 1862
FONTE: (ACERVO DO AUTOR)



ATIVIDADES PROFISSIONAIS DA POP. ESCRAVIZADA EM ITAPEMIRIM¹ 1872

Fonte: (Almada, 1984)



REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA SEGUNDA SEÇÃO HISTÓRICA

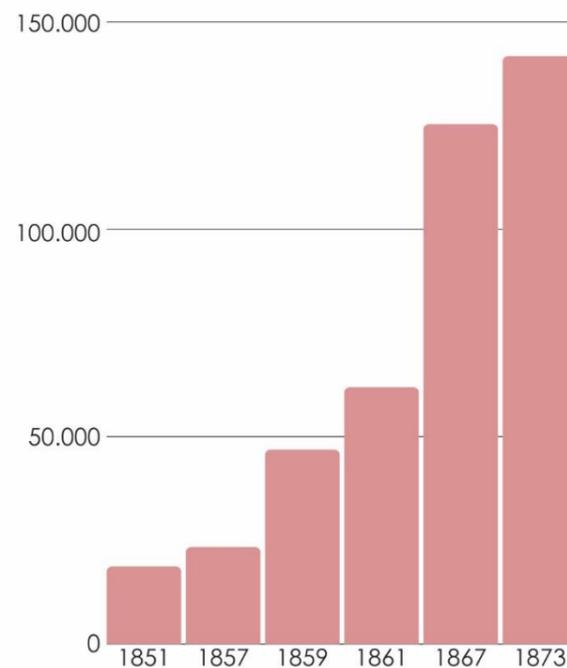


- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2013)
- HIPSOMETRIA (EM METROS) (IJSN, 2015)
 - <200
 - 300
 - 400
 - 600
 - 800
 - >1000
- RIO MUQUI (IJSN, 2013)
- CURSOS D'AGUA (IJSN, 2013)
- TRIBOS PURI EM 1859 (VELLOSO, 1859)
- DISTRITO DE SÃO GABRIEL DO MUQUI
- ARRAIAL DOS LAGARTOS
- REGIÃO DA FAZENDA SANTA TEREZA DO SUMIDOURO (IBGE, 1985)
- FAZENDAS EXISTENTES NA SEÇÃO HISTÓRICA ANALIZADA (IBGE, 1978; IPHAN, 2013)
- FLUXO MIGRATÓRIO DE ENTRADA (PÉSSOA E PICCINATO, 2007)
- ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO (CORRÊA, 1871)

1- Dados referem-se ao território de Itapemirim, município ao qual o atual território de Muqui era incorporado.

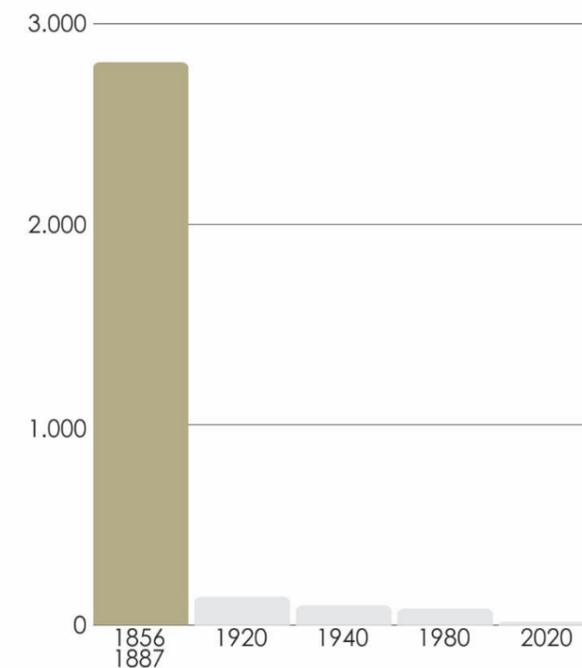


SISTEMA DE COORDENADAS: SIRGAS 2000, UTM24S



Fonte: (Salette, 1996)

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ - ITAPEMIRIM¹ (EM ARROBA)



Fonte: (Almada, 1984; DGE, 1923; IBGE, 1951; IBGE, 1982; CAR, 2020)

TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (EM HA)

No início da ocupação da região por fazendeiros, umas das principais características ligadas ao território simbólico é a resistência de duas tribos Puri (cerca de 200 pessoas), que permanecem habitando a região da cabeceira do rio Muqui. Cabe salientar, conforme registro historiográfico, essa população recusa a ser integrada à sociedade escravocrata, gerando conflitos entre indígenas e migrantes em processo de ocupação da região.

Entretanto, apesar da resistência dos Puri, em meados do século XIX, a ocupação da região por fazendeiros provenientes, sobretudo, de Minas Gerais e Rio de Janeiro, torna-se recorrente. Nos primeiros anos desse processo, iniciado a partir de 1850, são encontrados registros de pelo menos 21 (vinte e uma) fazendas na região. Entretanto, somente algumas delas são representadas, devido à limitação de dados.

A introdução de fazendas em Muqui ocorre por fins econômicos, num processo que contempla o território como valor de troca e promove o domínio de seus recursos. Mas, não só. As representações permitem observar a maior parte das fazendas implantadas em regiões com altitudes mais baixas, no geral, em áreas de vale, servidas por recursos hídricos. Essa condição expressa o domínio do território enquanto recurso - controle físico, produção e consumo (HAESBAERT, 2004, p. 5). Neste sentido, o propulsor deste ciclo de territorialização, a introdução de fazendas na região, é considerado como um forte fator que se relaciona com o território funcional.

Cabe salientar, a introdução de fazendas em Muqui pressupõe a reprodução de uma das práticas sociais mais perversas da história da humanidade: a escravidão. Em 1861, Muqui apresenta um contingente de pessoas escravizadas 53% superior ao de pessoas livres, direcionadas majoritariamente ao trabalho na agricultura, sobretudo nas lavouras das fazendas cafeeiras. Nessa condição, a relação de domínio se materializa nas estruturas materiais e no corpo social dos processos produtivos utilizados nas fazendas cafeeiras.

A entrada de fazendeiros é acompanhada de recursos privados, incluindo o contingente escravizado, mas, também, um conjunto de símbolos relacionados a características socioculturais de seus territórios de origem, como tipologia

agrária - latifúndio, produtiva hierarquia e segregação, e arquitetônicas - estético-formal, técnico-construtiva e programático funcional. Neste sentido, esse conjunto de referências pode ser entendido, em análise pela teoria de Haesbaert, expressão de um processo simbólico de produção do território.

Ainda assim, com o desenvolvimento da cafeicultura na região, evidenciam-se características de um processo de territorialização predominantemente funcional. A produção agrícola, concentrada majoritariamente na cafeicultura, é direcionada, em sua maioria, para a exportação, vinculada ao porto de Limeira, no Rio de Janeiro. Essa condição, além de representar o princípio da exclusividade e do território como recurso, devido à reprodução da monocultura cafeeira, indica o desenvolvimento de relações fundamentadas em lógicas externas, desvinculando-se de demandas locais.

A introdução das fazendas na região proporciona o surgimento de uma nova dinâmica em relação à estrutura fundiária da região, marcada pelo predomínio de grandes propriedades de terra. Essa característica indica relações de desigualdade e exclusividade, afinal, grandes parcelas de terra ficam sob domínio de um quantitativo restrito de proprietários, no geral, latifundiários produtores de café. Sendo assim, a estrutura fundiária nesta seção histórica também evidencia um processo de territorialização funcional.

Dessa forma, entende-se, a partir de uma análise da representação dos sedimentos territoriais na seção histórica 2, em relação à classificação dos processos de territorialização segundo Haesbaert (2004), em grande parte, as características observadas durante este período dizem respeito à predominância de um território funcional, ainda que existam características voltadas à relações simbólicas.

Com isso, a fim de sintetizar e categorizar os processos de territorialização nessa seção histórica, o quadro 5 aponta os principais sedimentos observados neste recorte e sua relação com a teoria de Haesbaert (2004).

Quadro 5 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 2, com base em Haesbaert (2004).

Conceito	Território funcional	Território simbólico
(HAESBAERT, 2004)	Processos de Dominação;	Processos de Apropriação;
	Territórios da desigualdade;	Territórios da diferença;
	Território sem territorialidade;	Territorialidade sem território;
	Princípio da exclusividade;	Princípio da multiplicidade;
	Território como recurso.	Território como símbolo.
Sedimentos	Diagnóstico	
Tribos Puri na cabeceira do rio Muqui		
Migração de fazendeiros do Vale do Paraíba		
Introdução de fazendas		
Relações das fazendas com os recursos naturais (rios, vales etc.)		
Desenvolvimento de núcleos urbanos potencializadas pela introdução de fazendas na região		
Grande parcela da população escravizada		
Mão de obra escravizada vinculada majoritariamente à agricultura		
Reprodução da estética e do partido arquitetônico colonial nas casas sede		
Crescimento da exportação de café		
Exportação vinculada ao RJ		
Predominância de latifúndios		
Predominância da monocultura		

Fonte: Produção do autor.

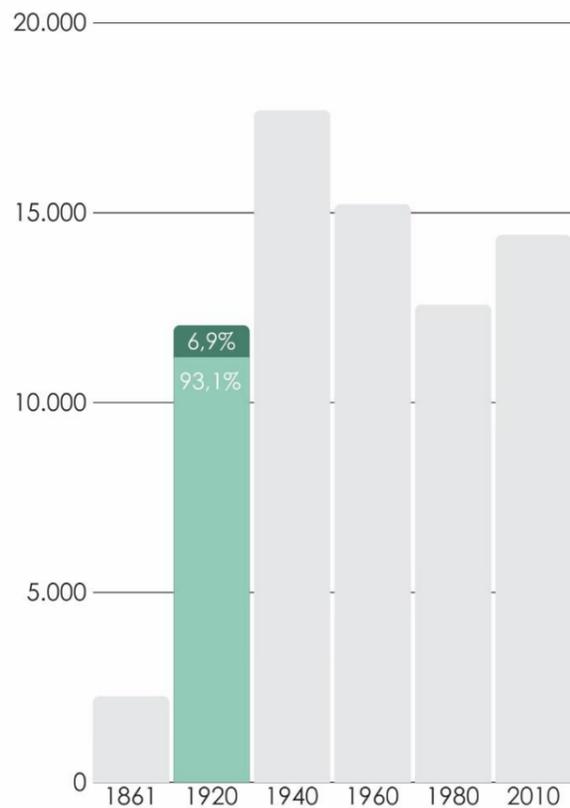
4.2 SEÇÃO HISTÓRICA 3: O AUGÉ ECONÔMICO

Por quatro décadas, a partir da introdução de fazendas, em 1850, o desenvolvimento da região ocorre sustentado na adoção do sistema escravocrata, com mão-de-obra pautada na dominação de negros escravizados e o café como principal produto propulsor das transformações territoriais. Entretanto, com a promulgação da Lei Áurea, uma nova dinâmica territorial se instaura em Muqui.

A partir do final do século XIX, num contexto de grandes transformações políticas e sociais em todo território nacional, de inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, assim como de incentivos governamentais, a entrada de imigrantes na região é impulsionada, sobretudo de italianos. Este fato contribui para uma reestruturação da dinâmica agrícola e fundiária em Muqui. Grande parte dos imigrantes italianos substituem a mão-de-obra escravizada. Entretanto, parte desse contingente se torna proprietário de terras, introduzindo na região estruturas rurais desvinculadas da essência latifundiária.

Com o aumento da produção das lavouras muquienses, em paralelo com o crescimento do valor de mercado do café, Muqui pontua um relevante crescimento da economia, marcado pelo desenvolvimento urbano e conquistas por autonomia política. Esse contexto configura a seção histórica 3, que perdura até o final da década de 1920, quando a crise econômica altera os rumos do desenvolvimento municipal e dos processos de territorialização de Muqui.

Neste sentido, a representação dos principais sedimentos territoriais desenvolvidos neste recorte temporal, apresentados a partir do quadro síntese 6, contribui para uma melhor compreensão dos processos ocorridos neste período.



Fonte: (Pereira Jr., 1881; DGE, 1926; IBGE, 1951; IBGE, 1982; IBGE, 2020)

DADOS POPULACIONAIS (POR PESSOA)

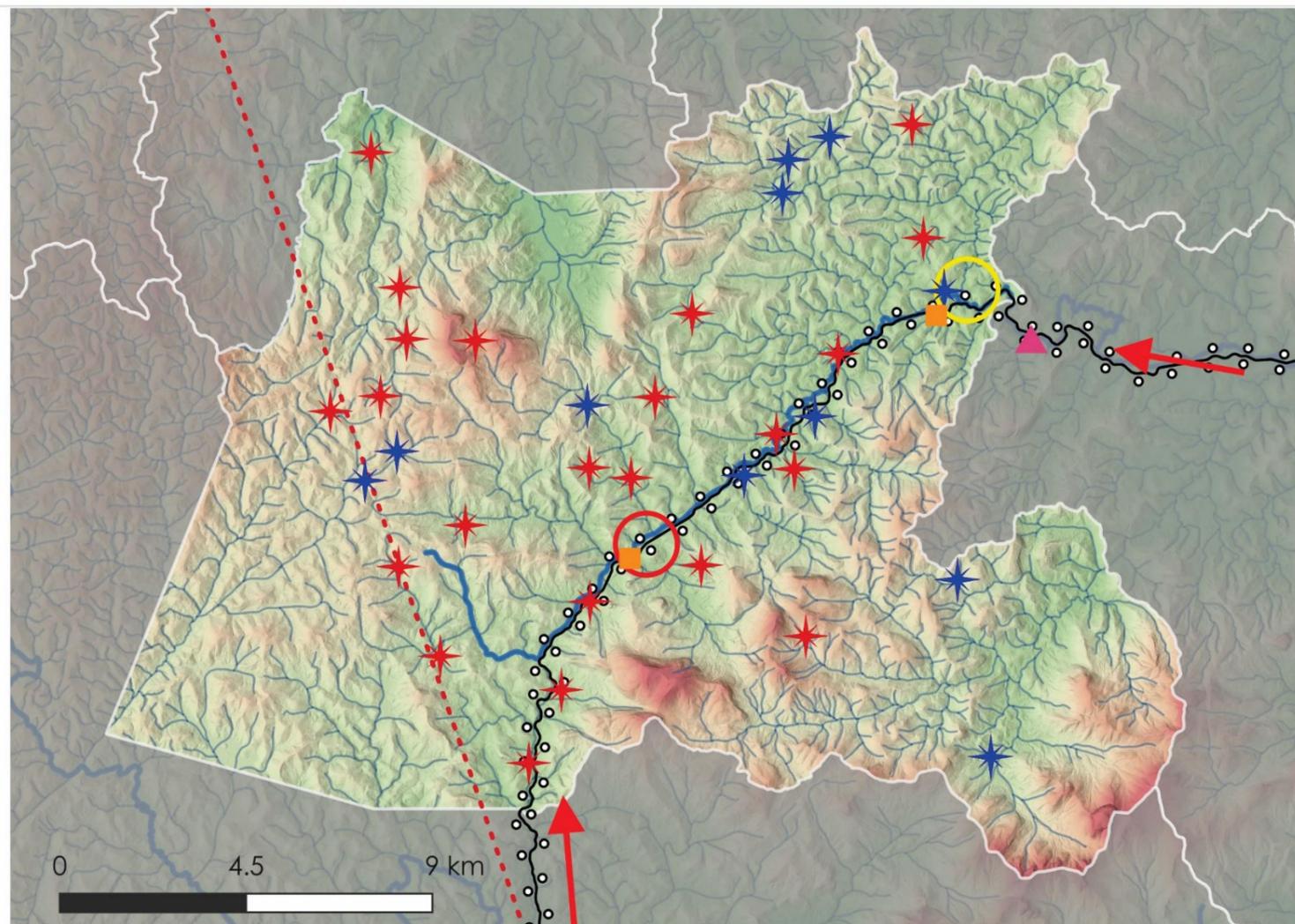


FONTE: (FRANCESCHETTO, 2014)
FAZENDA PRIMAVERA - FOTOGRAFIA EM 1912



Fonte: (DGE, 1926)

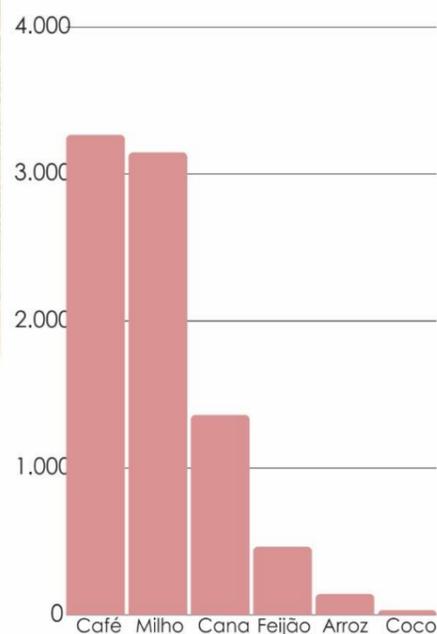
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS 1920



REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA TERCEIRA SEÇÃO HISTÓRICA

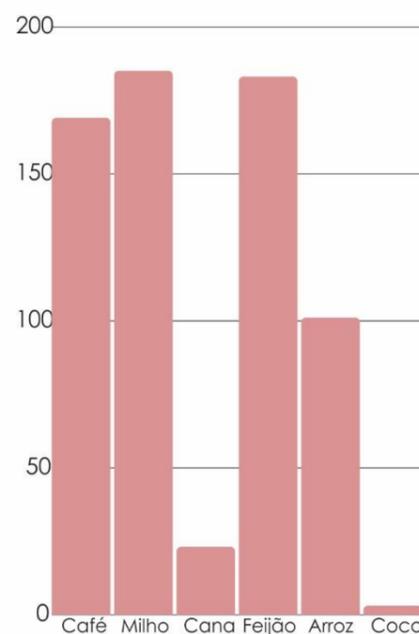


- LIMITES MUNICIPAIS (JSN, 2013)
- HIPSOMETRIA (EM METROS) (JSN, 2015)
 - <200
 - 300
 - 400
 - 600
 - 800
 - >1000
- RIO MUQUI (JSN, 2013)
- CURSOS D'ÁGUA (JSN, 2013)
- DISTRITO DE SÃO GABRIEL DO MUQUI
- SÃO JOÃO DO MUQUI
- - - ROTAS DE TROPAS (BUFFOM, 1992)
- FERROVIA (JSN, 2013)
- ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS (GOMES, 1924)
- ▲ USINA DA CASCATA (MUQUI, 2020)
- ★ FAZENDAS EXISTENTES NA SEGUNDA SEÇÃO HISTÓRICA (IBGE, 1978; IPHAN, 2013)
- ★ FAZENDAS EXISTENTES NA SEÇÃO HISTÓRICA ANALIZADA (IBGE, 1978; IPHAN, 2013)
- ➔ FLUXO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA (FRANCESCHETTO, 2014)



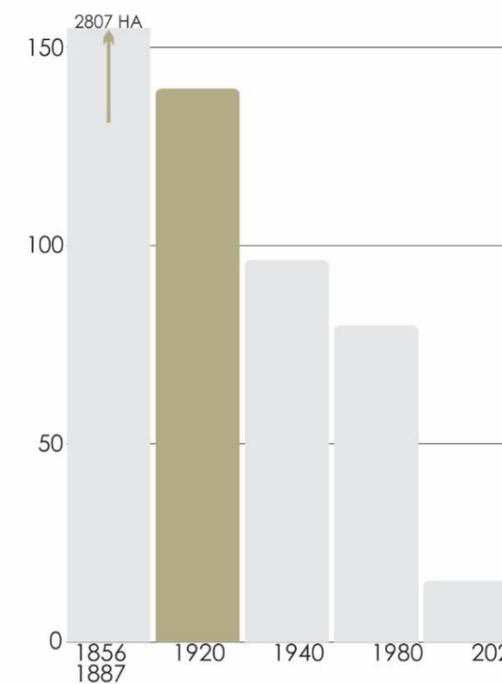
Fonte: (DGE, 1924)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1920 (EM TON.)



Fonte: (DGE, 1924)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1920 (POR PROPRIEDADES)



Fonte: (Almada, 1984; DGE, 1923; IBGE, 1951; IBGE, 1982; CAR, 2020)

TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (EM HA)

Com o desenvolvimento da produção agrícola em Muqui, se forma uma rede de estradas e tropas direcionada tanto à ligação com outros centros, como ao escoamento da produção. Este processo ocorre em função de implantações voltadas ao escoamento da produção e geração de riquezas, entretanto, seu impacto promove a movimentação sociocultural da região, como o trânsito de pessoas pelo interior do estado.

A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, apesar de ter sido inaugurada na região em 1883, passa a causar maior influência em Muqui a partir de 1902, quando é implantada a estação ferroviária de São João do Muqui. Apesar de representarem sedimentos distintos, a relação promovida no território é similar. Sabe-se, o processo de territorialização gerado pela introdução destes elementos, na escala municipal, ocorre devido a necessidades funcionais, como a facilitação do escoamento da produção agropecuária e a modernização dos sistemas de transporte, responsáveis pelo acesso à região. Entretanto, o efeito destes sedimentos em Muqui vai muito além de processos de dominação.

A promulgação da lei de proibição do sistema escravocrata no Brasil abre precedentes para um novo processo de territorialização em Muqui, e, oportunizado pela introdução do sistema férreo de transporte na região, ocorre a entrada de outro grupo populacional constituído, sobretudo, por imigrantes italianos. Apesar da intensificação do fluxo migratório ter respondido à uma necessidade funcional, a carência de mão de obra nas fazendas da região, este processo proporciona à Muqui uma intensificação do princípio da multiplicidade e da diferença, características de uma territorialização simbólica.

Simultaneamente ao processo de entrada do imigrante italiano em Muqui, uma série de novas fazendas são implantadas na região, sendo parte delas erguidas pelos próprios imigrantes. O crescimento do número de fazendas indica a intensificação do uso do território enquanto recurso, apontando para características de território funcional. Entretanto, nesse processo, observa-se uma grande transformação no que se refere à dimensão das propriedades rurais.

A estrutura fundiária, vinculada anteriormente à propriedade rural de grande porte, passa a assumir novas proporções, no início do século XX, apresentando

uma queda abrupta, em relação ao tamanho médio dos estabelecimentos. Esse processo indica um incremento na diversidade dos proprietários de terra e, conseqüentemente, na forma de produzir, apontando para uma perspectiva de relações simbólicas com o território.

Ainda, com o surgimento de novas fazendas e a reestruturação fundiária, transforma-se também o conjunto arquitetônico das fazendas. Anteriormente pautando na reprodução do partido e da estética colonial, tanto a arquitetura rural, quanto o casario urbano, assume novas feições a partir do início do século XX. Com a introdução do imigrante italiano, características ligadas à constituição histórico-social de origem se evidenciam no território, em atributos artísticos e, sobretudo, na forma de cultivar a terra. Estas ações apontam para um claro processo simbólico de territorialização, onde os atores sociais passam a expressar multiplicidade, novas vivências e territorialidades.

Outra característica própria deste período é a diversificação da produção agropecuária. Ainda sob a participação da monocultura cafeeira na dinâmica territorial de Muqui, no início do século XX, observa-se a relevância de propriedades rurais com lavouras temporárias de milho, feijão e arroz, principalmente em termos quantitativos. Essa diversificação de culturas agrícolas, sobretudo de alimentos próprios da dieta brasileira, aponta para um processo de mudanças do direcionamento da produção, anteriormente majoritariamente para exportação, e indica a abertura de um processo de territorialização voltado para o simbólico, onde ocorre o princípio da multiplicidade.

A prosperidade das lavouras proporciona grande desenvolvimento econômico e sociocultural na região, elevando Muqui a um centro de atração populacional, causando um aumento abrupto da população, no início do século XX. Neste sentido, ainda que a causa deste fenômeno seja de viés econômico, os efeitos gerados acarretam transformações territoriais promotoras de relações simbólicas, como o desenvolvimento de características patrimoniais pautadas numa expressão cultural diversificada.

A partir das riquezas geradas pelas fazendas e, em decorrência, as transformações demográficas ocorridas, ocorre um grande desenvolvimento das estruturas urbanas em Muqui. Nas primeiras décadas do século XX, o núcleo urbano de São João do Muqui se destaca devido à expressividade de sua arquitetura e à introdução de importantes obras de infraestrutura urbana, tais como sistemas de energia elétrica e saneamento. Este processo aponta para uma desvinculação de uma dinâmica sociocultural exclusivamente voltada à vida rural, indicando abertura de processos de territorialização ligados ao simbolismo.

A partir da análise da seção histórica exposta, desenvolve-se o quadro 6 para fins de síntese dos processos de territorialização neste período, assim como da categorização dos sedimentos a partir de Haesbaert (2004).

Quadro 6 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 3, com base em Haesbaert (2004)

Conceito	Território funcional	Território simbólico
(HAESBAERT, 2004)	Processos de Dominação;	Processos de Apropriação;
	Territórios da desigualdade;	Territórios da diferença;
	Território sem territorialidade;	Territorialidade sem território;
	Princípio da exclusividade;	Princípio da multiplicidade;
	Território como recurso.	Território como símbolo.
Sedimentos	Diagnóstico	
Abertura de rota de tropas		
Influência da Estrada de Ferro	Causa	Efeito
Entrada do imigrante	Causa	Efeito
Instalação de Estações Ferroviárias	Causa	Efeito
Instalação de novas fazendas		
Diminuição do tamanho médio da propriedade rural		
Transformação do conjunto arquitetônico das fazendas		
Aquisição de propriedades de terra por estrangeiros	Causa	Efeito
Reestruturação da mão de obra rural		

Introdução de novos produtos agrícolas		
Desenvolvimento urbano		
Aumento populacional abrupto	Causa	Efeito
Inauguração da Usina da Cascata		

Fonte: Produção do autor

4.3 SEÇÃO HISTÓRICA 4: A CRISE

A crise de 1929, conhecida como a grande recessão, interferiu na dinâmica econômica do mundo todo, tendo reflexos inclusive nos processos de territorialização de Muqui. O êxito da produção cafeeira, que pautou o desenvolvimento econômico e os processos de territorialização na região por quase 1 século, encontrou empecilhos na dinâmica econômica mundial.

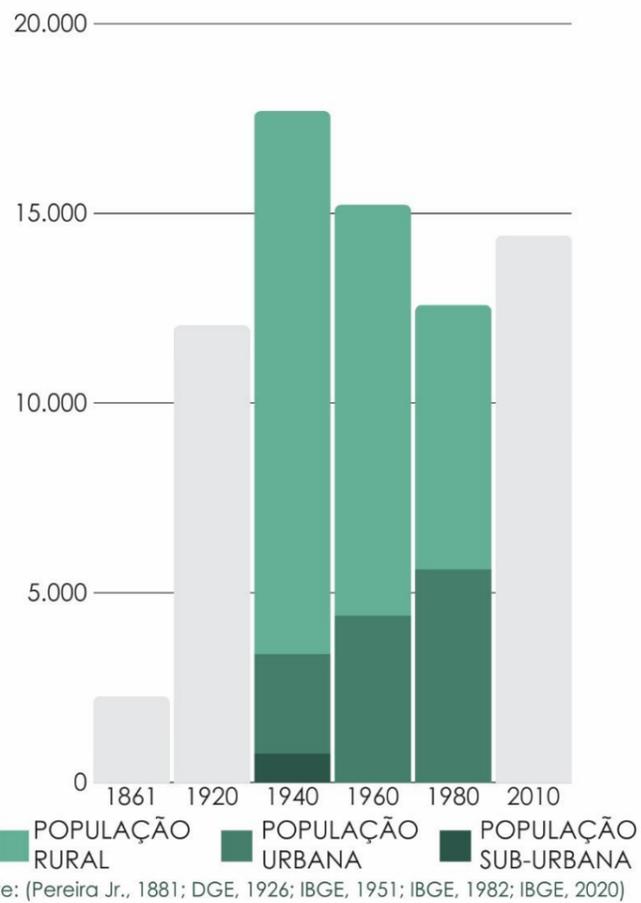
A economia muquiense, assim como a brasileira, era estreitamente dependente da exportação do café. Neste sentido, com a queda da demanda internacional pelo produtor, assim como a queda do preço de venda, grande parte das fazendas da região, que tinham o café como principal produto agrícola, passou a encontrar dificuldades na venda da produção.

Com isso, as décadas posteriores a esse acontecimento são marcadas por um processo inversamente proporcional ao desenvolvimento observado nas décadas anteriores. O efetivo das lavouras cafeeiras de Muqui diminuiu drasticamente, gerando a diversificação da atividade agropecuária, com a produção de banana, de laranja e de gado, alterando a dinâmica de desenvolvimento econômico da região.

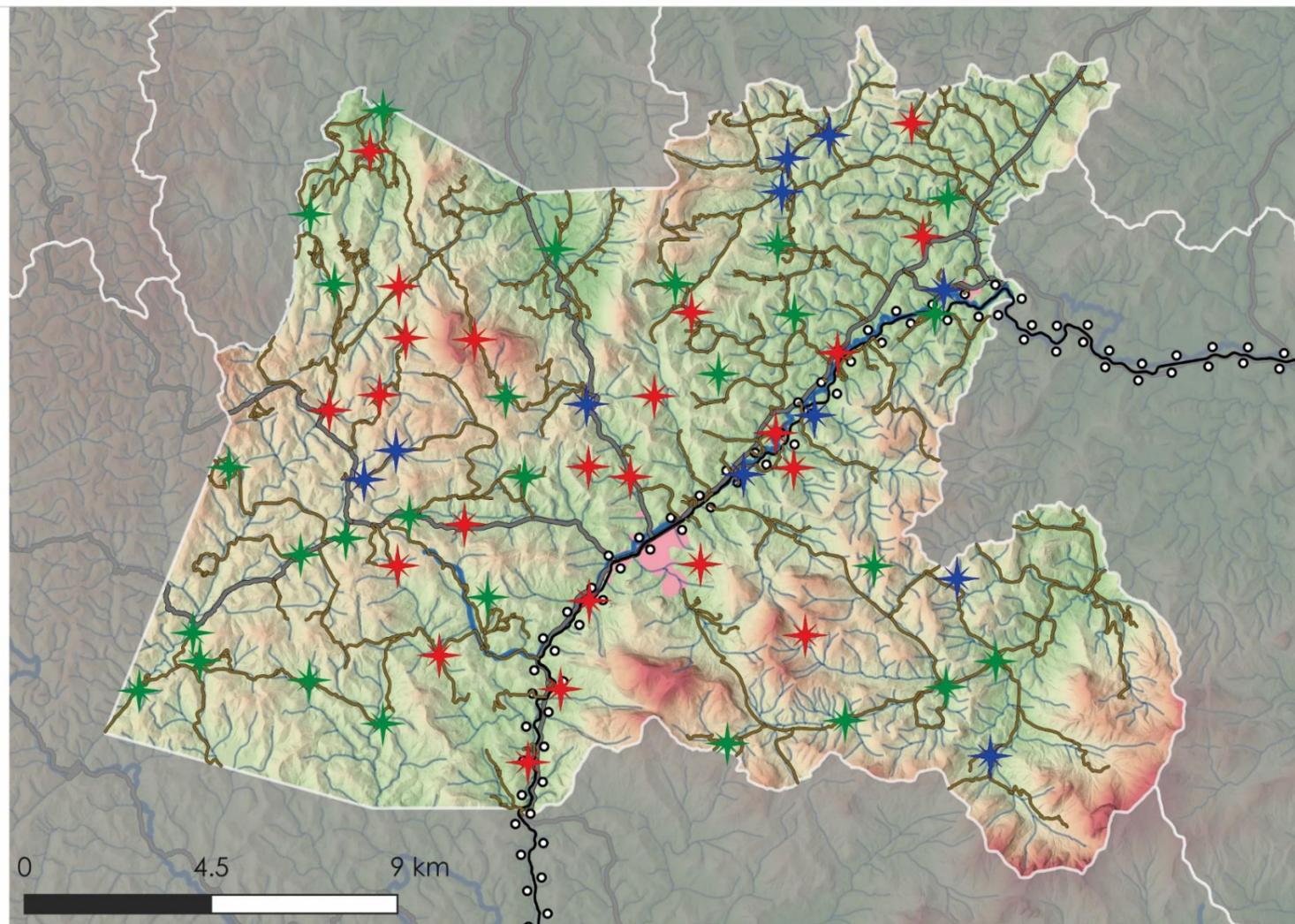
Outra transformação marcante no período está relacionada às transformações demográficas ocorridas. Majoritariamente ocupada pela produção agrícola até então, a população muquiense inicia um processo de êxodo rural. Neste contexto, paralelamente à diminuição do número de pessoas residentes, nota-se um crescimento da população urbana no município. Este fenômeno promove a consolidação das áreas urbanizadas, porém ocasiona o abandono de diversas propriedades rurais.

Estas características perduraram até a década de 1990, quando, a partir de movimentações sociais, a população passou a buscar medidas de proteção do patrimônio, como a solicitação de abertura do processo de tombamento da cidade.

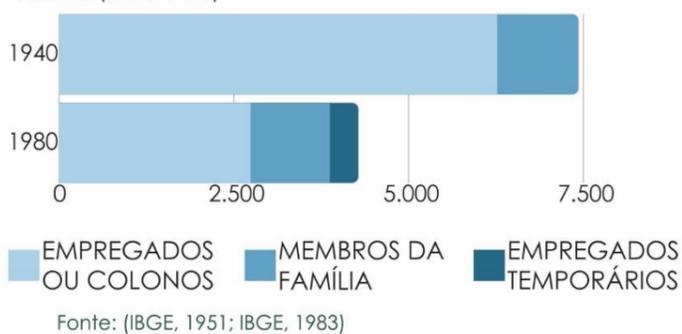
Neste sentido, para melhor compreensão das características territoriais deste período, é apresentado o quadro síntese 7.



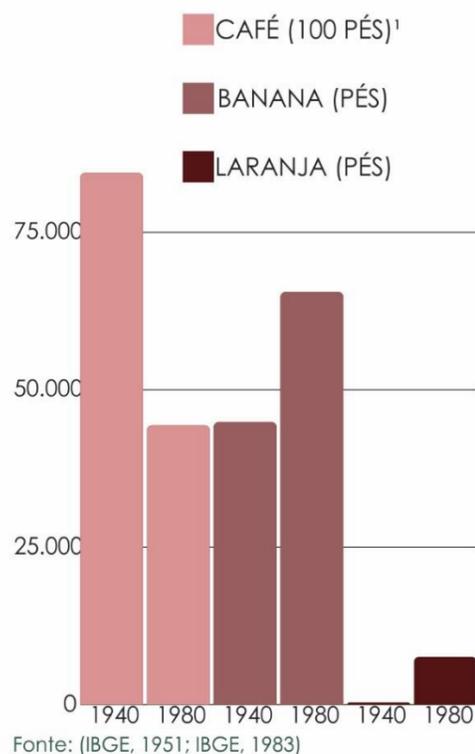
DADOS POPULACIONAIS (POR PESSOA)



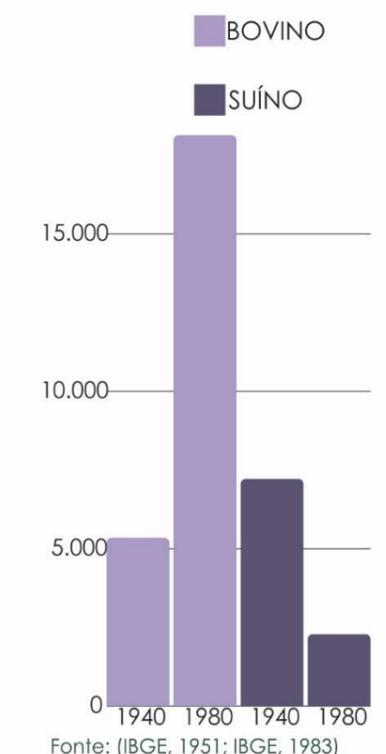
CASA SEDE DA FAZENDA BOM RETIRO - FOTOGRAFIA EM 1981 CLASSIFICADA PELO IJSN EM ESTADO PRECÁRIO DE CONSERVAÇÃO FONTE: (IJSN, 1981)



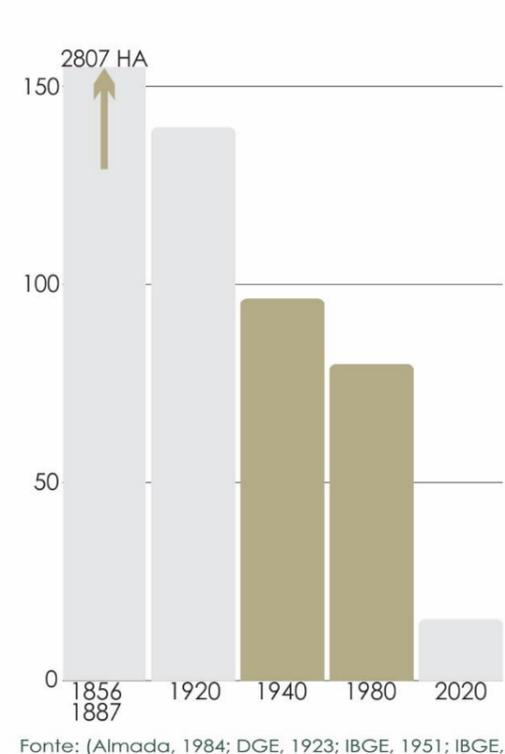
PESSOAL OCUPADO EM PROPRIEDADES RURAIS



LAVOURAS PERMANENTES



PRODUÇÃO PECUÁRIA (POR CABEÇA)



TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (EM HA)

1- Para fins de representação gráfica, os dados referentes a quantidade de pés de café foram divididos por 100.

SISTEMA DE COORDENADAS: SIRGAS 2000, UTM24S



Com a crise que afetou a produção cafeeira em Muqui, uma série de mudanças territoriais passaram a se desenvolver. Ainda que nesta seção tenham surgido algumas novas fazendas, observa-se uma diminuição gradativa do tamanho médio da propriedade rural, elevando a média da classificação fundiária do imóvel rural de Muqui como pequena propriedade²⁹. Esta característica, assim como o aumento do número de imóveis rurais, indica uma melhor distribuição das estruturas agrárias, fator que aponta para princípios da multiplicidade no território, caracterizando um processo simbólico de territorialização.

Com o aumento do número de propriedades rurais, ocorre a consolidação de uma rede de estradas rurais afim de possibilitar, tanto o escoamento da produção agropecuária, quanto a trânsito da população residente no interior do município. Esta característica pode ser relacionada também à popularização dos automóveis neste período. Neste sentido, a rede de estradas atuou como sedimento reflexo da transformação sociocultural vivenciada naquele momento, contribuindo para os processos de dominação do território.

Com isso, apesar do crescimento do número de propriedades rurais distribuídas em Muqui em meados do século XX, nota-se que com os impactos que a crise econômica acometeu na cultura cafeeira, Muqui diminui drasticamente o efetivo de lavouras de café, dando espaço para a desenvolvimento de lavouras de outros produtos agrícolas, como a banana e a laranja, assim como para o crescimento de uma nova tendência nas propriedades rurais da região: a pecuária bovina extensiva.

O desenvolvimento da pecuária bovina em detrimento da produção de lavouras, sobretudo a partir da década de 1970, reflete na transformação de diversas camadas do território. De acordo com Melo Filho e Queiroz (2011) a mão de obra

²⁹ Em conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.629/93, a classificação do imóvel rural enquanto pequena propriedade, inclui imóvel de até 4 módulos fiscais. O módulo fiscal é uma medida agrária instituída no Brasil pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979, levando em consideração características específicas de cada município. Em Muqui, o módulo fiscal é de 30 hectares, neste sentido, a pequena propriedade em Muqui diz respeito à imóveis rurais de até 120 hectares.

necessária para a produção de bovino de corte em sistema extensivo gira em torno de 1 pessoas para cada 250 animais.

Com isso, se faz importante pontuar que as lavouras, sejam elas permanentes (café, milho ou laranja) ou temporárias (milho, arroz e feijão), exigem um contingente de mão de obra consideravelmente maior em relação à pecuária bovina. Este fator implica na redução do pessoal ocupado nas fazendas e no surgimento de uma nova classe de trabalhadores rurais: os empregados temporários. Essa característica afasta as fazendas da região de um possível processo de apropriação no território, visto que, devido a transformações no campo da economia, ocorre uma desvinculação do sujeito social com a produção tradicionalmente desenvolvidas na região.

Como fator crucial para a diminuição dos postos de trabalho rural na região, o crescimento da adoção da bovinocultura extensiva, contribuiu para o desenvolvimento de um fenômeno demográfico típico desta seção histórica, caracterizado pelo êxodo rural e pelo aumento da massa populacional nos núcleos urbanizados do município. Estes fatores apontam para um processo onde o território é tipo como recurso, desvinculando-se dos processos de apropriação desenvolvidos sobre ele.

A dinâmica de desenvolvimento regional proporciona também grandes mudanças relativas à rede de transportes nesse período. Com a queda da exportação dos produtos agropecuários e a popularização do automóvel, a estrada de ferro, desativada em 1975, é eliminada. Como alternativa, em seu lugar, é introduzido um trecho rodoviário. Esta transformação promove uma ruptura, não apenas relativo ao modal de transporte, mas a um importante sedimento simbólico responsável por significativa movimentação sociocultural nas décadas anteriores.

Cabe salientar, todos os processos desenvolvidos nesta seção culminam em uma característica específica. A consolidação de áreas urbanizadas, ainda que tenha ocorrido devido a um processo de esvaziamento da zona rural, proporciona o desenvolvimento de características ligadas ao território simbólico,

tais como o desenvolvimento de expressões culturais e folclóricas e o desenvolvimento de um núcleo com características patrimoniais específicas.

Este fator se relaciona com característica de um processo de territorialização simbólico, entretanto, este mesmo fenômeno promove a degradação e/ou demolição de importantes bens patrimoniais, como exemplares do casario eclético, erguido na sede municipal durante as décadas de 1920 e 1930. Ainda, o esvaziamento da zona rural promove o abandono gradativo de imóveis e estruturas rurais integrantes de expressivo sedimento patrimonial, representando relações próprias de um território funcional.

Com isso, entende-se esta seção histórica como um recorte de desenvolvimento de processos de territorialização majoritariamente funcionais. Neste sentido, enquanto contribuição para a compreensão destes processos, os sedimentos são sintetizados e classificados no quadro síntese 7.

Quadro 7 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 4, com base em Haesbaert (2004)

Conceito	Território funcional	Território simbólico
(HAESBAERT, 2004)	Processos de Dominação;	Processos de Apropriação;
	Territórios da desigualdade;	Territórios da diferença;
	Território sem territorialidade;	Territorialidade sem território;
	Princípio da exclusividade;	Princípio da multiplicidade;
	Território como recurso.	Território como símbolo.
Sedimentos	Diagnóstico	
Introdução da rede de estradas rurais		
Aumento do número de propriedades rurais		
Desativação do trecho ferroviário		
Introdução de trecho rodoviário		
Consolidação das áreas urbanizadas		
Redução do tamanho médio das propriedades rurais		
Queda na produção cafeeira		

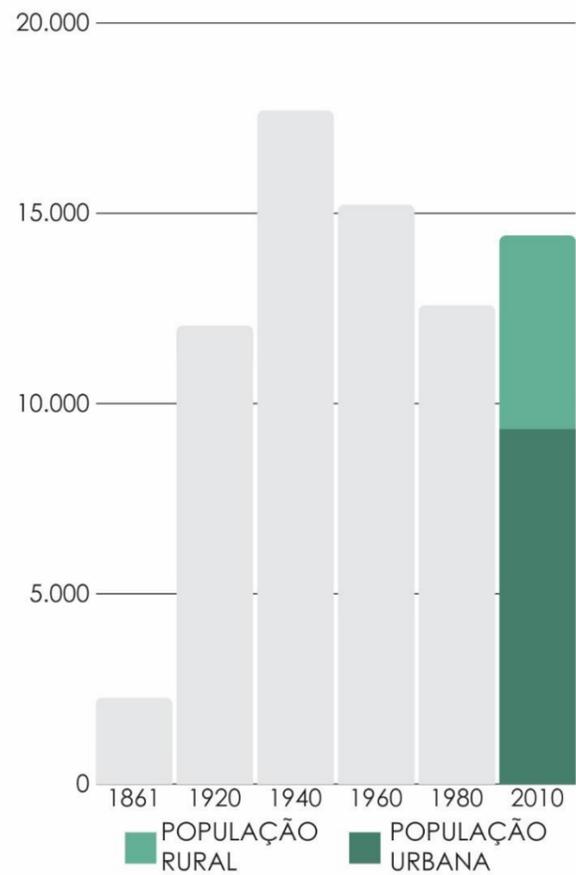
Aumento de lavouras de banana e laranja		
Crescimento da pecuária bovina		
Diminuição do contingente ocupado em propriedades rurais		
Surgimento de empregados temporários como nova classe de trabalhadores rurais		
Redução gradativa da população		
Êxodo rural		
Aumento da população urbana		
Processo de abandono de fazendas		

Fonte: Produção do autor.

4.4 SEÇÃO HISTÓRICA 5: FASE CONTEMPORÂNEA

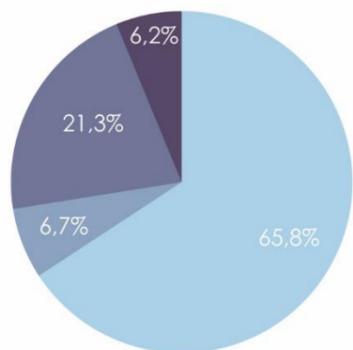
Nas análises referentes ao recorte temporal contemporâneo, representados pela seção histórica 5, considerou-se pertinente a representação identitária em 2 escalas distintas: a primeira refere-se a dinâmica territorial do município como um topo, enquanto a segunda diz respeito à processos mais específicos ao objeto concreto da pesquisa, ou seja, as fazendas cafeeiras históricas em Muqui.

Essa decisão metodológica se dá pela necessidade de analisar possíveis variâncias entre a dinâmica desenvolvida no recorte nessas duas escalas. Entende-se, ainda que o recorte municipal e as fazendas possuam intrincadas relações íntimas no que tange a produção do território, que a análise das dissonâncias entre os modelos de desenvolvimento vigente nessas esferas, possibilite melhor compreensão das características identitárias do território.



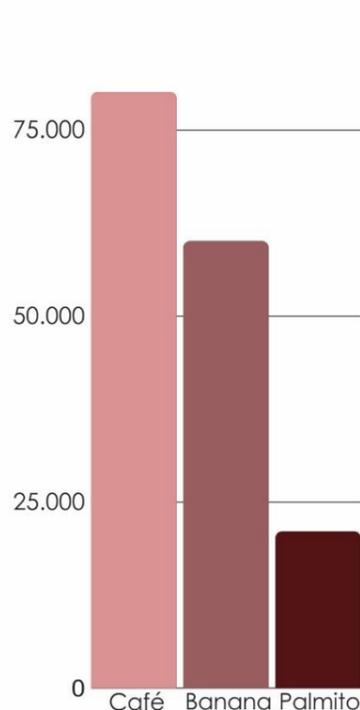
Fonte: (Pereira Jr., 1881; DGE, 1926; IBGE, 1951; IBGE, 1982; IBGE, 2020)

DADOS POPULACIONAIS (POR PESSOA)



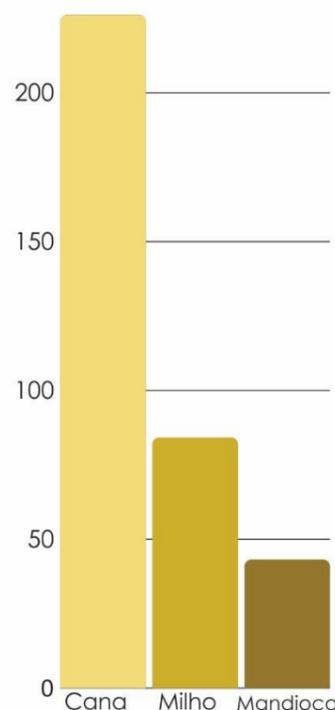
Fonte: (IBGE, 2020)

MÃO DE OBRA EM PROPRIEDADES RURAIS (FAZENDAS DA AMOSTRA)



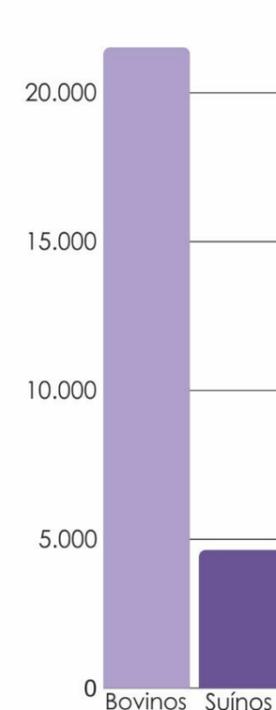
Fonte: (IBGE, 2020)

LAVOURAS PERMANENTES



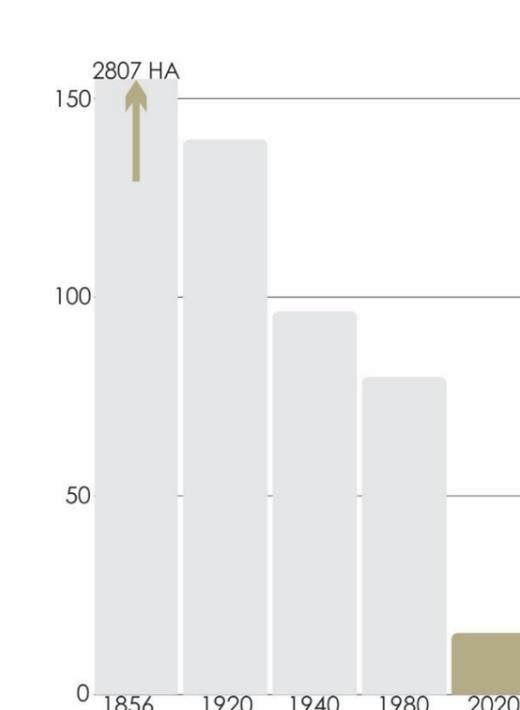
Fonte: (IBGE, 2020)

LAVOURAS TEMPORÁRIAS



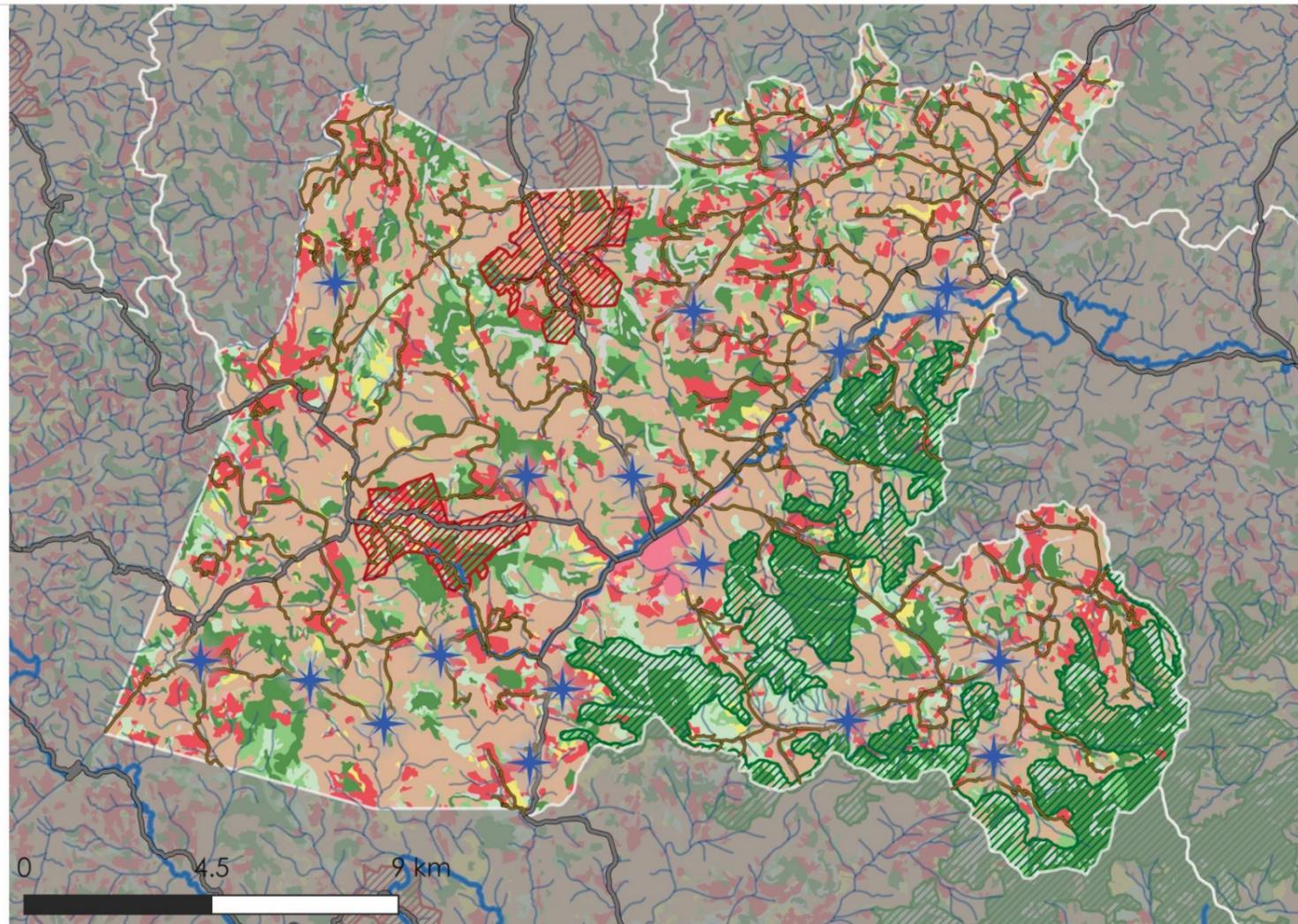
Fonte: (IBGE, 2020)

PECUÁRIA



Fonte: (Almada, 1984; DGE, 1923; IBGE, 1951; IBGE, 1982; CAR, 2020)

TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (EM HA)



REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA QUINTA SEÇÃO HISTÓRICA O MUNICÍPIO



- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2013)
- RIO MUQUI (IJSN, 2013)
- CURSOS D'ÁGUA (IJSN, 2013)
- ESTRADAS RURAIS
- RODOVIAS (IJSN, 2013)
- ÁREAS URBANIZADAS (IJSN, 2013)
- FAZENDAS EXISTENTES NA SEÇÃO HISTÓRICA ANALISADA (IPHAN, 2013)
- ASSENTAMENTOS (CAR, 2020)
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (CAR, 2020)
- USO E COBERTURA DO SOLO (IJSN, 2015)
 - PASTAGEM
 - CAFÉ
 - MACEGA
 - MATA NATIVA
 - MATA NATIVA EM REGENERAÇÃO
 - OUTROS CULTIVOS
 - AFLORAMENTO ROCHOSO
 - ÁGUA
 - SOLO EXPOSTO

SISTEMA DE COORDENADAS: SIRGAS 2000, UTM24S



Com as grandes transformações territoriais estabelecidas nas décadas anteriores, no final do século XX uma nova relação da comunidade com o patrimônio passa a ser expresso. A partir de movimentações sociais pela urgência de uma política salvaguarda do patrimônio histórico e artístico de Muqui, com a Lei Ordinária Municipal N° 70/1999 é disposto o tombamento e providências para preservação de bens culturais, condição, em alguns anos, reconhecido em âmbito nacional. Este movimento atua como expressão de um processo de apropriação do território, no qual a preservação dos símbolos ligados à identidade muquiense estabelece novas territorialidades.

Entretanto, apesar da regulamentação da APAC de Muqui (2012) ter representado um grande avanço nas políticas de preservação, em especial do casario urbano, essa movimentação não se estende ao patrimônio rural, constituído pelo importante conjunto de fazendas históricas, erguidas a partir de meados do século XIX. Neste sentido, dá-se continuidade ao processo de dissolução, abandono ou perda de exemplares deste conjunto, iniciado na seção histórica anterior.

Neste sentido, podem ser observados processos de reterritorialização distintos no que tange às transformações ocorridas nas estruturas das fazendas históricas. Enquanto uma parte deste conjunto é acometido pelo abandono de suas estruturas, outra passa por um processo de transformação, assumindo novas características no território.

No primeiro caso, devido à força das relações funcionais desenvolvidas, o processo de abandono indica uma desvinculação com os símbolos que estas estruturas carregam, culminando no abandono de diversas fazendas, e, conseqüentemente, no afastamento no curso de desenvolvimento da região. Entretanto, o segundo caso indica uma perspectiva de transformação das estruturas das fazendas, permitindo uma outra inserção na dinâmica de desenvolvimento.

Este processo de transformação pode ser associado a mudanças na estrutura agrária. Atualmente, em relação aos aspectos da estratificação fundiária de Muqui, o município apresenta majoritariamente imóveis rurais categorizados

como minifúndio, contando com dois assentamentos de reforma agrária que, segundo o INCAPER, em 2011, abriga 127 famílias. A dissolução de fazendas ou grandes propriedades improdutivas em propriedades rurais menores, aponta para uma transformação das estruturas por meio de inserção em uma perspectiva de multiplicidade, adequada ao desenvolvimento de transformações territoriais ligadas à processos de apropriação.

Outra característica ligada às transformações na estratificação fundiária de Muqui, diz respeito ao perfil da mão-de-obra ocupada nos imóveis rurais. Na esfera municipal, 65,6% da mão de obra utilizada nos estabelecimentos agropecuários correspondem à membros das famílias proprietárias da terra, seguido por 21,3% de empregados temporário, majoritariamente contratados durante o período de colheita do café. Esta condição indica um processo de encaminhamento da produção para a agricultura familiar, que, por si só, possibilita uma relação de apropriação do trabalhador rural com o território, incentivando o desenvolvimento de relações simbólicas.

Em observação ao desenvolvimento de produtos agropecuários por propriedade, é possível observar a predominância de estabelecimentos produtores de café (1138 propriedades), seguido pelos que possuem gado bovino (481 propriedades). Entretanto, no que tange a área ocupada por estas produções, nota-se uma disparidade. Ainda que a quantidade de propriedades rurais produtoras de gado seja consideravelmente inferior às que produzem café, a Área destinada à pastagem é substancialmente maior³⁰. Neste sentido, a manutenção da cultura cafeeira como importante produto agrícola local mantém relações simbólicas com o território, devido aos processos de desenvolvimento promovidos entorno da cafeicultura. Entretanto, por outro lado, o avanço das áreas de pastagem indica um processo de territorialização que compreende o território como recurso.

³⁰ De acordo com IBGE (2017) a área destinada a lavouras de café, tanto da variedade arábica quanto Conilon, somam 5290 hectares, enquanto a área de pastagens no município é de 13615 hectares, área 157,4% maior em relação à ocupada por lavouras cafeeiras.

Outra característica marcante na esfera territorial de Muqui é a presença do Monumento Natural Estadual Serra das Torres, unidade de conservação criada em 2010, detentora de um dos mais importantes remanescentes florestais contínuos localizados na região sul do Espírito Santo e, além disso, reconhecida pelas formações rochosas do tipo pão de açúcar e escarpas rochosas serranas. A criação desta unidade de conservação indica mais um passo em prol da preservação do patrimônio cultural e ambiental da região. Neste sentido, sua presença aponta para um processo de territorialização pautada na valorização dos simbolismos e das territorialidades desenvolvidas.

Vistos estes fatores de transformação territorial em Muqui, ainda é possível observar uma característica marcante em relação à demografia do município. Na contramão do processo de diminuição da população municipal nos últimos anos, segundo o IBGE (2010), Muqui apresenta uma taxa de crescimento populacional, entre 2000 e 2010, de 5,57%. Esse dado aponta para a diminuição do processo de evasão populacional, podendo indicar uma perspectiva de apropriação do território pela comunidade. Entretanto, cabe salientar, a população residente em áreas urbanas é consideravelmente superior à rural, condição desvinculada do perfil sociodemográficos verificado nas seções anteriores, ou seja, da predominância de uma população habitando a zona rural do município.

Neste sentido, é possível observar, em relação ao predomínio de processos de territorialização funcionais ou simbólicos, a fase contemporânea apresenta grande volatilidade, tendo características distintas que apontam para diferentes categorias de territorialização. Com isso, a fim de promover uma síntese destes processos, desenvolve-se o quadro 8.

Quadro 8 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 5 [município], com base em Haesbaert (2004)

Conceito	Território funcional	Território simbólico
(HAESBAERT, 2004)	Processos de Dominação;	Processos de Apropriação;
	Territórios da desigualdade;	Territórios da diferença;
	Território sem territorialidade;	Territorialidade sem território;
	Princípio da exclusividade;	Princípio da multiplicidade;
	Território como recurso.	Território como símbolo.
Sedimentos	Diagnóstico	
Tombamento do sítio urbano		
Abandono ou perda de fazendas históricas		
Dissolução de fazendas históricas		
Surgimento de assentamentos de reforma agrária		
Criação do MONA Serra das Torres		
Predominância de áreas destinadas à pastagem		
Predominância de imóveis rurais categorizados como minifúndio		
Grande número de propriedades rurais produtoras de café		
Mão de obra majoritariamente ligada à agricultura familiar		
Grande número de empregados temporários		
Crescimento populacional		
População majoritariamente urbana		

Fonte: Produção do autor.

Tendo sido realizada a leitura e a análise dos processos de territorialização do município de Muqui, resta compreender as relações estabelecidas especificamente no entorno das fazendas de análise, para que se possa discutir possíveis distinções entre estes processos em suas diferentes escalas.

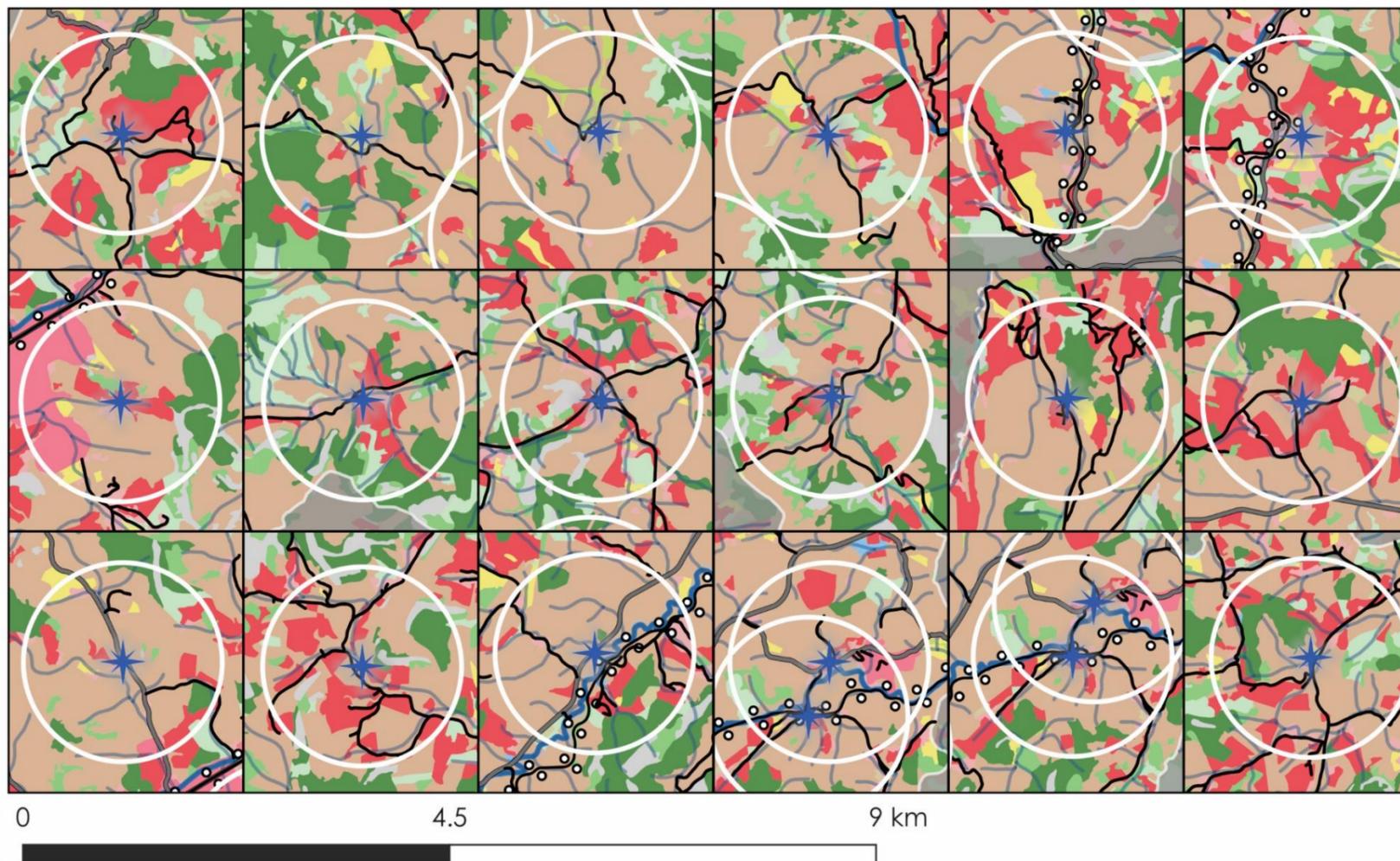


DESTINO DA PRODUÇÃO (2020)

CASA SEDE DA FAZENDA SÃO DOMINGOS DE CIMA (2020)



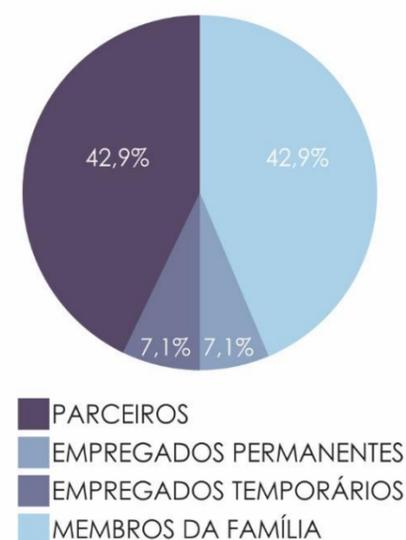
FONTE: (FOTOGRAFIA DO AUTOR)



**REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA
QUINTA SEÇÃO
HISTÓRICA
AS FAZENDAS**



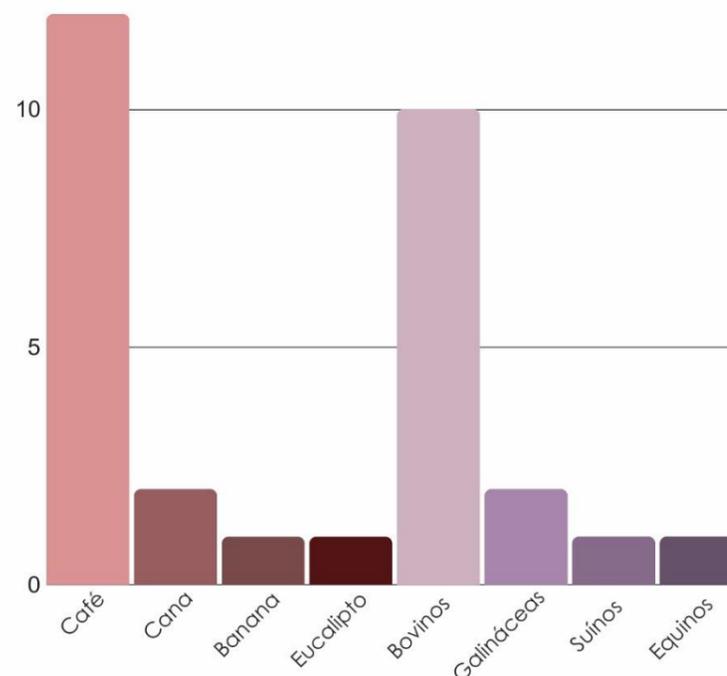
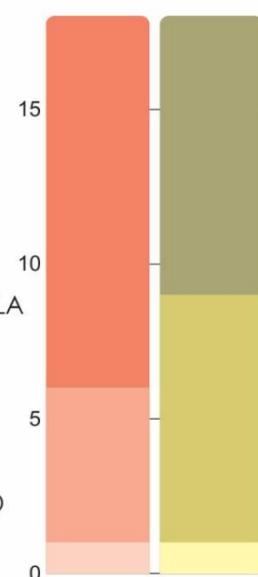
- LIMITES MUNICIPAIS (IJSN, 2013)
 - RIO MUQUI (IJSN, 2013)
 - CURSOS D'ÁGUA (IJSN, 2013)
 - ESTRADAS RURAIS
 - RODOVIAS (IJSN, 2013)
 - ÁREAS URBANIZADAS (IJSN, 2013)
 - FERROVIA (IJSN, 2013)
 - ★ FAZENDAS EXISTENTES NA SEÇÃO HISTÓRICA ANALISADA (IPHAN, 2013)
- USO E COBERTURA DO SOLO (IJSN, 2015)**
- PASTAGEM
 - CAFÉ
 - MACEGA
 - MATA NATIVA
 - MATA NATIVA EM REGENERAÇÃO
 - OUTROS CULTIVOS
 - AFLORAMENTO ROCHOSO
 - ÁGUA
 - SOLO EXPOSTO



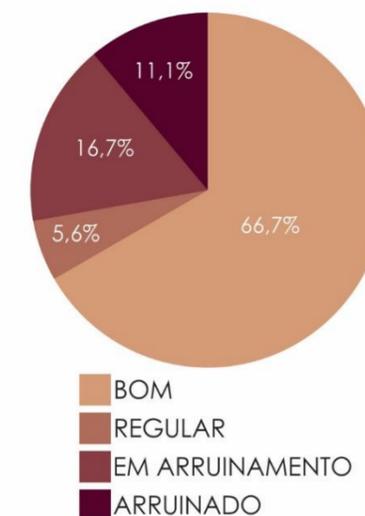
MÃO DE OBRA EM PROPRIEDADES RURAIS (2020)

- PRODUÇÃO AGRÍCOLA INEXISTENTE
- DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS AGRÍCOLAS
- MONOCULTURA AGRÍCOLA
- PRODUÇÃO PECUÁRIA INEXISTENTE
- DIVERSIFICAÇÃO DE CULTIVO PECUÁRIO
- MONOCULTIVOPECUÁRIO

SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2020 (POR PROPRIEDADE)



PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2020 (POR PROPRIEDADE)



ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CASA SEDE (2020)

Visto o processo de dissolução, abandono ou perda de diversos exemplares do conjunto de fazendas históricas de Muqui, a análise da relação desenvolvida por estas fazendas se estabelece através dos 18 (dezoito) remanescentes inventariados pelo IPHAN, em 2013. Num primeiro momento, é possível observar a diminuição do número de exemplares em relação às seções históricas anteriores, condição indicativa da desvinculação do conjunto de fazendas em relação à dinâmica de territorialização, seja ela marcada por processos funcionais ou simbólicos. Ou seja, a supressão de um número considerável de fazendas históricas no conjunto de Muqui pode ter sido impulsionada tanto por uma desvinculação com a dinâmica funcional, quanto por um distanciamento das relações simbólicas estabelecidas no território.

Entretanto, há indicativos de inclusão destes remanescentes na dinâmica territorial contemporânea, como, por exemplo, a presença de uma rede de estradas rurais interligando todas as fazendas. Ainda, a concordância entre o nome originário das fazendas e o das comunidades rurais regionais sugere um vínculo histórico e testemunhal entre objeto e processo territorial. Associadas, essas particularidades apontam para um processo de apropriação entre as fazendas e as comunidades em que estão inseridas, estabelecendo uma relação de processos simbólicos de territorialização.

Em relação ao uso e à cobertura da terra nas proximidades das fazendas, a permanência da atividade agropecuária chama a atenção. A princípio, é possível observar, no entorno das fazendas, a cobertura da terra ser marcada pela presença de grandes extensões de pastagens, ocupando grande parte da área representada, relacionando-se com o grande número de fazendas vinculadas à produção de gado bovino. Esta situação indica uma grande transformação nas formas de produção agropecuária e aponta para a introdução de relações com o território próximas de processos funcionais, de dominação, onde o território é considerado recurso.

Uma evidência desse processo é a reduzida presença de áreas produtivas destinadas a lavouras temporárias e de fazendas com diversificação de culturas agrícolas, em contraponto à grande quantidade de sistemas produtivos

dedicados à monocultura. Entretanto, é possível observar, a cafeicultura ainda representa um importante produto agrícola, devido ao grande número de fazendas produtoras de café e à presença de lavouras cafeeiras no entorno destes exemplares. Essa característica representa a permanência de uma produção agrícola que desenvolve relações simbólicas com o território, devido à importância deste produto no desenvolvimento regional.

Ainda em relação à produção agropecuária, é importante mencionar uma característica marcante relativa à mão-de-obra das fazendas. Atualmente, o número de fazendas que utiliza mão de obra familiar é o mesmo de estabelecimentos que adotam o sistema de parceiros, ou, no termo utilizado nas fazendas, colonos. Esse dado indica um vínculo mais próximo do produtor com o território pois, em maioria, essas pessoas habitam residências situadas no perímetro das fazendas. Ainda, cabe salientar, o próprio termo (colono), assim como a adoção deste sistema, apresenta uma reprodução de características de seções passadas, relacionando-se com um processo simbólico de territorialização.

Quanto à destinação da produção agropecuária, nota-se uma mudança no encaminhamento dos produtos, que nas seções anteriores eram direcionados majoritariamente para a exportação. Atualmente, a maior parte das fazendas que apresentam produção agropecuária, encaminha seus produtos para o comércio local e/ou para cooperativas. Essa característica indica um fortalecimento do vínculo entre a produção e a comunidade local, podendo ser apontado como um indicador de relações simbólicas no território.

Por fim, em relação ao estado de preservação das estruturas rurais presentes nas fazendas, em especial à casa sede, é possível observar certa heterogeneidade em relação às suas condições. Ainda que a maior parte dos exemplares apresenta bom estado de conservação, indicando a preservação destas estruturas e, conseqüentemente, dos processos de apropriação e símbolos que são intrínsecos a elas, o conjunto apresenta um número considerável de exemplares arruinados ou em processo de arruinamento, que por si, indicam uma desvinculação com os valores simbólicos dessas

edificações, característica de um processo de territorialização voltado à funcionalidade.

Sendo assim, em relação ao território no entorno das fazendas da amostra, observa-se um processo de territorialização com características bastantes heterogêneas, evidenciando a complexidade de análise destes processos. Assim, através do quadro 9, é possível realizar uma leitura sintetizada dos principais sedimentos observados na representação deste recorte, assim como sua classificação a partir de Haesbaert (2005).

Quadro 9 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais da seção histórica 5 [as fazendas], com base em Haesbaert (2004)

Conceito	Território funcional	Território simbólico
(HAESBAERT, 2004)	Processos de Dominação;	Processos de Apropriação;
	Territórios da desigualdade;	Territórios da diferença;
	Território sem territorialidade;	Territorialidade sem território;
	Princípio da exclusividade;	Princípio da multiplicidade;
	Território como recurso.	Território como símbolo.
Sedimentos	Diagnóstico	
Rede de estradas rurais que interligam as fazendas		
Comunidades rurais com nomes de fazendas históricas		
Cobertura do solo marcada por grandes áreas de pastagem		
Presença das lavouras de café no entorno das fazendas		
Poucas áreas destinadas às lavouras temporárias		
Forte emprego de mão de obra de parceiros (ou colonos)		
Forte utilização da mão de obra familiar		
Grande número de fazendas sem produção agropecuária		

Destinação da produção agropecuária majoritariamente para o comércio local e/ou cooperativas		
Estado de conservação das casas sede majoritariamente classificados como bom		
Presença de exemplares de casas sede arruinados ou em arruinação		

Fonte: Produção do autor.

4.5 O TERRITÓRIO-OBJETO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTOSSUSTENTÁVEL

As representações identitárias do percurso de produção territorial permitem observar diferentes dinâmicas relativas aos tipos de territorialização predominantes em cada seção histórica. Dessa forma, analisando os ciclos de territorialização determinados na dinâmica T-D-R e considerando os processos de produção territorial expressos por estes de forma integrada, é possível desenvolver uma reflexão crítica que considere as relações territoriais expressas entre as fazendas cafeeiras e o território (Quadro 10).

A segunda seção histórica, onde registra-se o movimento de inserção das fazendas cafeeiras na região, demonstra uma grande força de processos de territorialização voltados à uma perspectiva de dominação. Isto ocorre devido à uma produção do território intimamente ligada à introdução de um conjunto de fazendas na região, que reproduzem, além do perverso sistema escravocrata, a ideia de desenvolvimento vinculado à dominação dos recursos territoriais, onde o território é compreendido como recurso.

A produção territorial vinculada à terceira seção histórica possui características ambíguas em relação aos tipos dominantes de territorialização. Essa seção revela uma dinâmica extremamente complexa, determinada através de uma análise das causas e efeitos de seus atos territorializantes. Com isso, ainda que ocorram processos de territorialização intrinsecamente ligados à dominação do território e dos recursos naturais, proporcionando o auge da cultura cafeeira no recorte, é possível observar, uma série de relações simbólicas passam a se

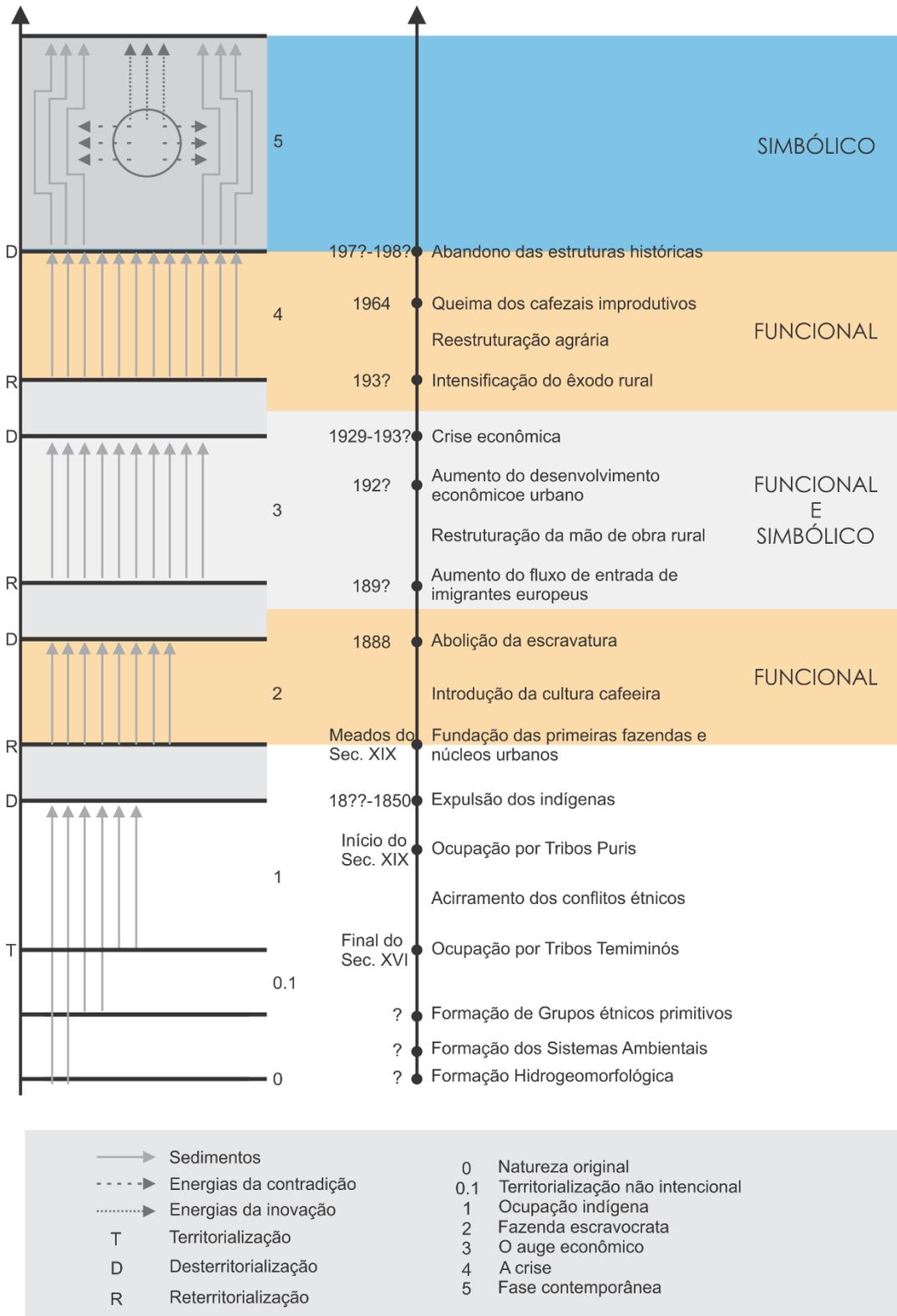
desenvolver. Essas transformações na produção de símbolos dizem respeito, sobretudo, ao fim do sistema escravocrata, onde a população, antes escravizada, é sujeita à grande repressão enquanto agente social na produção do território, assim como à introdução da massa de imigrantes europeus, dotados de maior autonomia em relação à sua expressão cultural.

A quarta seção histórica reapresenta um tipo de territorialização predominantemente funcional, entretanto, se difere da dinâmica observada na segunda seção histórica. Enquanto nas seções anteriores, a classificação de território funcional esteja intimamente ligada à dominação dos recursos territoriais, neste período a característica marcante diz respeito à desvinculação das características simbólicas desenvolvidas anteriormente. Este processo ocorre impulsionado pela crise econômica, pois observa-se que estruturas simbólicas desenvolvidas no recorte, após um processo de rompimento com a produção econômica, passam a inserir-se numa dinâmica de abandono, como é possível observar sobretudo pela redução do conjunto de fazendas históricas neste período.

A quinta seção histórica, contemporânea à produção da pesquisa, é marcada pela discussão e desenvolvimento de políticas de proteção do patrimônio, entretanto, cabe salientar que, apesar de tentativas em diversas esferas sociais, as fazendas históricas não se encontram inseridas nessa dinâmica de preservação. É possível observar, entretanto, características ligadas a um tipo territorial simbólico, em especial sob a perspectiva agrária, evidenciado pela força da agricultura familiar e pela multiplicidade cultural encontrada no recorte.

Cabe salientar, as análises da quinta seção história, ainda que apontem para o desenvolvimento de tipos de territorialização predominantemente simbólicos, indicam uma dinâmica relacionada muito mais à novos processos de apropriação, evidenciando uma nova relação dos atores sociais com o território, do que à reprodução de simbolismos ligados às estruturas históricas das fazendas cafeeiras.

Quadro 10 - Síntese da classificação dos principais sedimentos territoriais das seções históricas, com base em Haesbaert (2004)



Fonte: Produção do autor

Ainda, através de uma análise contemporânea, entende-se que o conjunto de fazendas tem assumido um papel inverso nos processos de desenvolvimento, ou seja, enquanto nos recortes temporais anteriores as fazendas históricas representam o principal motor do desenvolvimento local, ditando os processos de territorialização, sobretudo através da promoção de atividades agropecuárias, como a cafeicultura, atualmente este conjunto tem seguido processos de desenvolvimento que acompanham a dinâmica municipal, onde o campesinato e a agricultura familiar ganha força.

Em análise, é possível observar a existência de um modelo de desenvolvimento ativo nas relações entre o objeto-concreto e o território, entretanto, quando analisado sob a ótica do patrimônio territorial, esse modelo aponta para um distanciamento do conceito de desenvolvimento local autossustentável.

Potências de desenvolvimento local autossustentável podem ser identificadas, como a produção de regras genéticas de assentamento humano independentes de qualquer tipo de apoio externo para auto reprodução duradoura, através da atuação de programas sociais e do desenvolvimento da agricultura familiar, ou, ainda, de um modelo de desenvolvimento não sustentado por agentes externos, evidenciado pela autossustentabilidade regional entre os municípios da região sul do Espírito Santo.

Entretanto, para o alcance de um desenvolvimento local autossustentável, faz-se necessária a produção de relações harmônicas entre os diferentes componentes do território (ambiente físico, construído e antrópico), assim como a geração de uma cultura de autogoverno responsável para com o território e produtora de bem-estar duradouro entre seus componentes. No território-objeto está evidente o desenvolvimento de processos promotores de desequilíbrio entre os componentes do território, culminando na desvalorização de recursos patrimoniais específicos, como as redes ecológicas e o patrimônio construído herdado das fazendas históricas.

Neste sentido, o modelo de desenvolvimento atual, pontuado no recorte, apesar de apontar para características observadas nos processos de desenvolvimento local autossustentável, não é capaz superar o modelo de desenvolvimento

funcionalista e globalizado, pautado no discurso de um mundo desenraizado, móvel e fluido, provocando, assim, um desequilíbrio entre as camadas do patrimônio territorial local.

Portanto, o modelo de desenvolvimento vigente no recorte não permite a reconquista por parte da população local em prol da produção da consciência de um ambiente e de um território de qualidade, resultando, por exemplo, na reprodução de processos de exploração dos recursos locais.

Sob tal panorama, ressalta-se a importância de uma atuação ativa dos atores locais na formulação de energias da inovação e da contradição, de maneira a permitir o enfrentamento do modelo de desenvolvimento funcionalista e globalizado, contribuindo para a produção de novos valores territoriais e, conseqüentemente, com o desenvolvimento de novas territorialidades.

É, portanto, a partir da produção destas energias que se pode reconhecer as forças sociais, culturais e econômicas, bem como utilizar processos e tecnologias promotoras de um modelo de transformação sustentável. Neste sentido, a elaboração do estatuto dos lugares permite a formulação de regras de transformação a partir de auto governança, com regulamentação e normatização produzidas coletivamente em prol do bem-estar duradouro e da valorização dos seus recursos patrimoniais.

Ressalta-se, também, a possibilidade da definição de cenários estratégicos a partir de uma articulação de atores locais, direcionados à produção de horizontes de desenvolvimento local ativadores de práticas autossustentáveis.

Esse percurso, como defendido pela Escola Territorialista Italiana, pode subsidiar a produção de um projeto de desenvolvimento local autossustentável, permitindo um enfrentamento ao modelo funcionalista difundido no mundo globalizado.

5 CONCLUSÃO

Depreende-se do diálogo entre “territorialização” e “desenvolvimento autossustentável” e, notadamente, do retorno dos lugares ao projeto mediante um processo investigativo acerca das fazendas cafeeiras de Muqui/ES que essas além de representarem um importante conjunto do patrimônio territorial local, configuram-se como um dos principais sedimentos ativos na dinâmica territorial há quase dois séculos (desde o primeiro processo de colonização da região, por volta de meados do século XIX).

Nessa perspectiva, salienta-se, durante a sucessão de diferentes tipos territoriais, as fazendas históricas, objeto concreto desta pesquisa, assumem diferentes nuances na dinâmica territorial, definidas a partir de um processo contínuo de transformações destes sedimentos. Dessa forma, conclui-se que diversas características do patrimônio territorial são constituídas a partir da transformação de sedimentos consolidados em tipos territoriais anteriores.

Ainda nesse contexto, ainda que as estruturas físicas de diversos exemplares tenham se dissolvido durante o percurso histórico, as fazendas cafeeiras em Muqui não deixam de coexistir no curso de estratificação da massa territorial, mas assumem novas formas, como percebido posteriormente, por exemplo, na denominação das comunidades rurais no município, no geral ligadas ao nome de fazendas cujas estruturas físicas deixaram de existir.

Destarte, afigura-se como premissa indispensável para a investigação acerca das relações dos processos de territorialização no entorno das fazendas históricas em Muqui a compreensão de que o território é configurado mediante correlações estabelecidas entre diversos sedimentos vinculados às suas camadas conformadoras (ambiental, construída e antrópica), de modo que é impossível promover um diagnóstico isolado do aludido objeto concreto, desconsiderando outros sedimentos relacionados a este.

Por conseguinte, tal fato viabiliza a promoção de discussões acerca das potências do objeto de estudo no enfrentamento aos conceitos de sustentabilidade tecnicista e tecnocrata, assim como a adoção de um modelo de desenvolvimento funcionalista.

Assim, a partir da compreensão das especificidades e características intrínsecas das fazendas cafeeiras de Muqui, torna-se, possível o desenvolvimento metodológico de uma sólida base de dados a partir de fontes de informação territorial, tendo em vista a importância da atualização e da caracterização de uma diversidade de informações de diferentes sistemas.

Desse modo, promove-se a interpretação das regras de transformação configuradoras da identidade do lugar, tendo em vista as incisivas rupturas entre as diferentes civilizações atuantes na produção do território, geralmente contornadas por dinâmicas violentas e discriminatórias, como a expulsão dos indígenas e a escravidão de negros africanos.

Sob tal panorama, cumpre salientar, ainda, diversas esferas dos processos de territorialização, como a atuação de grupos étnicos minoritários, que tendem a ser invisibilizados nos registros históricos. Essa é uma limitação da análise da produção territorial em Muqui, que, relacionada a alguns sedimentos, a exemplo da reinserção dos ex-escravizados na dinâmica territorial local, não permite a leitura com exatidão de todos os processos de territorialização ocorridos em seu percurso histórico.

Registre-se que, para o desenvolvimento da presente pesquisa, sob ciência das adaptações metodológicas demandadas ao objeto concreto, além da utilização de informações registradas oficialmente (fontes bibliográficas e documentais), por meio de metodologia pontual, dados são obtidos a partir de visitas de campo e revelam-se como informações fortalecedoras do sistema de informações territoriais adotado. Ainda assim, enfatiza-se a existência de certos fatores limitantes, como dificuldade de acesso a algumas áreas específicas do recorte territorial e resistência de participação por parte da população local.

A definição metodológica adotada, revela-se também, como importante processo de identificação da estreita relação entre os processos desenvolvidos nas fazendas históricas e a configuração do ciclo T-D-R no recorte, a exemplo do tipo territorial característico da seção histórica 2 (fazenda escravocrata), onde é possível concluir que, no geral, a dinâmica agropecuária atua como balizadora dos processos de transformações territoriais.

Ainda no campo metodológico, destaca-se que a pesquisa apresenta uma relevante contribuição quanto à efetividade do desenvolvimento de estratégias de

representação identitária aplicados ao território rural, sobretudo, a proposta pela Escola Territorialista Italiana, estabelecida no trabalho a partir do atlas do patrimônio territorial, como uma metodologia que, de fato, permite uma leitura das informações territoriais e dos sedimentos consolidados durante o percurso histórico de produção do território.

Numa interpretação voltada à leitura do patrimônio territorial do recorte, o atlas permite a compreensão das relações estabelecidas entre as fazendas históricas em Muqui e a produção territorial. Em todos os sistemas representados é possível observar uma vinculação do objeto aos sedimentos territoriais consolidados, ainda que em diferentes níveis de afinidade. Essa condição confirma a relevância das fazendas históricas enquanto importantes sedimentos na dinâmica territorial em Muqui e, ainda, possibilita uma investigação acerca da força dessas estruturas enquanto potência para a proposição de um modelo de desenvolvimento enraizado econômica, política, social e ambientalmente, promotor de fortalecimento de identidade local.

Assim, a partir da introdução das primeiras fazendas cafeeiras no recorte da pesquisa, por volta de meados do século XIX, compreende-se que a produção territorial em Muqui se apresenta intimamente vinculada à dinâmica desenvolvida a partir das relações das fazendas com o território. Entretanto, sobretudo por volta de meados do século XX, apresenta-se um processo de grandes transformações desse conjunto enquanto sedimento territorial. As estruturas físicas, tal qual suas tipologias arquitetônicas, assumem um processo de dissolução, fato ocorrido principalmente por transformações na dinâmica territorial, impulsionadas por fatores socioeconômicos.

A produção do território em Muqui, nas últimas décadas, aponta para um afastamento das estruturas históricas das fazendas em relação à identidade territorial local, fato explicitado pela redução drástica de exemplares de fazendas históricas no conjunto do município. Esse cenário pode ser entendido como um reflexo do avanço de um modelo de desenvolvimento que promove uma ruptura com dinâmicas enraizadas no local.

A reflexão crítica, dos processos e tipos de territorialização, enquanto resultado da pesquisa, permite a compreensão de que as fazendas cafeeiras em Muqui, apesar de apresentarem indícios de transformações de estruturas patrimoniais, têm apresentado

uma dinâmica de desenvolvimento que, de certa forma, acompanha o modelo vigente no município e na região como um todo.

Frente a essa constatação, revela-se uma importante especificidade do modelo de desenvolvimento local observado no território. Conclui-se que a dinâmica de produção territorial, que por mais de um século tem os sedimentos ligados às fazendas históricas da região como uma das principais potências territorializantes, atualmente expressa uma movimentação onde as fazendas se inserem em um modelo de desenvolvimento funcionalista, característico de um mundo globalizado e desenraizado.

Portanto, constata-se que as fazendas cafeeiras históricas em Muqui representam um potencial recurso patrimonial em prol da manutenção das identidades locais e do enfrentamento ao modelo de desenvolvimento funcionalista. Entretanto, esse conjunto se encontra inserido num cenário de fragilidades, sob risco da suspensão de suas características patrimoniais frente à dinâmica territorial contemporânea.

Sob tal perspectiva, faz-se urgente o planejamento de cenários capazes de promover a valorização dos recursos patrimoniais, nos quais as fazendas históricas estejam inseridas numa dinâmica de desenvolvimento local autossustentável. Para isso, o conjunto necessita de um resgate do cenário de risco em curso, por meio de uma tripla valoração: como patrimônio territorial (valor de existência), como recurso territorial (valor de uso) e como capital territorial (valor de consumo). No entanto, essas estratégias precisam ser acompanhadas de uma articulação de recursos promotores de engajamento de atores locais, para que, por meio da valorização de seus recursos territoriais, seja possível a articulação de um projeto de desenvolvimento local autossustentável alicerçado na produção do território pautada no bem-estar duradouro de seus recursos.

6 REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. **Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850/1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 224 p.

AVIDOS, Florentino. **RELATÓRIO da Província do Espírito Santo**. Destinatário: Congresso Legislativo. Vitória, 1926. Mensagem lida... Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/FLORENTINO%20AVIDOS%20\(2\).pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/FLORENTINO%20AVIDOS%20(2).pdf). Acesso em: 1 abr. 2020.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. Valentes, diabólicos, invencíveis e aliados: Goitacazes, Temiminós, portugueses, franceses e jesuítas na Capitania do Espírito Santo. **Brasiliana: Revista de Estudos Brasileiros**, Londres, v. 5, n. 2245-4373, ed. 1, p. 125-146, 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/43075522-Valentes-diabolicos-invenciveis-e-aliados-goitaca-temimino-portugueses-franceses-e-jesuitas-na-capitania-do-espírito-santo.html>. Acesso em: 1 abr. 2020.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização do Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Orientador: Wilson Cano. 1992. 395 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CAR, Cadastro Ambiental Rural. Base de Downloads: Espírito Santo. [S. l.: s. n.], 2020. Shapefile. Disponível em: <http://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads?sigla=ES>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CARTA, Maximo. **La rappresentazione nel progetto di territorio**: Un libro illustrato. Florença: Universidade de Florença, 2012. ISBN 978-88-5518-908-8.

CHELOTTI, Marcelo Cervo Chelotti. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, [s. l.], v. 8, ed. 15, p. 1-25, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080>. Acesso em: 1 abr. 2020.

CHOAY, François. Hacia un nuevo estatuto de los signos de la ciudad. **Astrágalo**: revista cuatrimestral iberoamericana, Espanha, ed. 2, p. 9-18, 1995.

CORRADO, Federica. **Risorse territoriali nello sviluppo locale**. Firenze: Alinea Editrice, 2005. 168 p. ISBN 88-8125-995-8.

CORREA, Francisco Ferreira. **RELATÓRIO da Província do Espírito Santo**. Destinatário: Congresso Legislativo. Vitória, 1871. Mensagem lida... Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/FRANCISCO%20FERREIRA%20CORREA>

%20%E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

DGE - Diretoria Geral de Estatística. República dos Estados Unidos do Brazil[sic]. 01 de setembro de 1920. Ministério da agricultura, indústria e comércio. **Recenseamento do Brazil [sic]**: População, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1926. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

_____. República dos Estados Unidos do Brazil[sic]. 01 de setembro de 1920. Ministério da agricultura, indústria e comércio. **Recenseamento do Brazil [sic]**: Agricultura, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1923. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 9463, de 11 de junho de 2010**. Cria o Monumento Natural Estadual de Serra das Torres e estabelece outras providências. Espírito Santo, 14 jun. 2010.

FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. A formação econômica do Espírito Santo. *In*: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E X CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 2011, Curitiba, PR. **Anais do IX Congresso Brasileiro de história Econômica e X Conferência Internacional de História das Empresas** [...]. [S. l.: s. n.], 2011.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Italianos**: Base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. 525 p. v. 20. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/italianos.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

GEOBASES, Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo. **IEMA - Mapeamentos ES - 2012-2015**. [S. l.: s. n.], 2020. Shapefile. Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/downloads>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GOMES, Nestor. **MENSAGEM**. Destinatário: Congresso Legislativo. Espírito Santo, 1922. Mensagem lida... Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/NESTOR%20GOMES%20\(2\).pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/NESTOR%20GOMES%20(2).pdf). Acesso em: 3 abr. 2020.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**: Portal de periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, v. 29, ed. 1, 2003. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 2 abr. 2020.

HAESBAERT, Rogério et al. Concepções de território para entender a desterritorialização. **SANTOS, M. et al.** Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial, v. 3, p. 44-71, 2002.

HAUTEQUESTT FILHO, G. C.; BERNARDO, L. C.; MARTINHO, M. L. M. L. G. S. **A despatrimonialização da cidade histórica de Muqui, Espírito Santo, Brasil.** In: Congresso Ibero-Americano Patrimônio, suas matérias e imatérias, 2016, Lisboa, Portugal. Congresso Ibero-Americano Patrimônio, suas matérias e imatérias. Lisboa: LNEC, 2016.

IBGE (Brasil). Instituto brasileiro de Geografia e estatística. Censo, 1955. **Censo demográfico:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, v. 12, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v22_t1_es.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Censo, 1955. **Censo demográfico:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, v. 12, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v22_t1_es.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Censo, 1991. **Censo demográfico:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, v. 11, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n19_caracteristicas_populacao_domicilios_es.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Censo, 1960. **Censo demográfico:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd_1960_sinopse_preliminar_es.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Censo, 1970. **Censo demográfico:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_es.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Censo, 1980. **Censo demográfico:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd_1960_sinopse_preliminar_es.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. Recenseamento, 1 de setembro de 1940. **Recenseamento geral do Brazil [sic]:** Série Regional - Espírito Santo, Rio de Janeiro, v. 14, 1951. Disponível em: <https://ia802501.us.archive.org/0/items/censo1940vol14es/censo1940vol14es.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. **Levantamento estereofotogramétrico topográfico regular**. 1. ed. Espírito Santo: Diretoria de geodésia e cartografia - IBGE, 1978. Mapa. Escala 1:50000. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_meryqZwR3xKvLFIGu_cv--9mfdTKz3/view. Acesso em: 3 abr. 2020.

IJSN (Espírito Santo). Instituto Jones dos Santos Neves. Novembro, 1994. **Projeto de mapeamento de comunidades urbanas e rurais do Espírito Santo:** Divisão Muqui, [S. l.], 1994. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120816_ij00791_projetomapeamentodecomunidades_muqui.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

_____. Relatório, julho de 1983. **Relatório Municipal de Muqui**, Muqui, ES: Instituto Jones dos Santos Neves, 1983. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120808_ij00279_37_relatoriomunicipal_muqui.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

LAGO, Rafaela Domingos. **Slavery demography and the impact of abolitionist laws in Espírito Santo (1850-1888)**. Almanack [online]. 2018, n.19, pp.119-166. ISSN 2236-4633. <https://doi.org/10.1590/2236-463320181904>.

LEFEBVRE, Henri; KOFMAN, Eleonore; LEBAS, Elizabeth. **Writings on cities**. Oxford: Blackwell, 1996.

LINCK, Thierry. Économie et patrimonialisation. **Développement durable et territoires [En ligne]**, [s. l.], v. 3, ed. 3, 30 abr. 2020. DOI <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.9506>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/9506>. Acesso em: 3 abr. 2020.

MAGNAGHI, Alberto. **El proyecto local:** Hacia una consciencia del lugar. 1. ed. Firenze: Universitat Politecnica de Catalunya. Iniciativa Digital Politecnica, 2011. 312 p. ISBN 8833912329.

_____. **Il progetto locale:** Verso la coscienza di luogo. Firenze: Bollati Boringhieri, 2000. 256 p. ISBN 8833912329.

_____. **La bioregion urbaine:** petit traite sur le territoire bien commun. França: Eterotopia, 2014. 432 p.

_____. **La rappresentazione identitaria del territorio**: atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Firenze: Alinea Editrice, 2005. 432 p. ISBN 8881258463.

_____. **Rappresentare i luoghi**: Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrice, 2001. 480 p. ISBN 8881252864. Disponível em: http://www.lapei.it/?page_id=568. Acesso em: 3 abr. 2020.

MEDEIROS, R. M. V. **Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS)**. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007. Porto Alegre: Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17.

MENDONÇA, Paulo Henriques de. **Muqui—Cidade Menina, 1850-1989**. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989.

MONTEIRO, Bernardino de Souza. **MENSAGEM**. Destinatário: Congresso Legislativo. Espírito Santo, 1919. Mensagem lida... Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/BERNADINO%20DE%20SOUZA%20MONTEIRO%20\(4\).pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/BERNADINO%20DE%20SOUZA%20MONTEIRO%20(4).pdf). Acesso em: 3 abr. 2020.

MOREIRA, Vânia María Losada. **Espírito Santo indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

_____. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista brasileira de História**, v. 22, n. 43, p. 153-169, 2002.

MUQUI, Câmara Municipal. **História do município**. [S. l.]. Disponível em: <http://www.camaramuqui.es.gov.br/pagina/ler/9/historia-do-municipio>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MUQUI, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação de Muqui. Plano, 2015. **Plano Municipal de Educação 2015/ 2025**, [S. l.], jun. 2015. Disponível em: http://muqui.es.gov.br/home/wp-content/uploads/2016/11/PME_Muqui_ES.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico**. [S. l.]: Fundação nacional Pró-memória, IBGE, 1981. Mapa.

PECQUEUR, Bernard; GUMUCHIAN, Herve. **La Ressource Territoriale**: Coleção Anthropos Geographie. 3. ed. Paris: Economica, 2007. 252 p. ISBN 9782717852530.

PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. **MENSAGEM**. Destinatário: Congresso Legislativo. Espírito Santo, 1861. Mensagem lida... Disponível em:

<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/JOS%C3%89%20FERNANDES%20DA%20COSTA%20PEREIRA%20JUNIOR%20%E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia%20%20.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Casa da Palavra, 2007.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. **Aree interne e progetti d'area**, p. 123-140, 2015.

POLLICE, Fabio. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local**. Espaço e cultura, n. 27, p. 7-24, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **O que é território**: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, p. 143-158, 1993.

_____. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. **Regione e regionalizzazione: colloquio internazionale**, p. 69-82, 1984.

RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Muqui, passado de glória, futuro de esperança**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1991.

ROCHA, Levy. **Crônicas de Cachoeiro**. Editôra Livro, 1966.

RULLANI, Enzo. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. **Economia senza gabbie**. Studi in onore di Giacomo Becattini, Il Mulino, Bologna, 2004.

SALETTI, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo, 1888-1930**. Edufes, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins, RS. est Edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Editora expressão popular, 2009.

SAQUET, Marcos; ALVES, Adilson. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 574-598, 2014.

SCARAMELLA, Giovani. Puri or not puri. **Revista de Ciência & Tecnologia**. Nova Iguaçu, v. 11, n. 2, p. 77-97, 2011.

SCHUCKERT, André Luiz; MAZIOLI, Anny Barcelos; DE OLIVEIRA, Arthur Antônio Soares. O patrimônio histórico como dominação simbólica: o caso do município de Muqui–ES. **Revista Eletrônica Discente História.com**, v. 2, n. 4, p. 85-94, 2015.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Espírito Santo). Inventário, 2005. **Inventário da Oferta Turística do Município de Muqui/ 2005**, [S. l.], 2005.

Disponível em:

<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Muqui.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2020.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo**: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. EdUSP, 2006.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo-1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, 2009.

SOUZA, Marcondes Alves de. **MENSAGEM**. Destinatário: Congresso Legislativo. Espírito Santo, 1913. Mensagem lida... Disponível em:

<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/MARCONDES%20ALVES%20DE%20SOUSA-1.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. **MENSAGEM**. Destinatário: Congresso Legislativo. Espírito Santo, 1915. Mensagem lida... Disponível em:

[https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/MARCONDES%20ALVES%20DE%20SOUSA%20\(3\).pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/MARCONDES%20ALVES%20DE%20SOUSA%20(3).pdf). Acesso em: 3 abr. 2020.